



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Fernanda Sansão Ramos Mattos

O que eu vou ser quando crescer?

Identidade e escolha profissional entre jovens vestibulandos

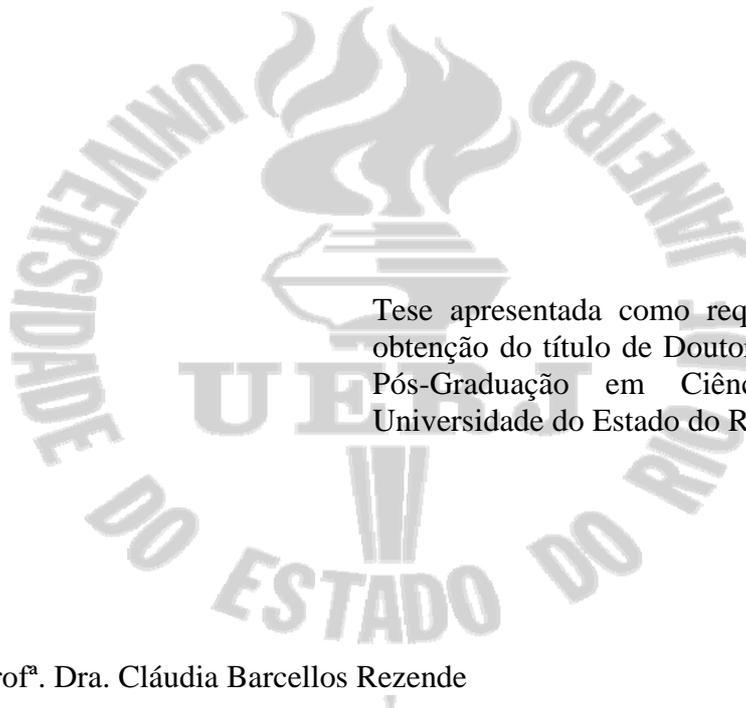
Rio de Janeiro

2012

Fernanda Sansão Ramos Mattos

O que eu vou ser quando crescer?

Identidade e escolha profissional entre jovens vestibulandos



Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof^ª. Dra. Cláudia Barcellos Rezende

Rio de Janeiro

2012

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CCS/A

M444 Mattos, Fernanda Sansão Ramos
O que eu vou ser quando eu crescer? Identidade e escolha
profissional entre jovens vestibulandos / Fernanda Sansão
Ramos Mattos . – 2012.
134 f.

Orientadora: Claudia Barcellos Rezende.
Tese (doutorado) - Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Bibliografia.

1. Orientação profissional – Teses. 2. Jovens – Brasil -
Teses. I. Rezende, Claudia Barcellos. II. Universidade do Estado
do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III.
Título.

CDU 37.048

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Fernanda Sansão Ramos Mattos

O que eu vou ser quando crescer?
Identidade e escolha profissional entre jovens vestibulandos

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 20 de setembro de 2012

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dra. Cláudia Barcellos Rezende (Orientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof^ª. Dra. Myriam Moraes Lins de Barros
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof^ª. Dra. Carly Barboza Machado
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof^ª. Dra. Maria Claudia Coelho
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof^ª. Dra. Helena Maria Bomeny Garchet
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Rio de Janeiro

2012

DEDICATÓRIA

Para meu marido Bruno Nigro Mattos,
amigo, companheiro, parceiro e cúmplice ao longo de
toda a minha caminhada.

AGRADECIMENTO

Em primeiro lugar, gostaria de oferecer meus mais sinceros agradecimentos à professora Claudia Barcellos Rezende, que me acompanhou ao longo desta trajetória acadêmica desde o período da graduação, despertando meu interesse pelas questões relativas à construção das identidades, tema de pesquisa ao qual me dediquei na graduação, no mestrado e no doutorado. A calma e a paciência com que você sempre mediou meu temperamento agitado e ansioso são para mim um mistério e uma dádiva.

Agradeço ainda ao professor Gilberto Velho (*in memoriam*) por todas as sugestões valiosas feitas no momento de qualificação desta tese. Sua partida deixou grande saudade em todos nós e é para mim uma grande tristeza não poder contar com sua presença na defesa deste trabalho.

A professora Maria Claudia Coelho também é digna de minha mais alta consideração, por ter acompanhado minha trajetória acadêmica, e em especial a elaboração desta tese, desde seu início. Agradeço também à professora Helena Bomeny, que me iniciou nas reflexões sobre educação já nos primeiros anos do bacharelado, e à professora Myriam Moraes Lins de Barros por terem aceitado participar de minha banca, uma contribuição certamente inestimável.

Devo agradecer à professora Carly Machado, minha mentora, amiga e conselheira, não só por ter aceito o convite para participar de minha defesa, mas também por todo o carinho com que vem acompanhando a minha trajetória profissional, acreditando em mim quando nem mesmo eu sou capaz de fazê-lo.

Dedico também meus agradecimentos profundos aos amigos Fabio Lobão e Narcisa Castilho, por terem estado ao meu lado nos momentos de realizações e nos de desespero, contribuindo para esta tese não só com suas sugestões e comentários sempre estimulantes, mas também com a paciência e compreensão com que ouviram os questionamentos intelectuais e emotivos que sempre acompanham a elaboração de um trabalho deste porte. Ao amigo Ricardo Azambuja agradeço muito especialmente as palavras de encorajamento enviadas sempre nos momentos certos. Agradeço ainda a Rosaria, minha amiga e funcionária, por ter compreendido quando eu precisava ficar sozinha, pelas conversas animadas nos momentos de intervalo e por todos os almoços e lanchinhos deixados estrategicamente em minha mesa de trabalho.

Ao lembrar dos amigos, por mais inusitado que possa parecer, devo meus agradecimentos a Saphyra, minha cachorra, filha canina e companheira, que esteve deitada pacientemente ao meu lado enquanto cada uma das linhas desta tese eram escritas. Foi com ela que debati retoricamente muitas questões espinhosas que surgiram ao longo da análise, com quem bati papo nos momentos de solidão e isolamento, com quem brinquei nos momentos de desânimo e com quem descansei nos momentos de cansaço. Obrigado pelo amor incondicional, sem você este processo teria sido muito solitário, mesmo que alguns livros tenham sido comidos no processo.

Agradeço ainda a minha família, que é aquilo que possuo de mais precioso na vida. Nada disso teria sido possível sem a presença e o apoio de meu primo Leonardo, minhas irmãs Fabiane e Flavia, meus sogros, Marisa e Oscar e, principalmente, meus pais Fernando e Carmem, responsáveis pela pessoa que sou e pelos valores em que acredito.

Por fim, agradeço ao meu marido, Bruno, que ao longo de todo o doutorado foi a base sólida na qual pude me sustentar para dar andamento ao projeto. Serei eternamente grata pelo amor, carinho e amizade com que você faz parte da minha vida, sempre me compreendendo e me apoiando mesmo quando meus dramas não fazem o menor sentido.

RESUMO

MATTOS, Fernanda Sansão Ramos. **O que eu vou ser quando crescer? Identidade e escolha profissional entre jovens vestibulandos.** 2012. 134 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

O presente trabalho tem como objetivo analisar de que forma os alunos que se preparam para ingressar na universidade através do vestibular, repensam e reconstroem suas próprias identidades durante este processo de elaboração de uma identidade profissional, fortemente marcada pela escolha de carreira. Para tanto, foi utilizado como referencial teórico a proposta analítica de construção de projetos de vida, apresentada por Gilberto Velho (2003; 2004; 2009), bem como as contribuições de Anthony Giddens (2002) a respeito do papel da escolha na sociedade ocidental moderna. Destaca-se também o interesse em comparar as motivações e critérios de escolha de carreira entre alunos das redes pública e privada de ensino, para apontar semelhanças e distinções ao longo da escolha.

Palavras-chave: Identidade. Juventude. Projetos. Escolha de carreira. Vestibular.

ABSTRACT

MATTOS, Fernanda Sansão Ramos. **What will I be when I grow up? Identity and career choice among young vestibulandos.** 2012. 134 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

This study aims to analyze how students preparing to enter university through the vestibular, rethink and reconstruct their own identities during the process of developing a professional identity, strongly marked by career choice. Therefore, it was used the theoretical proposal of life projects, presented by Gilberto Velho (2003, 2004, 2009) as well as the contribution of Anthony Giddens (2002) concerning the role of choice in the modern Western society. Also noteworthy is the interest of this study in comparing the motivations and criteria for career choice among students from public and private schools, to point out similarities and distinctions over the choice.

Keywords: Identity. Youth. Projects. Career choice. Vestibular.

SUMÁRIO

| | | |
|-----|--|-----|
| | INTRODUÇÃO | 09 |
| 1 | UNIVERSIDADE E MOBILIDADE SOCIAL | 21 |
| 1.1 | Um breve histórico do concurso Vestibular | 22 |
| 1.2 | A decisão de ingressar na Universidade | 36 |
| 2 | IDENTIDADE E PROJETO PROFISSIONAL ENTRE VESTIBULANDOS | 40 |
| 2.1 | Identidades profissionais | 45 |
| 2.2 | Leonardo | 49 |
| 2.3 | Graziela | 51 |
| 2.4 | Alice | 53 |
| 2.5 | Amanda | 54 |
| 2.6 | Paula | 55 |
| 2.7 | Bernardo | 57 |
| 3 | A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLHA DE CARREIRA | 62 |
| 3.1 | O perfil das famílias pesquisadas | 65 |
| 3.2 | A família na decisão do jovem de ingressar no ensino superior | 67 |
| 3.3 | A participação da família na escolha de carreira | 76 |
| 4 | OS ELEMENTOS DA ESCOLHA VOCACIONAL | 84 |
| 4.1 | Identificação pessoal com o curso | 87 |
| 4.2 | A inserção no mercado de trabalho | 93 |
| 4.3 | Expectativa de retorno financeiro | 96 |
| 4.4 | Status social de cada curso | 99 |
| 4.5 | Chances de ingresso no curso escolhido | 100 |
| 5 | AS EMOÇÕES DO VESTIBULANDO | 105 |
| 5.1 | A ansiedade e o medo | 106 |
| 5.2 | A vergonha e a honra | 119 |
| | CONCLUSÃO | 121 |
| | REFERÊNCIAS | 128 |

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de estudo a escolha de carreira realizada por jovens oriundos de escolas públicas e privadas para o exame Vestibular, prova realizada anualmente pelas instituições de ensino superior para o preenchimento das vagas de seus cursos de bacharelado e licenciatura. Com isso, pretendo analisar os elementos de escolha e os fatores de motivação que levam estes jovens a se decidir por determinado curso, tendo como foco a elaboração de um projeto profissional que abarca tanto as expectativas individuais quanto as da família e da própria sociedade para a vida adulta destes sujeitos.

Desde a graduação, a construção das identidades tem sido meu objeto de estudos, neste primeiro momento através da análise da identidade nacional construída pela mídia impressa ao longo dos Jogos Olímpicos de 2004. O objeto de estudo deste trabalho, no entanto, surgiu ao longo de minha pesquisa do mestrado, que falava sobre a construção da identidade alternativa entre adolescentes da cidade de Niterói. Ao longo de minhas entrevistas era comum que o vestibular fosse tratado pelo grupo como um momento decisivo de manutenção ou modificação do visual alternativo que adotavam, devido a necessidade de se ajustarem à nova identidade profissional gerada a partir da escolha de carreira exigida pelo Vestibular. Minha atenção foi capturada por esta afirmação de que o momento de escolha do curso universitário seria um elemento poderoso de reelaboração da identidade e de um estilo de vida específico na transição destes indivíduos para a vida adulta.

Infelizmente, ainda que o sistema de cotas tenha atraído a atenção de cientistas sociais ao longo das últimas duas décadas, o vestibular e a escolha de carreira são temas ainda pouco analisados pelas ciências sociais, fazendo parte das discussões das áreas da Educação e da Pedagogia. Isso faz com que trabalhos pioneiros, como o de Lídia Coelho (2007) sobre o sentimento de medo vivenciado pelos jovens vestibulandos, devam ser mencionados. Assim como em seu estudo, as emoções pontuam os relatos dos jovens por mim estudados, ainda que com ênfases em sentimentos variados, revelando desta forma as tensões existentes neste processo de construção de identidade. A autora aponta ainda a importância de analisarmos o vestibular enquanto rito de passagem para a vida adulta, em que os sentimentos devem ser analisados como indicadores importantes das dinâmicas sociais a ele associadas.

Neste sentido, é importante contextualizarmos o Vestibular enquanto um importante rito de passagem existente em nossa sociedade, que marca o final da adolescência, caracterizada pela inserção do indivíduo na vida escolar, e a preparação do jovem adulto para a entrada no mercado de trabalho através do ingresso no ensino superior. Com base nos estudos de Arnold Van Gennep (1977) sobre os ritos de passagem, é possível dizer que este momento de ruptura existente em nossa sociedade, pode ser visto como um estado de liminaridade, em que não se é jovem o suficiente para manter algumas das regalias reservadas às crianças, mas ainda se é muito jovem para usufruir determinados benefícios próprios da idade adulta. Gennep salienta que dentro de uma multiplicidade de formas conscientes ou meramente implícitas, existe nos ritos de passagem um padrão típico recorrente, que consiste em um primeiro momento de separação do indivíduo e um último momento de incorporação que inevitavelmente são intercalados por uma fase de liminaridade, ou seja, um estado intermediário, fronteiro, marginal, paradoxal e ambíguo, onde o sujeito ritual se encontra destituído dos atributos próprios de sua antiga condição, mais ainda não possui aquelas características particulares de sua condição futura.

Esta noção proposta por Gennep, da liminaridade existente nos ritos de passagem foi largamente discutida entre os antropólogos e levou outros autores a criarem novas teorias, sendo a noção de *communitas* desenvolvida por Victor Turner (1974) e a distinção entre pureza e perigo apresentada por Mary Douglas (1966) duas das mais significativas. Para Turner (1974), a noção de *communitas* define o tipo de interação que se estabelece entre os indivíduos que se encontram no estado liminar e é caracterizada por um modo de vida que se opõe à vida ordinária, ou seja, um tipo de interação não-estruturada, onde indivíduos igualmente ambíguos se submetem em conjunto à autoridade dos “anciãos rituais”. Douglas (1966) por sua vez percebia a liminaridade como um momento especial de ambigüidade classificatória, que em seu limite tornava-se perigoso e negativo por desafiar um sistema de classificação previamente concebido como fixo, inquestionável e construído por categorias isoladas que não permitiam o meio termo.

Tanto o afastamento do indivíduo que constitui o momento de liminaridade descrito por Gennep (1977) quanto o modo de vida singular percebido por Turner (1974) e a ambigüidade salientada por Douglas (1966) podem ser exemplificados pelos estudos de Norbert Elias (1993) acerca do processo civilizador. De acordo com este autor, quando as sociedades tornam-se mais complexas e centralizadas e os sujeitos tornam-se mais

individualizados, como aconteceu na sociedade ocidental moderna, a especialização profissional aumenta e as possibilidades de carreira se diversificam fazendo com que a preparação necessária para o desempenho das tarefas adultas também se torne mais prolongada e complexa.

Durante este período de liminaridade, os jovens são afastados do ambiente infantil onde é permitido o comportamento espontâneo incivilizado sem, contudo, serem aceitos nos círculos adultos. Os adolescentes são isolados em institutos especialmente organizados para a preparação dos moços, como as escolas, internatos e universidades, e passam a levar “uma vida social distinta, tendo uma “cultura jovem” – um mundo próprio, que diverge marcadamente do dos adultos” (ELIAS, 1994, p. 104).

Claude Rivière (1997) salienta a variedade de ritos importantes existentes no cotidiano escolar, que auxiliam na construção da identidade e das práticas cotidianas do indivíduo, como os ritos de chegada, os ritos de ordem, os ritos de atividade e, principalmente, a aprendizagem da leitura e da escrita, um rito de passagem importante que atribui nova identidade à criança e influencia diretamente nas formas como ela se relacionará com o mundo. Todos estes pequenos rituais pertencentes à vida escolar são decisivos na futura vida adulta do indivíduo, e neste ponto é preciso dar destaque ao momento de término do colégio e início da vida universitária, um momento de transição importante no qual o indivíduo faz planos para a vida adulta e prova estar apto para esta nova fase da vida ao ser aprovado no exame de seleção, o Vestibular.

Como bem demonstra Coelho (2007) o Vestibular, exame pelo qual devem passar todos aqueles que estão pleiteando uma vaga no ensino superior, é um rito de passagem importante para aqueles jovens que pretendem deixar de ser estudantes para se tornarem profissionais. Durante todo o período de preparação para as provas, ocorre aquele afastamento ritualístico salientado por Van Gennep (1977) no qual os jovens precisam enfrentara a ampla concorrência, abrir mão de atividades complementares e de lazer para se dedicar a estudos sistemáticos com o intuito de provar seu valor sendo aprovados no exame.

É preciso levar em conta ainda que o vestibular é uma etapa fundamental da transição para a vida adulta não só porque através dele o indivíduo se insere na vida

acadêmica e posteriormente no mercado de trabalho, mas também porque é neste momento em que ele decide a carreira que em tese será a sua para o resto da vida, repensando assim sua própria identidade individual para criar uma identidade profissional que estará diretamente ligada aos papéis sociais que desempenhará ao longo da idade adulta.

Outro elemento conceitual importante para esta pesquisa diz respeito à própria elaboração do conceito de juventude¹, pois por mais que em nossa sociedade ele pareça natural, ou seja, uma fase biológica da vida que faz parte do crescer e tornar-se adulto, esta categoria é na verdade um construto histórico e cultural que se molda de acordo com o contexto em que está inserida.

O historiador francês Philippe Ariès (2006) em seu trabalho sobre a história social da criança e da família já apontava para a importância de estarmos atentos para os diferentes contextos em que determinada categoria etária é representada. Segundo ele, a divisão da vida humana em etapas específicas sofre variações ao longo do tempo por representar a relação de cada sociedade com a duração da própria vida, fator que influencia elementos importantes do cotidiano como a duração do período de proteção do indivíduo, o ingresso no universo do trabalho, bem como o momento de saída do mesmo após o envelhecimento. Isto fez com que, em diferentes contextos históricos, novas categorias relativas à idade tenham sido criadas e valorizadas. Segundo o autor:

a cada época corresponderiam uma idade privilegiada e uma periodização particular da vida humana: a “juventude” é a idade privilegiada do século XVII, a “infância”, do século XIX, e a “adolescência”, do século XX (ARIÈS, 2006, p. 16).

Partindo da reflexão de Ariès torna-se claro que ao lidar com a juventude é importante relativizarmos o determinismo biológico a ela associado por nossa sociedade, que define a juventude como uma etapa do desenvolvimento físico, emocional e psíquico do ser humano, pois esta visão está muito mais associada ao modo de ver o mundo em que estamos contextualizados do que a uma essência natural da própria juventude. Como demonstra o autor, no século XVII, por exemplo, ninguém teria a idéia de limitar a infância pela puberdade, uma vez que neste momento as “idades da vida” estavam associadas às funções sociais, e não propriamente às etapas biológicas do desenvolvimento humano.

¹ É importante destacar que apesar de toda a tese dialogar com a sociologia da educação e a sociologia das profissões, a juventude e a perspectiva dos jovens em relação ao vestibular é ainda o ponto principal desta análise.

Da mesma forma, em seu trabalho sobre a sociologia da juventude, Olivier Galland (2007) aponta que as imagens criadas por cada época sobre a “sua” juventude estão sempre relacionadas à realidade social, seja por refleti-la de certa forma ou mesmo por transcendê-la, inaugurando uma nova representação da maneira de ser jovem.

Galland (2007) destaca que, no Antigo Regime, a juventude era vista essencialmente como uma relação de filiação, na qual o destaque dado ao papel de filho dificultava qualquer interpretação da juventude como uma categoria coletiva dotada de autonomia. Neste momento, o jovem seria simplesmente aquele que espera para suceder os pais e que se caracteriza pela impaciência e a frivolidade. Posteriormente, com o declínio dos valores aristocráticos durante o período do Iluminismo, o autor aponta que a juventude passou a ser representada através do ponto de vista educacional, no qual o jovem seria aquele que estava aprendendo a ser adulto, ao contrário do momento anterior em que o jovem apenas esperava para se tornar adulto. Com isso, o jovem deixou de ser visto como frívolo e passou a ser representado como indivíduo estudioso e dotado de um senso de realização pessoal.

De acordo com Galland (2007), esta visão iluminista de juventude se atualizou durante o século XIX, no qual esta categoria passou a ser entendida enquanto relação geracional, seja através de sua representação romântica, associada à exaltação da juventude por seu caráter revolucionário, seja por sua representação burguesa, que, apesar de ser mais conformista, deu origem a um certo individualismo juvenil caracterizado pela valorização das potencialidades de desenvolvimento do jovem.

No entanto, ainda segundo Galland (2007), é apenas no século XX que se dá uma revolução considerável quanto à forma de representar a juventude, que pela primeira vez deixa de ser tratada enquanto categoria e passa a ser vista como um processo difícil de amadurecimento psicológico e de socialização com o mundo adulto. Trata-se de um momento de crise, marcado pelo transbordamento dos sentimentos, dos ideais e das pulsões sexuais. Neste sentido, Fernanda Piccolo (2010) salienta que, em nossa sociedade, onde a categoria juventude está normalmente associada a um momento de crise, irresponsabilidade e rebeldia, o jovem chega a ser representado como potencialmente perigoso e costuma ser associado com problemas sociais como a violência, o uso de drogas, a gravidez precoce e a exploração sexual.

Esta contextualização histórica da juventude é fundamental ao lidarmos com este contexto, mas além disso é importante ter em mente que as representações referentes às categorias etárias também variam de acordo com a sociedade em que ela se encontra, como mostraram os estudos de Margaret Mead (1969) em Samoa. Na tentativa de estabelecer o que seria inato (*nature*) e o que seria propriamente cultural (*nurture*) no comportamento dos adolescentes, Mead dirigiu-se a essas ilhas localizadas no Pacífico para verificar se a rebeldia e os dilemas experimentados pelos adolescentes norte-americanos seriam um traço universal da puberdade, e analisando a vida dos jovens em Samoa acabou verificando que estes traços eram particulares de sua própria sociedade, e por tanto não poderiam ser entendidos através da biologia. A autora afirma ainda, que a própria noção de adolescência não pode ser vista como universal, pois este período de ruptura que intermedia a passagem da infância para a idade adulta, bem como os próprios referenciais que definem o que cada fase da vida representa, estão relacionados às formas específicas de organização de cada cultura.

No que diz respeito à categoria juventude, Gilberto Velho e Luiz Fernando Duarte (2010) apontam como a diversidade de estilos de vida, de visões de mundo e de formas de representação e construção social da realidade fazem com que se torne mais apropriado falarmos sobre “juventudes” em vez de juventude, pois “o plural salienta a complexidade da sociedade moderno-contemporânea, ao mesmo tempo em que busca evitar uma simplificação e um empobrecimento das importantes diferenças encontradas e analisadas” (VELHO ; DUARTE, 2010, p. 07).

Neste mesmo sentido, Fernanda Piccolo (2010) apresenta a juventude como categoria que, dentro de nossa própria sociedade, abarca definições distintas, significados particulares e maneiras diferentes de se expressar de acordo com a cultura, a classe e o grupo social em que um determinado indivíduo jovem esteja inserido. Sendo assim, para o desenvolvimento apropriado desta pesquisa, torna-se necessário, antes de mais nada, a apresentação dos jovens que dela participaram e dos significados específicos do ser jovem referentes aos dois grupos pesquisados.

Para que os objetivos deste trabalho fossem alcançados, a principal preocupação que norteou a delimitação do grupo a ser pesquisado, foi compô-lo por alunos que estivessem cursando o terceiro ano do ensino médio ou cursos pré-vestibulares, tanto em

instituições particulares quanto na rede de ensino pública, para que desta forma pudessem ser analisadas as eventuais discrepâncias existentes nas motivações dos dois grupos. Um segundo fator de seleção para os entrevistados foi selecionar apenas aqueles jovens que tivessem intenção de prestar o vestibular, principalmente entre os alunos das escolas públicas em que ainda é bastante recorrente a opção por ingressar diretamente no mercado de trabalho ao término do ensino médio.

Entre os anos de 2009 e 2011 foram acompanhados e entrevistados requente jovens, 28 mulheres e 22 homens, moradores da cidade de Niterói com idades entre 17 e 21 anos², sendo vinte e seis deles estudantes do ensino público e vinte e quatro oriundos de instituições particulares de ensino. Todos os jovens entrevistados são solteiros e residem com os pais ou responsáveis, mesmo no caso de Alexandre, que possui um filho de dois anos, que desde o nascimento reside com a mãe.

Neste ponto, vale ressaltar que pela qualidade reduzida de algumas destas entrevistas, foram utilizadas como foco da análise o discurso de apenas quinze dos entrevistados, tentando ainda manter o equilíbrio entre as falas dos alunos oriundos das escolas públicas e particulares. Já a homogeneidade de discursos entre homens e mulheres deixou de ser uma questão no momento de análise, uma vez que pela leitura do conjunto completo das entrevistas foi possível perceber que o gênero não se apresentava como fator de diferenciação.

No que diz respeito à raça, os entrevistados são majoritariamente brancos. Havendo um indivíduo negro e um considerado pardo entre os alunos das escolas particulares e 4 negros e seis pardos entre os alunos das escolas públicas. Já no que se refere à religião, nas escolas particulares prevalece a declaração da religião católica, principalmente pelo fato da pesquisa ter sido realizada em dois grandes colégios católicos. Há ainda um pequeno número de indivíduos que se apresentam como evangélicos e espíritas e um indivíduo adepto da igreja Perfect Liberty. Nas escolas públicas, por sua vez, a adesão às religiões evangélicas é a mais significativa, havendo ainda um pequeno número de católicos, uma pequena parcela que se identifica com o espiritismo e a umbanda e um adepto da igreja Perfect liberty.

² A maior parte dos jovens entrevistados para esta pesquisa se situa na faixa etária entre 17 e 19 anos, sendo a idade de 21 representada apenas por Graziela, que no momento da pesquisa se encontrava prestando o exame vestibular pela quinta vez consecutiva.

No que diz respeito aos alunos do ensino público, foram entrevistados jovens matriculados em duas instituições de ensino estaduais da cidade de Niterói, o Colégio Estadual Fernando Magalhães, localizado no bairro de Jurujuba³, e o Colégio Estadual Aurelino Leal, situado no bairro do Ingá. Os dois Colégios são bastante tradicionais na cidade de Niterói e costumavam ser procurados pelos alunos por terem qualidade de ensino acima da média dos colégios estaduais de Niterói. Contudo, ao longo da realização da pesquisa foi freqüente o discurso de alunos, pais e até mesmo de professores, de que a qualidade nas instituições veio caindo ao longo dos anos, sendo a aposentadoria dos professores mais velhos, a falta de investimento do governo e a constante troca de direção os fatores apontados como causadores deste declínio.

Com relação aos vestibulandos provenientes do ensino particular, participaram desta pesquisa alunos do Colégio Nossa Senhora da Assunção, localizado no bairro de São Francisco, do Instituto Abel e do curso Voltaire, ambos situados no bairro de Icaraí. Os três colégios possuem mensalidades com valores elevados e são freqüentados apenas pelos filhos da elite da cidade. Os dois primeiros são colégios católicos bastante tradicionais em Niterói, que oferecem desde a educação infantil até o ensino médio, não possuindo, contudo, opções de curso pré-vestibular para alunos que já tenham concluído a vida escolar. Já o curso Voltaire é relativamente novo na cidade e oferece apenas o ensino médio e turmas específicas de pré-vestibular. Neste caso, é freqüente a presença de alunos que já estejam prestando novamente o vestibular, tanto pela oferta de cursos preparatórios como pelo renome da instituição de ter um altíssimo índice de aprovação no concurso.

Minha entrada no campo se deu através de contatos realizados fora do ambiente escolar, por filhos de conhecidos, que depois estendeu-se para o círculo de amizade destes jovens e me permitiu o contato inicial e a posterior entrada nas respectivas instituições de ensino. Tendo este primeiro contato sido feito com os jovens de forma bastante informal, tive o benefício de não ter sido associada a uma figura de autoridade intermediada pela escola, sendo tratada por eles como “uma amiga mais velha que já passou pela experiência do vestibular”. Além disso, o meu papel de pesquisadora comumente era tratado de forma

³ No bairro de Jurujuba se localizam dois importantes fortes, Imbui e Rio Branco, responsáveis pela guarda da entrada da baía de Guanabara. Com esta presença constante da vida militar no bairro, é interessante destacar que uma parte significativa dos alunos do sexo masculino que não pretendem se inscrever no Vestibular têm a intenção de prestar o serviço militar obrigatório em uma destas instituições.

confusa, sendo tanto minha pesquisa quanto a minha atuação confundidas com um projeto de orientação vocacional.

Esta posição onde fui colocada pelo grupo trouxe a vantagem de um discurso prolixo por parte dos alunos, que buscavam me fornecer o máximo de informações possível, inclusive no que diz respeito à participação dos pais na escolha profissional e das emoções vivenciadas por eles ao longo do concurso. Esta preocupação, no entanto, estava baseada em uma certa demanda por orientação e aconselhamento que nunca me senti autorizada ou confortável para oferecer, o que constantemente me levava a novas descrições do meu papel de antropóloga e do enfoque analítico desta pesquisa, enfatizando que não cabia a mim dizer se uma escolha era “certa” ou “errada”.

Por outro lado, a associação com o papel de orientadora vocacional foi um limitador importante para meu diálogo com os alunos das escolas públicas que estavam se preparando para cursar teologia e posteriormente se tornarem pastores evangélicos em suas comunidades. Acredito que esta dificuldade se relacionava à visão destes alunos de que sua opção de carreira estava inscrita no terreno da fé e por isso não deveria ser questionada. Neste contexto, a orientação vocacional não fazia sentido e, portanto a minha presença também não.

Vale ressaltar que, após a realização das entrevistas durante o ano de preparação para o vestibular, alguns dos jovens mantiveram contato comigo através de redes sociais como Facebook e Orkut, permitindo assim que eu pudesse acompanhar suas primeiras impressões sobre a vida universitária, sobre o curso escolhido e sobre eventuais mudanças de rumo realizadas por eles ao longo da formação universitária.

Acompanhar a vida universitária destes jovens não é o objeto desta pesquisa, no entanto, este contato permitiu complementar de forma interessante alguns dados obtidos durante o momento de escolha e compreender a colocação de Gilberto Velho de que “os projetos, como as pessoas, mudam. Ou as pessoas mudam através de seus projetos. A transformação individual se dá ao longo do tempo e contextualmente” (2003, p. 48).

Após o contato inicial no ambiente escolar, muitas das entrevistas foram realizadas na residência dos alunos, o que me permitiu ter acesso àquelas famílias com as quais ainda

não estava familiarizada⁴. Nenhuma entrevista formal foi realizada com os pais, e minhas conversas com eles foram realizadas de forma bastante informal, enquanto aguardava a chegada dos jovens, depois de terminadas as entrevistas ou em breves intervenções durante as mesmas. No caso em que o contato com os pais foi o caminho de aproximação com os jovens estas conversas foram mais longas, mas igualmente registradas apenas de forma indireta em caderno de campo. Os dados coletados nestes encontros não são suficientes para sustentar uma seção específica sobre o olhar dos pais sobre o vestibular e a escolha de carreira dos filhos, mas serviram em muitos momentos para iluminar questões levantadas pelos jovens relativas ao projeto familiar de ascensão ou manutenção de status social.

É importante destacar ainda que para a maior parte dos pais, minha imagem também foi bastante associada à de um orientador vocacional, e em alguns casos me foi solicitado que interviesse na escolha dos jovens mostrando a eles a “melhor opção” ou alertando para as vantagens e desvantagens desta ou daquela profissão.

Todos os jovens entrevistados residem com suas famílias, que possuem estrutura bastante variada. Entre os alunos das escolas particulares, 72% vivem com ambos os pais, 12% vivem com a mãe e o padrasto e 26% vivem apenas com a mãe. Entre os alunos das escolas públicas, 23% vivem com ambos os pais, 35% vivem apenas com a mãe, 18% vivem com a mãe e o padrasto, e temos um número significativo de jovens que vivem com os avós, 24%.

Ainda no que se refere aos pais, vale ressaltar a diferença existente entre os dois grupos quanto ao nível de escolaridade dos indivíduos. No caso dos alunos dos colégios particulares, os pais possuem alto padrão de escolaridade – curso superior completo, pós-graduação e mestrado – em áreas como pedagogia, engenharia, direito e física. Já no caso dos alunos provenientes das escolas públicas, a escolaridade dos pais ou responsáveis limita-se ao primeiro ou segundo grau completo, atuando estes indivíduos em atividades como manicure, diarista, empregada doméstica, mecânico, atendente, secretária, pescador e comerciante.

⁴ Ao apresentar minha interação com as famílias dos alunos, é importante ressaltar que o discurso dos familiares foi utilizado ao longo da pesquisa como forma de entender melhor com quem estes jovens estão dialogando no momento da escolha de carreira. Minha intenção, no entanto, não foi fazer da família um foco de análise. Esta é uma tarefa que demandaria novas entrevistas, o que não seria possível nesta pesquisa.

Dentre os vestibulandos entrevistados, a grande maioria dedica-se exclusivamente aos estudos. Apenas dois jovens trabalham em meio expediente para complementar a renda familiar, ambos estudantes de escolas públicas. Um deles trabalha organizando o estoque de uma loja de sapatos e o outro auxilia o tio em uma van que faz transporte alternativo de passageiros entre o bairro de Jurujuba e o centro da cidade. De acordo com meus entrevistados das escolas públicas, o número de alunos que trabalham e pretendem prestar vestibular é muito pequeno, pois aqueles que já estão no mercado de trabalho preferem buscar melhores oportunidades de emprego ou promoções em seus atuais postos. Não é por acaso que Fabiano e Roberto, os dois jovens que trabalham, são os que mais se questionam sobre a idéia de ingressar na universidade e aqueles que menos incentivo possuem por parte dos pais.

Os alunos das escolas públicas que não estão trabalhando possuem uma rotina de estudos relacionada exclusivamente às atividades curriculares da escola, que se passam em um único turno de estudos. Já no caso dos alunos das escolas particulares as aulas ocupam normalmente o turno da manhã e o da tarde, sendo complementadas por cursos preparatórios e professores particulares. Outro elemento comum nas atividades dos alunos das escolas particulares são as sessões de orientação vocacional oferecidas em alguns casos pelas escolas ou realizadas com psicólogos particulares.

No que diz respeito ao lazer, foi uma característica marcante destes jovens afirmar que no período de preparação para o vestibular não é possível ter uma vida social “normal”, sendo as festas e “saídas” para boates, shows e restaurantes, bastante reduzidas durante o ano de estudos. No entanto, a maior parte dos entrevistados afirma ter mantido em sua programação semanal as atividades físicas, mesmo que em tempo reduzido se comparado aos anos anteriores. A maior parte deles frequenta academia, sendo comuns também as aulas de dança, futebol e artes marciais. No caso dos alunos das escolas públicas, é interessante apontar que juntamente com o futebol, os treinos de vela e triatlão também foram apontados, por se tratarem de atividades oferecidas por uma ONG que se localiza no bairro da Charitas, bastante próximo do Colégio Estadual Fernando Magalhães.

O presente trabalho está estruturado em cinco capítulos. O primeiro deles tem como objetivo apresentar a obtenção de um diploma universitário como importante canal de mobilidade social ascendente e de reprodução do status, nos casos de famílias já

posicionadas nos estratos mais altos da vida social. Neste capítulo, é apresentado um breve histórico do ingresso no ensino superior no Brasil e conseqüentemente do concurso Vestibular em si. A partir disso, é possível analisar os elementos que constituem a escolha do jovem em ingressar na universidade, ressaltando as diferenças existentes entre as motivações dos alunos das escolas públicas e das particulares.

Já no segundo capítulo o foco da análise é transferido para a articulação entre construção da identidade e projeto de vida profissional, dando ênfase à trajetória de escolha profissional dos jovens entrevistados. Neste ponto apresentam-se diferentes elementos que constituem a tomada de decisão e os diferentes caminhos através dos quais os indivíduos chegam a selecionar um curso específico para prestarem o vestibular.

Posteriormente, no capítulo três, a participação da família na escolha de carreira e ao longo do ano de preparação para o vestibular é tomada como objeto, apresentando a tensão existente entre encontrar seu próprio caminho na vida sem contudo desconsiderar os planos e projetos familiares com relação a sua formação. O capítulo quatro, por sua vez, se dedica a analisar os demais elementos de escolha vocacional, como a identificação pessoal com o curso; as possibilidades de inserção no mercado de trabalho; a expectativa de retorno financeiro; o status social de cada curso e as chances reais de ser aprovado no curso escolhido.

Por fim, no capítulo de número cinco, o vestibular é analisado enquanto “momento emotivo” no qual o controle das emoções, principalmente da ansiedade e do medo, é considerado por alunos, professores e pais como um elemento decisivo para a aprovação do candidato, pois pode influenciar tanto na preparação para o concurso quanto no momento da prova. Neste capítulo, discuto também os sentimentos de honra e vergonha associados à aprovação ou reprovação no concurso.

Na conclusão, retomo em linhas gerais as principais questões examinadas em cada um dos capítulos de desenvolvimento, tentando estabelecer um diálogo entre todos os elementos que constituem a escolha de carreira dos jovens vestibulandos, para desta forma apontar características pertinentes ao grupo como um todo, bem como as especificidades encontradas entre os alunos das escolas públicas e os das particulares.

1 UNIVERSIDADE E MOBILIDADE SOCIAL

A mobilidade social representa uma mudança no lugar socioeconômico anteriormente ocupado, podendo ser tanto ascendente, quando existe melhoria no padrão de vida dos sujeitos, quanto descendente, casos em que o indivíduo perde posições na escala social. Vale ainda ressaltar que a mobilidade social pode acontecer ao longo da vida de um único indivíduo, ou mesmo através de diferentes gerações de uma família ou grupo social (intergeracional), utilizando-se de diferentes canais possíveis de mobilidade.

A mobilidade social intergeracional, foco principal desta pesquisa, é aquela definida através da mudança do estrato social ocupado pelo filho em relação àquele ocupado pelo pai, dado este que, de acordo com Valéria Pero (2006) reflete a distribuição de oportunidades em uma dada sociedade, ou seja, as chances relativas de as pessoas ocuparem uma posição social conforme a origem socioeconômica da família. Segundo a autora, este tipo de mobilidade depende “tanto do comportamento da economia e de seus impactos sobre a estrutura ocupacional quanto da consolidação dos canais de mobilidade na sociedade” (2006, p. 141), havendo ainda a influência de algumas características individuais relativas ao investimento feito pelo sujeito em qualificação e formação profissional.

No que diz respeito aos canais de mobilidade social ascendente, podemos dizer que a sociedade oferece um número diversificado de opções ao sujeito, como o ingresso na carreira militar, o casamento, a associação a órgãos de classe, e mesmo a obtenção da fama, seja no meio artístico ou dos esportes. No caso deste trabalho, analisaremos exclusivamente a mobilidade social através da educação, mais especificamente pela obtenção do diploma universitário.

Sendo assim, ao pensarmos sobre a questão do ingresso na universidade, é importante voltarmos nossa atenção não só para a escolha de carreira realizada pelos jovens, mas também para a própria decisão de ingressar ou não no ensino superior, discussão esta que ao longo de toda a história do Brasil esteve atrelada a questão da mobilidade social.

1.1 Um breve histórico do concurso Vestibular

Já no período de colonização, a metrópole portuguesa ocupou-se desta questão, proibindo a criação de universidades em território brasileiro como forma de cercear a independência intelectual da colônia. Aos filhos das elites que desejassem preparar-se para a prática de profissões liberais, como a de médico ou jurista, restava buscar a formação superior em universidades européias como as de Évora, Coimbra e Montpellier.

Como destaca Saviani (2008), no período pombalino, chegaram a ser organizados pelos franciscanos do Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro, cursos de teologia e fisiologia que funcionavam como uma faculdade, seguindo o modelo da universidade de Coimbra. No entanto, estes cursos eram destinados exclusivamente à formação de sacerdotes.

Apenas com a transferência da corte para o Brasil em 1808 são criadas as primeiras escolas de nível superior com o intuito de aprimorar as estratégias de defesa da colônia. Foram criadas assim, na Academia de Marinha e na Academia Real Militar, os primeiros cursos de formação de médicos e engenheiros para atuação nas forças armadas. Soma-se a esta iniciativa, a criação de cursos como os de economia, agricultura, química, matemática superior e história, que tinham como objetivo garantir a infra-estrutura adequada para a subsistência da corte que aqui se instalara. De acordo com Mendonça (2000), foram estes cursos formados por D. João VI - na época ainda príncipe regente - que deram origem às escolas e faculdades profissionalizantes que constituíram o conjunto das instituições de ensino superior até a República.

Outro momento de significativa importância para o estabelecimento do ensino superior no Brasil foi a criação dos cursos jurídicos feita por D. Pedro I logo após a independência, cursos estes que eram freqüentados por nobres, proprietários de terra e membros de uma camada intermediária de profissionais liberais que se estabeleceram economicamente com a ampliação dos quadros administrativos e burocráticos do império. Maria Lúcia Aranha (2006) chama este período de “época de ouro do bacharel” e salienta o status atribuído ao indivíduo portador de diploma de nível superior. Nas palavras da autora:

Os cursos jurídicos eram os que mais atraíram os jovens na segunda metade do século XIX, época de ouro do bacharel, cujo prestígio vinha sobretudo do uso da tribuna. A camada intermediária procurava esses cursos, não só para seguir a atividade jurídica, mas para ocupar funções administrativas e políticas ou dedicar-se ao jornalismo. Além disso, o diploma exercia uma função de

“enobrecimento”. Letrados e eruditos, com ênfase na formação humanística, cada vez mais se distanciavam do trabalho físico, “maculado” pelo sistema escravista (ARANHA, 2006, p. 226).

Neste mesmo contexto, ressalta Gilberto Freyre (2003) que durante o Segundo Reinado, quando cada vez menos os filhos educados na cidade retornavam à casa paterna, ocorreu com grande intensidade a ascensão social e política do jovem bacharel, que passou a ocupar os cargos antes destinados aos homens maduros, patriarcas das casas-grandes de engenho e de fazenda. Segundo ele, neste período deu-se a transição do patriarcado rural para a aristocracia dos jovens senhores doutores.

Neste ponto é importante salientarmos, por um lado, o caráter elitista e aristocrático do acesso a educação brasileira daquele período, no qual as classes já dominantes buscavam enobrecimento através do diploma, legitimando assim o poder das classes altas. Isto é visível no costume das grandes famílias patriarcais de várias regiões do Brasil de enviarem seus filhos para estudarem em escolas de nível superior dos grandes centros, como Coimbra, Montpellier, Olinda, São Paulo, Rio de Janeiro, e Bahia (FREYRE, 2003).

É importante destacar que, nesta época, o ingresso no ensino superior se dava exclusivamente através de determinados colégios, como o Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, que qualificavam seus alunos para dar continuidade aos seus estudos. Uma vez que estes colégios eram freqüentados majoritariamente pela elite econômica do país, mantinha-se assim a estrutura social ao mesmo tempo que acenavam com a possibilidade de ascensão social para os membros das classes mais baixas que conseguiam neles ingressar.

Neste segundo exemplo, se expressa a possibilidade de ascensão social oferecida pelo diploma superior, que permitia que os filhos e netos dos mascates se equiparassem aos filhos das famílias mais ricas e tradicionais, ou mesmo que morenos e mulatos filhos de quitandeiras e funileiros estudassem e se formassem através de seus próprios esforços para vestir as sobrecasacas e becas, que segundo Freyre eram “capazes de aristocratizarem homens de cor, mulatos, “morenos”” (2003, p. 722).

A primeira tentativa de democratização do acesso ao ensino superior foi feita já no período republicano, com a criação do exame vestibular, que desatrelava a entrada na universidade dos colégios da elite. A história do concurso vestibular tem início em abril de

1911, quando no governo Hermes da Fonseca foram promulgados os decretos 8.661 e 8.662, que regulamentavam respectivamente as faculdades de medicina e direito.

Neles, ficava estabelecido que para matricular-se nestes cursos, o candidato deveria, além de outros atributos, possuir o certificado de aprovação no exame de admissão, que era constituído, como descrito na própria lei, por uma prova escrita em vernáculo que buscava revelar a “cultura mental” do candidato e uma prova oral que versava sobre línguas e ciências. De acordo com Adolpho Ribeiro Netto, a preocupação do exame era “a de uma avaliação global do desenvolvimento intelectual do candidato e de uma aferição de sua capacidade para empreender estudos em um nível superior sem vinculação a carreiras ou cursos específicos” (1986, p.42).

Em 1931, foi criado o Ministério da Educação e da Saúde, e o então ministro Francisco Campos, realizou a reforma do ensino. Nela estabeleceu-se que o ensino secundário seria composto por um núcleo fundamental no período de cinco anos e uma fase complementar com a duração de dois anos, que serviria como um período de adaptação do aluno às suas futuras atividades profissionais e por isso deveria ser ministrada pelas próprias instituições de ensino superior. Esta etapa final do ensino secundário ficou então conhecida como período pré-universitário e subdividia-se de acordo com a área de atuação do aluno: pré-jurídico, pré-médico, pré-politécnico, etc.

Com esta reforma, o exame vestibular passou a ser determinado pela natureza do curso pleiteado pelo aluno e tornou-se restrito a algumas disciplinas tidas como pré-requisitos mais importantes para cada área de atuação. De acordo com Netto (1986), esta medida deu início a uma especialização “precoce” dos alunos naquelas matérias específicas de seu curso tendo em vista o ingresso no ensino superior, desconsiderando assim o caráter de formação global do ensino fundamental e do secundário.

A nova reforma do ensino, realizada por Gustavo Capanema em 1942, extinguiu a fase complementar do ensino secundário, dividindo o curso colegial nas modalidades clássico e científico. No entanto, esta nova configuração também tinha como objetivo preparar os estudantes para dar continuidade aos seus estudos no nível superior, mantendo assim a especialização dos alunos antes mesmo do ingresso no ensino superior.

Em 1961, foi promulgada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a lei de equivalência dos diferentes ramos do ensino secundário, que determinava que, para efeito

de ingresso no ensino superior, eram considerados equivalentes todos os cursos de grau médio, permitindo assim que mesmo o aluno concluinte de um curso profissionalizante – comercial, industrial, agrícola ou normal – pudesse pleitear sua entrada na universidade, o que aumentou consideravelmente a demanda por vagas. Alguns anos depois, com as mudanças sociais e econômicas pós 64, que aumentaram significativamente a exigência do mercado de trabalho por diplomas universitários (LELLIS, 1985), a demanda pelo ensino superior teve um crescimento ainda maior, tornando-se problemática para o sistema de ensino despreparado.

No vestibular de 1968, por exemplo, foram calculados 125.000 excedentes em todo território nacional (LELLIS, 1985), revelando assim a discrepância existente entre a demanda e a oferta de vagas. Esta era uma questão complexa que não afetava apenas os candidatos, pois devido ao fato do exame vestibular ser, na época, uma prova habilitatória e não classificatória, algumas instituições começaram a ter problemas com a entrada de alunos através de mandado de segurança, ou seja, uma vez aprovado, o candidato poderia garantir seu ingresso na universidade por vias legais, independente do número de vagas disponibilizadas pela instituição.

Para combater esta prática, as universidades aumentaram consideravelmente o grau de dificuldade do exame vestibular para evitar habilitar candidatos em excesso, procedimento que foi facilitado pela inexistência de um programa oficial que orientasse e regulamentasse o conteúdo das provas de acordo com aquele apresentado ao longo do segundo grau. Sobre este assunto, Chagas afirma de forma bastante irreverente que “certa vez, durante a elaboração de um vestibular de Engenharia: tão difíceis iam se tornando os quesitos que, a certa altura, não nos contivemos e perguntamos porque não exigir logo o diploma de engenheiro” (1970, p. 299).

Nas palavras de Netto, ao combater o problema dos excedentes através do aumento no nível de dificuldade das provas, o vestibular acabou se transformando em

(...) instrumento para descartar candidatos e não para selecioná-los; aumentando o grau de dificuldade das provas, tornando-as incompatíveis com aquilo que, de fato, era ensinado no curso colegial. O distanciamento entre o que era ensinado ao aluno no secundário e o que era pedido ao candidato no vestibular criou um vazio entre o ensino secundário e o superior, no qual, com muito senso de oportunismo, os conhecidos “cursinhos” se insinuaram e floresceram (NETTO, 1986, p.43).

Diante das crescentes dificuldades enfrentadas pelas instituições ao selecionar seus alunos, em São Paulo, em meados da década de 60, um grupo de professores da área médica deu início a um projeto de transformação do vestibular no âmbito das escolas médicas daquele estado. Desta iniciativa, nasceu em novembro de 1964 a Fundação Carlos Chagas, que tinha a proposta de: revisar os antigos programas do vestibular, incluindo às matérias tradicionais da área biológica disciplinas globais como matemática, inglês, história, geografia, literatura e conhecimentos gerais; estabelecer as questões de múltipla escolha como método de avaliação imparcial e objetivo; estabelecer um sistema de opções prévias tendo em vista as preferências do aluno; garantir o rigor na igualdade de condições dos candidatos garantindo que todos fizessem as mesmas provas nos mesmos dias e horários; e unificar o exame de diversas instituições para que o candidato concorresse simultaneamente às vagas de todas as seis escolas médicas associadas.

Estas modificações estabelecidas pela Fundação Carlos Chagas foram de tal forma significativas que diversas instituições de ensino superior brasileiras seguiram-lhe o exemplo e em 1968, a própria lei 5540, que norteou a reforma universitária, inspirou-se nela ao instituir a abrangência de conteúdos, a unificação das avaliações de diferentes áreas, bem como a realização de vestibulares unificados em âmbito regional.

Por fim, em 1971 o decreto 68908 estabeleceu a natureza classificatória do vestibular que, seguindo a iniciativa da Fundação, já vinha sendo utilizado na maior parte dos exames. Ficava também determinado que os candidatos fariam mais de uma opção de carreira e seriam classificados de acordo com a ordem decrescente dos resultados, independente da obtenção de uma nota mínima. Com isso, foi extinta a figura do excedente, já que não mais havia candidatos habilitados sem classificação.

No entanto, em pouco tempo revelou-se que a classificação através das múltiplas opções de carreira do aluno criava uma outra figura problemática, a do excedente interno, que nada mais era do que o aluno que não era aceito em sua carreira de primeira escolha, ainda que esta vaga estivesse de fato ociosa. Para explicar mais detalhadamente este processo, vejamos a descrição de Netto:

(...) sendo as vagas dos cursos de Odontologia, de Farmácia, de Medicina, de Veterinária, de Biologia, preenchidas predominantemente por candidatos que aspiravam vagas nos cursos de medicina, verificou-se apreciável evasão já no decorrer do primeiro ano letivo e descontentamento das escolas que experimentaram este problema e que viam não serem efetivamente ocupadas as vagas que ofereciam (...). Acresce, ainda, que os vestibulandos realmente

desejosos de seguir outras carreiras, como primeira escolha, tinham seu acesso a essas escolas ficticiamente bloqueado por candidatos que, embora melhor classificados, nelas não se fixavam (NETTO, 1982, apud LELLIS, 1985, p. 32).

Considerando esta problemática, o então ministro da educação, Jarbas Passarinho, regulamentou o sistema de prevalência da primeira opção do candidato, buscando garantir que as carreiras menos concorridas não tivessem suas vagas falsamente ocupadas por candidatos excedentes daquelas mais procuradas, garantindo assim que os verdadeiros interessados pudessem ocupá-las.

Esta diversidade de modificações técnicas estabelecidas para o concurso vestibular entre os anos de 1968 e 1972, como salienta Lellis (1985), está diretamente relacionada ao chamado “Milagre Brasileiro”, período em que a euforia econômica fez com que as camadas médias urbanas passassem a construir um plano de ascensão social em torno do diploma universitário, aumentando assim a demanda por vagas. Com isso, criou-se uma política expansionista do ensino superior, fundamentada através da Reforma Universitária e garantida pela criação da Comissão Nacional de Vestibular Unificado – CONVESU.

No entanto, há que se considerar que esta euforia do governo em garantir as demandas da classe média teve como resultado um crescimento desordenado do ensino superior. Passou-se a autorizar a criação de novos cursos sem critérios rigorosos de avaliação dos mesmos, beneficiando, assim, as instituições particulares que floresceram neste período. Nas universidades públicas, por sua vez, o aumento de vagas era feito principalmente nos cursos da área de humanas, onde o investimento em infra-estrutura era mais baixo, criando assim uma sensação de crescimento camuflada, uma vez que os cursos com mais procura, como engenharia e medicina, continuavam estagnados.

A partir de 1975, no entanto, o “Milagre Brasileiro” entrou em crise, avançando rapidamente para um período de recessão, no qual a redução de gastos com a máquina burocrática do Estado impediu a manutenção dos índices de crescimento até então alcançados. Os excedentes, que até o início da década eram encontrados tentando ingressar na universidade, se transformaram em um excedente de diplomados às portas de um mercado de trabalho saturado pela quantidade de profissionais e com sua oferta de empregos reduzida por conta da crise econômica.

Por um lado, o governo não tinha mais como manter a política de expansão do ensino superior iniciada anteriormente, por outro, os alunos formados ressentiam-se da

queda do valor econômico do diploma através das reduções de salário, bem como da perda de valor simbólico dessa posição social, já que ser um diplomado tornava-se cada vez mais comum e por isso tinha cada vez menos prestígio.

Havia ainda o problema dos docentes e gestores das universidades que se queixavam da baixa qualidade dos alunos que ingressavam nas universidades enquanto os representantes das entidades profissionais reclamavam da queda de qualidade do ensino superior que resultava na formação de profissionais incompetentes. Como exemplifica Cunha:

(...) os médicos integrantes de uma comissão organizada pelo MEC, em 1973, para estudar a questão do ensino de Medicina, propuseram que não se criassem mais escolas nem expandissem as vagas já existentes. Menos fortes do que os médicos, portanto, menos capazes de imporem mecanismos “internos” de controle, os advogados adotaram um mecanismo externo: a Ordem dos Advogados submetia a um exame os concluintes dos cursos de Direito, só fornecendo licença para exercer a profissão àqueles que mostrassem conhecimentos para isso (CUNHA, 1977, apud LELLIS, 1985, p. 39).

De acordo com Gatti (1992), seguiu-se a este período um projeto de recuperação do ensino superior que tinha como bandeira a retomada dos padrões de excelência da universidade brasileira. Pretendia-se aumentar a qualidade dos cursos oferecidos, suspendendo as autorizações e reconhecimento de novos cursos como estratégia para refrear o aumento de vagas. Outra medida adotada foi a modificação no modelo dos concursos vestibulares objetivando uma escolha mais criteriosa que resultasse na aprovação de alunos mais qualificados para o desenvolvimento dos estudos de nível superior.

Dentre as principais modificações realizadas na estrutura do vestibular, podemos destacar a inclusão da prova de redação, a realização do concurso em duas fases, a introdução, em alguns cursos, de provas de habilidades específicas e a atribuição de peso mínimo às avaliações para a habilitação do candidato a realizar a segunda fase do exame.

Como salienta Bernardete Gatti (1992), refletindo esta onda de alterações na estrutura do concurso, ao longo da década de setenta e no início da década de oitenta, a discussão acadêmica sobre o vestibular concentrou-se em torno das questões metodológicas do concurso. Como demonstrado por Adolpho Netto (1978), dentro dessa discussão técnico-operacional sobre o exame, destacam-se os seguintes debates:

Quanto aos aspectos técnicos, discute-se o nível e a natureza das provas, com vistas à adequação de seu poder discriminativo ao nível e origem escolar dos

candidatos; discute-se o tipo de prova, buscando definir qual o que proporciona mais perfeita verificação das capacidades sob exame e, portanto, mais alta qualidade de seleção; discute-se a conveniência ou não da unificação do vestibular a nível regional; ou da adoção do processo classificatório ou habilitatório para a atribuição das vagas. Quanto aos aspectos operacionais, discute-se sobre a adequação dos locais e dos horários das provas, a garantia de seu sigilo, a uniformidade de sua aplicação, e outros temas semelhantes, relativos ao oferecimento de adequadas e iguais condições para o desempenho do candidato (NETTO, 1978, p. 48).

A principal questão que serviu de pano de fundo para as discussões deste período foi a visão corrente de que o vestibular deveria ser não somente um mecanismo de seleção de candidatos para o ensino superior, como uma ferramenta fundamental no controle de qualidade do primeiro e segundo graus de ensino. Acreditava-se que ao realizar modificações no concurso, obrigava-se as escolas a adaptar-se as novas exigências, solucionando assim os problemas da educação.

Segundo esta lógica, um dos principais focos da discussão sobre o vestibular neste período foi a deficiência apresentada pelos alunos em expressar-se na forma escrita. Na época, a prova de múltipla escolha foi apontada como causadora deste problema, mesmo que, como destaca Netto (1978), este tenha sido um fenômeno global, influenciado pela comunicação de massa que valorizava o apelo visual em detrimento da verbalização.

Diante das críticas, o MEC estabeleceu em 1976 um grupo de trabalho encarregado de oferecer sugestões para o aperfeiçoamento da língua portuguesa. Através das discussões levantadas por este grupo, foi incluída a prova de redação no exame vestibular, mesmo que ela trouxesse de volta o antigo problema de falta de objetividade do julgamento que tanto foi combatido antes do estabelecimento das questões de múltipla escolha.

A introdução da prova de relação no vestibular foi uma decisão controversa, que teve como resultado uma série de debates acalorados sobre a eficácia desta medida na melhoria do ensino de língua portuguesa, bem como sobre a validade deste método na classificação objetiva de alunos para o ensino superior. Levando em conta a imprecisão de julgamento das provas discursivas, uma vez que se averiguava divergência entre as notas atribuídas a uma mesma avaliação por examinadores diferentes ou até mesmo pelo mesmo

examinador em momentos distintos, surgiu a necessidade de se estabelecer critérios de correção mais rígidos⁵.

Além disso, a inclusão da prova de redação e de questões discursivas nas avaliações, fez com que o tempo de correção das provas aumentasse consideravelmente. A opção para a solução deste problema foi dividir o exame em duas fases, sendo a primeira delas constituída por uma prova com questões de múltipla escolha sobre todo o conteúdo do secundário. A esta primeira prova era atribuído um peso mínimo para a habilitação do aluno para seguir para a próxima etapa do exame, compreendendo, assim, o caráter classificatório que se esperava do vestibular. Na segunda fase do concurso os alunos realizavam provas discursivas das matérias específicas do concurso pleiteado, além da prova de redação e das avaliações de habilidades específicas nos cursos que justificassem esta necessidade, como os de artes plásticas, arquitetura e música.

Neste ponto, as discussões também se detinham sobre o melhor método para avaliar de forma objetiva as provas de candidatos com origens, experiências de vida e referenciais tão distintos. Pensava-se sobre a influência dos fatores sócio-econômicos na elaboração de respostas discursivas, adiantando assim as preocupações da década seguinte.

Nos anos oitenta, por sua vez, vemos uma mudança significativa no olhar acadêmico sobre o vestibular. A discussão puramente metodológica que sucedeu às modificações técnicas do concurso dá lugar a um novo tipo de questionamento, preocupado com a relação existente entre as desigualdades políticas sociais e econômicas e as desigualdades educacionais percebidas no exame vestibular. Nas palavras de Maria Nobre Damasceno:

Enquanto perdurou a explicação de que as desigualdades sociais e, por conseguinte, as educacionais, eram de caráter natural (e não de cunho social) não havia como questioná-las, restava tão somente aceitá-las. A partir do momento que se aceita o princípio de que todos os homens são iguais por natureza, as desigualdades sociais podem ser questionadas e estudadas, cria-se, então, o clima necessário para a explicação sociológica. A nosso ver, o caminho mais adequado para proceder o exame do tema consiste em procurar os vínculos entre a educação e a estrutura sócio-econômica da sociedade concreta onde a mesma se realiza. Ou seja, buscar compreender desigualdades educacionais a partir de sua interação com as desigualdades sociais mais amplas (1986, p. 55).

⁵ Os trabalhos de Flavia de Barros Carone (1980), Jose Geraldo Teixeira (1980), Sérgio Costa Ribeiro ET AL. (1981) e Linalda Arruda Mello e Wanilda Lima Vidal de Lacerda (1982) são bons exemplos da discussão metodológica sobre o melhor método de correção de redações.

Seguindo este ponto de vista, a autora defende que estaríamos longe de uma democratização do ensino superior, uma vez que o vestibular reproduz a seletividade econômica existente na sociedade brasileira como um todo e que a idéia de vocação que tanto se discute na psicologia estaria intimamente relacionada à origem sócio-econômica do aluno. Damasceno aponta ainda a elitização interna da universidade, visível na distribuição dos alunos por cursos, distribuição esta que tende a alocar alunos de alta renda em cursos mais prestigiados e alunos de baixa renda naqueles com menor procura.

Da mesma forma, baseando-se no perfil de candidatos da UFMG nos anos 1980 e 1988, Jacques Scharzman (1989), discute a estratificação da universidade, uma vez que a relação existente entre o nível sócio-econômico familiar dos candidatos e seu desempenho no concurso, faria com que os cursos de maior prestígio fossem ocupados pelas elites, enquanto os alunos de baixa renda se concentravam nos cursos de menor status e com a relação candidato/ vaga mais baixa. O autor salienta ainda que o caráter eliminatório do concurso vestibular contribuía para que as elites ocupassem a maior parte das vagas das universidades públicas, já que os alunos de baixa renda, significativamente menos preparados para as provas, eram excluídos do processo logo na primeira fase. De acordo com ele, esta elitização da universidade tornaria despropositadas medidas assistencialistas como a criação de cursos noturnos, instalação de bandejões e mesmo a gratuidade do ensino superior público.

Cláudio de Moura Castro (1981), por sua vez, denuncia a relação perversa existente entre o vestibular e o ensino secundarista, na qual a escola passaria a atuar como mera adestradora de alunos para a realização das provas, copiando-lhe o “método de cruzinhas”⁶ e ensinando aos alunos apenas os conteúdos cobrados no exame. O autor coloca em questão o pensamento corrente de que o vestibular poderia ser usado como instrumento de melhoria do segundo grau e questiona inclusive sua capacidade de selecionar os alunos mais aptos para o ensino superior.

Sérgio Costa Ribeiro (1981) também se debruça sobre esta visão do vestibular como um elemento de pressão pedagógica nos dois primeiros graus de ensino e aponta a importância de analisarmos os mecanismos psicossociais que orientam a escolha de carreira dos candidatos como forma de melhor compreender a estrutura social da universidade. Ao contrário dos outros, este trabalho tem o mérito de não permanecer no

⁶ O modelo de prova com questões de múltipla escolha.

discurso padrão de que os alunos de baixa renda tem a sua escolha de carreira socialmente orientada, mas de afirmar de uma forma mais global que “os estudantes, diante da necessidade de uma escolha de carreira prematura (...) optam por uma carreira determinada, entre aquelas compatíveis com seu nível sócio-econômico cultural” (RIBEIRO, 1981, p. 96).

Ao longo da década de 90, o ensino superior brasileiro foi significativamente influenciado pelas resoluções do Banco Mundial, que orientaram de forma significativa as políticas públicas na área de educação. Na esteira das transformações jurídico-institucionais apontadas pelo Banco, foram criadas neste período a Nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE), ambos com discussões específicas sobre o ensino superior que deram origem à nova reforma universitária entre os anos de 1995 e 1997.

Tem início neste período um novo projeto de expansão do ensino superior, caracterizado por duas tendências principais. Por um lado ele tinha como base a reforma estrutural e jurídica das instituições, privilegiando em certa medida a privatização e o incentivo à criação de novos cursos e instituições de ensino superior privadas, como forma de garantir o crescimento deste grau de ensino sem onerar o Estado com os custos em investimentos. Caberia ao governo apenas a tarefa de fiscalizar e avaliar a qualidade dos cursos através de uma série de provas padronizadas.

Por outro lado, o projeto de expansão tinha como bandeira a importância estratégica da educação para o desenvolvimento nacional e a necessidade premente de democratização do ensino superior. Nesta década, pela primeira vez questionou-se de verdade a possibilidade de substituição do vestibular por um outro método de seleção de candidatos. Ao longo dos anos, muito se discutiu sobre os prós e contras do concurso, mas apenas nos anos 90 foi elaborada uma proposta alternativa, que visava tornar menos rígido o mecanismo de acesso aos cursos de graduação, que até então tinham o vestibular como única porta de entrada.

Esta nova proposta estava baseada em provas semestrais aplicadas aos alunos do segundo grau, que poderiam ser usadas pelas universidades da maneira que achassem mais

adequado, uma vez que possuíam autonomia pedagógica (CUNHA, 1997)⁷. No entanto, o que percebemos foi a manutenção do vestibular como estratégia privilegiada de seleção de candidatos, sendo o resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), criado em 1998, o único indicador realmente utilizado pelas grandes universidades como critério de seleção complementar ao vestibular, e isso só veio a ocorrer de fato uma década depois de sua criação.

Outra medida de democratização do ensino superior que teve início nos anos noventa e que ganhou força na década seguinte foi a implementação das políticas de cota, que causou um verdadeiro furor acadêmico em torno do vestibular. Estas políticas buscam garantir a entrada das minorias étnicas e econômicas no ensino superior, destinando parte das vagas oferecidas pelas instituições para negros, índios e estudantes oriundos da rede pública de ensino.

Nas discussões acadêmicas sobre esta política, os autores a favor da medida, como Munanga (2001), Carvalho (2001) e Domingues (2005), celebravam as cotas como forma da sociedade se redimir das discriminações históricas em relação às minorias étnicas, bem como de diminuir as desigualdades sociais existentes no ensino superior ao apoiar o ingresso do aluno de baixa renda proveniente do ensino público.

Já o discurso dos autores contrários à medida, como Brandão (2005) e Cardoso (2008), afirmava que a política de cotas seria uma forma de livrar o governo do compromisso de aumentar a qualidade do ensino de base, criando uma democratização do ensino que não acontece de fato. Segundo eles, a classificação de alunos menos qualificados só serviria para fortalecer o ensino superior privado e enfraquecer as instituições públicas de excelência, que passam a lidar com um corpo de alunos menos preparado e com o aumento da evasão.

Em paralelo às cotas, foram criados nos últimos quinze anos uma série de outros mecanismos de inclusão dos alunos de baixa renda, que visavam aumentar o nível de escolaridade do povo brasileiro. Os exemplos mais significativos desta tendência são o Projeto Universidade Para Todos (Prouni); o programa do governo federal de crédito

⁷ Ainda hoje algumas instituições de ensino, principalmente de caráter privado, utilizam processos diferenciados de admissão aos cursos de graduação, que na maior parte das vezes é constituído de redação e entrevista.

educativo (Fies); e a recente proposta do MEC para a unificação dos vestibulares de universidades federais (Sisu e Novo Enem).

O Projeto Universidade Para Todos (Prouni) se destina à concessão de bolsas de estudo em instituições de ensino superior da rede privada, que podem ser integrais ou parciais, em cursos de graduação ou seqüenciais de formação específica. Os candidatos que desejem pleitear o auxílio do Prouni não podem possuir qualquer diploma de ensino superior e devem ter se saído bem na prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)⁸.

Além disso, o aluno deve se enquadrar em um dos seguintes requisitos: ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituição privada, na condição de bolsista integral da respectiva instituição; ser pessoa com deficiência; ser professor da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica e integrando o quadro de pessoal permanente de instituição pública e concorrer a bolsas exclusivamente nos cursos de licenciatura, normal superior ou pedagogia. Por fim, utilizam-se os critérios de renda familiar de até 1,5 salário mínimo por pessoa para a concessão de bolsas integrais e de no máximo três salários mínimos para a concessão das bolsas parciais de 50% do valor da mensalidade. No caso específico de professores de escolas públicas não é exigida a comprovação de renda.

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do Ministério da Educação, operado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que visa financiar os cursos de graduação de alunos matriculadas em instituições de ensino de nível superior privadas. Para candidatar-se ao financiamento o aluno deve ter realizado o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) – exceto o caso anteriormente exposto de professores da rede pública – ressaltando que só são financiados pelo Fies os cursos presenciais que tenham obtido avaliações positivas no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) funciona como um sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação no qual as instituições de ensino superior públicas oferecem vagas a serem pleiteadas por candidatos inscritos que tenham realizado o Exame Nacional do Ensino Médio e não tenha zerado a redação. Atualmente, o Sisu conta com 95

⁸ O candidato deve ter obtido o mínimo de 400 pontos na média das cinco disciplinas avaliadas (ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias; linguagens, códigos e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias e redação), além disso o candidato não pode ter zerado a redação.

instituições públicas de ensino superior cadastradas em seu processo seletivo, sendo o Rio de Janeiro um dos estados com maior adesão, tendo 12 instituições participantes.

Para participar do Sistema de Seleção Unificada, o candidato inscreve-se no programa utilizando seu número de identificação e senha no Enem, para que o sistema recupere automaticamente sua pontuação neste exame. O candidato escolhe então duas opções de carreira dentro das vagas oferecidas pelas instituições participantes, e define se deseja participar da ampla concorrência ou se prefere pleitear as vagas destinadas às políticas de ação afirmativa. Vale ressaltar que algumas instituições adotam notas mínimas para o ingresso em determinados cursos, e se no momento em que o aluno se inscreve no Sisu a nota por ele obtida no Enem não for suficiente para o curso de sua escolha, o próprio sistema informatizado deverá emitir uma mensagem solicitando que outro curso seja selecionado.

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi criado em 1998 com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino médio oferecido pelas instituições de ensino brasileiras e desta forma auxiliar o Ministério da Educação a elaborar políticas específicas para a melhoria deste seguimento, modificando sempre que necessário os Parâmetros Curriculares Nacionais do ensino médio e fundamental. Com o passar do tempo, no entanto, a prova passou a ser utilizada como forma de ingresso em diversas universidades e isso fez com que o governo refletisse sobre o potencial unificador do exame.

Com isso, em 2009, o então ministro da educação Fernando Haddad enviou uma proposta de reformulação do Enem⁹ à Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, para que ele venha a ser utilizado como forma de unificação dos processos seletivos das universidades federais. Tendo em vista a autonomia das instituições de ensino, a proposta do Novo Enem lhes garantiria a possibilidade de optar pela utilização do exame como fase única de seleção; como primeira fase do processo seletivo; de forma

⁹ Um dos principais objetivos do Novo Enem é democratizar o acesso ao nível superior público através da mobilidade acadêmica dos alunos sem a necessidade de deslocamento para a realização das provas. Para isso, o Ministério da Educação tomou como base a comparação com o modelo universitário Americano, no qual aproximadamente 20% dos estudantes cruzam as fronteiras estaduais para ingressar nas instituições de sua escolha. No entanto, neste país o ingresso na universidade coincide culturalmente com a saída do jovem da casa dos pais, o que não se verifica na sociedade brasileira. Cabe então nos perguntarmos se este não seria na verdade um projeto que em vez de permitir a mobilidade acadêmica dos alunos não aumentaria o abandono dos cursos e com isso o número de vagas ociosas.

combinada com o vestibular da instituição; ou como fase única para o preenchimento das vagas remanescentes do vestibular. Para que isso seja possível, não só o conteúdo do exame seria revisto para aumentar a precisão na aferição das proficiências, como a metodologia do exame seria modificada, passando o exame a ser aplicado em outubro, com as notas entregues no início do mês de janeiro.

Contudo, desde então o exame tem enfrentado dificuldades que desestabilizaram a confiança dos estudantes neste sistema de avaliação. Em 2009 houve um roubo de provas que fez com que a aplicação das mesmas fosse remarcada. No ano de 2010, além do vazamento de informações confidenciais dos candidatos na Internet, ocorreu também a aplicação de vinte e uma mil provas com cadernos de questões errados, o que fez com que a justiça do Ceará suspendesse o exame em todo o território nacional. Em 2011, descobriu-se que alunos de um colégio da rede particular de Fortaleza tiveram acesso a questões cobradas na prova, o que fez com que a justiça do Ceará novamente interviesse, anulando quase 900 provas. Neste mesmo ano teve início uma série de pedidos judiciais de vistas às correções das provas de redação, que colocaram em cheque mais uma vez a imparcialidade e até mesmo a lisura deste tipo de avaliação¹⁰ e fizeram com que o governo se deparasse com a necessidade de disponibilizar on-line todas as correções.

1.2 A decisão de ingressar na universidade

Ainda que existam problemas a serem resolvidos e métodos a serem aprimorados, todas estas medidas adotadas nas últimas duas décadas com o objetivo de democratizar o acesso ao ensino superior fizeram com que a procura pelo diploma universitário aumentasse nos últimos anos, transformando o vestibular em uma questão cada vez mais significativa para os jovens concluintes do ensino médio de diferentes camadas da população. Isto nos leva a refletir sobre a questão inicial que se coloca aos concluintes do ensino médio, que é a de ingressar ou não no ensino superior.

No que diz respeito aos alunos pertencentes às escolas particulares e oriundos das classes média e alta, com pais com maior grau de instrução, é interessante notarmos que a questão de prestar ou não o exame vestibular não é em si uma possibilidade, visto que em

¹⁰ Um candidato paulista que havia obtido grau zero em sua redação, depois de pedir judicialmente a vista da correção de sua prova, teve a nota ampliada de zero para oitocentos e oitenta pontos em uma escala de zero a mil.

seu discurso este tipo de pergunta nem mesmo é compreendida, como demonstra o seguinte diálogo:

Pesquisadora: Você já decidiu se vai fazer o vestibular?

Alice: Como assim? Se eu já escolhi o curso que eu vou fazer?

Pesquisadora: Não, estou perguntando se você decidiu fazer o vestibular, independente do curso.

Alice: Claro que sim. O vestibular é o objetivo de todo esse tempo estudando, né, a gente passa esses anos todos na escola se preparando pro vestibular.

Este tipo de resposta, que se quer cogita outras possibilidades ao final do ensino médio fez com que eu passasse a iniciar todas as entrevistas com esta indagação, e a diferença entre alunos das escolas públicas e privadas revelou-se bastante acentuada à medida que os primeiros eram capazes de elaborar um discurso bastante objetivo sobre a decisão de entrar na universidade, tendo em vista questões como ascensão social, ingresso no mercado de trabalho, realização do sonho dos pais, etc. Os alunos das instituições privadas de ensino, por sua vez, mostraram perceber o vestibular como um passo natural e mesmo obrigatório após a conclusão da vida escolar. Questões relacionadas ao curso a ser escolhido, a universidade na qual se pretende estudar e mesmo sobre as condições de ser ou não aprovado são freqüentes em suas falas, mas prestar ou não o vestibular não é para eles uma questão.

Esta distinção encontra suporte principalmente no discurso familiar que acompanha estes jovens ao longo de toda a vida escolar. Segundo meus entrevistados das escolas públicas os pais sempre estiveram muito preocupados em incentivá-los a concluir a escola para, desta forma, conseguirem uma boa colocação no mercado de trabalho. Estes pais, muitos deles concluintes apenas do ensino fundamental ou com o ensino médio incompleto, experimentaram pessoalmente as dificuldades de enquadramento profissional em um mundo em que cada vez mais exige-se dos candidatos a certificação da educação formal e por isso buscaram inculcar em seus descendentes a importância de concluir a vida escolar.

O caso de Rosa, 54 anos, e seu filho André, 19 anos, é bastante emblemático desta questão. Ao ver que o filho estava desestimulado com os estudos e, depois de ter sido reprovado repetidas vezes, pensava em abandonar a escola no nono ano do ensino fundamental, Rosa, que também havia desistido de estudar nesta série, decidiu retornar à escola no curso supletivo para desta forma incentivar o filho a obter o diploma. Os dois cursaram juntos o ensino médio no turno da noite, período durante o qual a mãe se ocupava

de auxiliar o filho nas tarefas, de estudar para as provas e entregar os trabalhos nas datas corretas e de estimulá-lo a freqüentar as aulas e manter-se atento mesmo depois de um dia cansativo de trabalho.

Ao final do curso, Rosa, que trabalha como faxineira, chegou a sonhar com seu próprio ingresso no ensino superior, mas acabou desistindo por causa da idade. Ela orgulhava-se de ter podido voltar a estudar depois de ter interrompido os estudos ainda na adolescência para casar e ter seus filhos, e lamentava que o filho não sentisse este desejo de seguir adiante com os estudos. No entanto, dizia já estar satisfeita com o fato de André ter concluído a escola, pois ela agora poderia ficar tranqüila quanto ao seu futuro.

Sem terminar a escola ninguém arruma nada hoje em dia. Com ele terminando a escola eu fico mais tranqüila de que ele vai conseguir um serviço e vai poder tocar a vida sem me dar aporrinhção, sem ficar encostado que nem o pai. Eu queria que ele fizesse uma faculdade, e eu falei tanto, mas ele não quer saber disso. Nenhum dos meus filhos quis fazer faculdade, quem sabe meus netos façam, mas já é um sacrifício meter na cabeça deles que tem que terminar a escola.

No discurso dos alunos das escolas particulares, por outro lado, percebe-se desde muito cedo a percepção da escola como uma preparação para o vestibular, principalmente durante o ensino médio, em que os alunos destas instituições já fazem simulados, tem seu conteúdo voltado para as provas do concurso, assistem palestras sobre a vida profissional de diferentes carreiras e em alguns casos já contam com orientação vocacional na escola e com profissionais da área de psicologia. Muitos destes alunos inclusive prestam o exame antes de concluírem o ensino médio, para se familiarizarem com a prova e estarem mais calmos e melhor preparados quando o exame chegar.

Para estes jovens, o vestibular é um fato e a partir das entrevistas pude perceber que o discurso familiar de preparação para o vestibular é recorrente ao longo da maior parte de sua vida estudantil. O investimento da família na preparação do jovem para o exame também é bastante visível, não só no estabelecimento da melhor preparação para o vestibular como critério para a escolha da escola em que os filhos serão matriculados, como na opção pelas atividades extracurriculares por eles realizadas como os cursos de inglês e de redação, além das aulas de reforço. Como visto anteriormente na fala da entrevistada Alice, toda a vida escolar destes jovens parece caminhar de acordo com os

rumos do exame vestibular, o que cria uma sensação grande de ansiedade na maior parte deles.¹¹

Percebe-se assim, uma diferença importante entre as motivações existentes entre alunos de escolas públicas e particulares para prestar o concurso vestibular e pleitear uma vaga no ensino superior. Enquanto no primeiro grupo a universidade representa uma opção entre muitas outras de ingresso no mercado de trabalho e é buscada por eles como forma de mobilidade social ascendente, para o grupo de alunos das escolas particulares o vestibular é visto como etapa necessária para a vida adulta e o ingresso no mercado de trabalho, sendo um elemento tão fortemente enraizado na cultura da classe média instruída como ferramenta de manutenção ou elevação do status social que sequer se considera outra forma de preparação para o mundo do trabalho.

Esta diferença de percepção a respeito do vestibular faz parte de um universo mais amplo de significados que abarca inclusive a visão que estes indivíduos possuem de si mesmos, sendo abordado no próximo capítulo como as questões de construção de identidade e pertencimento ao grupo se inscrevem nas trajetórias de escolha profissional e de que forma o projeto de manutenção do status familiar ou de mobilidade social ascendente se inscrevem na construção deste projeto.

¹¹ Esta questão das emoções dos vestibulandos será melhor aprofundada posteriormente, no capítulo cinco, que trata especificamente sobre este tema.

2 IDENTIDADE E PROJETO PROFISSIONAL ENTRE VESTIBULANDOS

Ao longo do tempo, diversas foram as formas através das quais o indivíduo lidou com a questão da identidade, entendida em um primeiro momento e de forma mais geral como a visão que o indivíduo tem de si mesmo e a forma como se apresenta ao mundo e se relaciona com os demais. Como salienta Gilberto Velho, este é um tema central e até mesmo constitutivo da filosofia e das ciências humanas e podemos encontrar seus elementos e bases em textos clássicos como os de Platão, Cícero e Sêneca (Velho, 2009, p. 11).

Em seu livro *A identidade cultural na pós-modernidade*, Stuart Hall (2004) apresenta diferentes percepções históricas quanto à identidade e a maneira de vivenciá-la, estabelecendo uma distinção entre o que chama de sujeito iluminista e sujeito sociológico. De acordo com o autor, o sujeito do Iluminismo, inscrito na sociedade de corte do século XVII, percebia-se como sendo dotado de uma essência que se manifestaria no momento do nascimento e o acompanharia pelo resto da vida. Por possuir este núcleo interior estável, o indivíduo iluminista pode ser considerado como portador de uma identidade centrada e unificada, mesmo que na esfera pública essa essência natural fosse revestida pelas máscaras da sociabilidade, fazendo com que o sujeito representasse de acordo com suas regras.

No entanto, segundo Hall, no século XIX esta separação bem delimitada entre as esferas pública e privada teria dado lugar à crença na expressão involuntária das emoções, fazendo com que as convenções e formalidades se tornassem cada vez mais desvalorizadas. Neste contexto, como salienta Richard Sennett (1993), teria surgido um verdadeiro desprezo pelas máscaras rituais da sociabilidade característica da sociedade de corte, fazendo com que a representação se tornasse uma prática vista como negativa, e somente as manifestações tidas como espontâneas fossem consideradas autênticas.

É neste período de valorização da autenticidade e da espontaneidade, que Hall (2004) identifica o surgimento do sujeito sociológico, que ainda possuiria um “eu real” semelhante àquela essência iluminista, mas que, no entanto, não seria autossuficiente e autônomo, e sim formado e modificado pelo mundo externo. Desta forma, o espaço vago entre a esfera pública e a privada é preenchido ao unir o sujeito à estrutura, pois, mesmo

que ainda se entenda possuidor de uma essência singular e individual, o indivíduo projeta sua identidade através de pressupostos sociais e culturais que o mundo externo oferece. Com base em Simmel (1987), podemos dizer que o crescimento urbano e a vida na metrópole com seus múltiplos estímulos cria no indivíduo esta tensão entre sua vida interior e o mundo sociocultural em que está inserido.

Embora autores como Goffman já discutissem a relação entre o sujeito e os papéis sociais desempenhados, como mostrarei abaixo, foi, contudo, somente a partir das décadas de 60 e 70 que a categoria identidade passou a ser utilizada de fato como instrumento analítico. Neste período, as ciências sociais passaram a questionar conceitos como cultura, sociedade e nação, que até aquele momento tinham sido vistos como unidades autocontidas, definidas e interligadas, passando a repensá-los a partir de suas contradições, conflitos e fluidez. Segundo Claudia Rezende (2007)¹² este novo enfoque estendeu-se também para o aspecto microssocial, fazendo com que o próprio indivíduo fosse repensado como portador de uma identidade construída cultural e socialmente, que é vivenciada como algo que o define subjetivamente.

Em trabalhos deste período, como o clássico *A construção social da realidade* de Berger e Luckmann (1973), a identidade ainda é essencializada em sua origem, uma vez que mesmo após todas as etapas da socialização, ainda existiria na biografia subjetiva do indivíduo uma parcela que não seria social. No entanto, mesmo nestes primeiros escritos, já podemos ver alguns indícios da chamada “crise das identidades”, em que a complexidade do mundo moderno impõe ao sujeito questionamentos do tipo “quem sou eu”, mesmo que para os autores isso só aconteça em conjunturas bastante específicas. Como explica Rezende a respeito do pensamento de Berger e Luckmann:

Essas questões se colocariam apenas nas sociedades com divisão do trabalho complexa, nas quais há uma diversidade de mundos acessíveis e uma possibilidade maior de discordância entre as socializações primária e secundária. Surge uma consciência maior da relatividade desses mundos, de tal modo que o indivíduo passa a se relacionar com eles como em um “papel”, podendo desligar-se deles. Subjetivamente, isso implica uma distinção entre representar e ser e na possibilidade de escolher, de certo modo, com qual desses mundos haverá uma relação de identificação (REZENDE, 2007, p. 32).

Esta tensão entre o essencialismo e o construtivismo nas identidades foi a tônica das discussões sobre identidade nas últimas décadas, mesmo que em textos anteriores já

¹² Neste trabalho a autora analisa os pensamentos de Giddens, Bauman e Hall a partir da questão da pessoa, análise presente também nesta tese.

seja possível vislumbrar alguns elementos deste debate. O trabalho sobre a representação do eu na vida cotidiana de Erving Goffman (1980) é um bom exemplo, pois ainda que o autor não utilizasse o termo identidade, já salientava a importância das negociações de significado estabelecidas pelo indivíduo em sua interpretação e apresentação do eu na cena social. Da mesma forma, o debate sobre a contextualidade das identidades é antecipado por Goffman (1980) em seu trabalho sobre a elaboração da face, no qual o autor enfatiza a importância de se entender a linha e a face adotadas pelo indivíduo de acordo com a situação real em que são apresentadas. Nas palavras dele,

(...) a face não é algo que se aloja dentro ou na superfície do corpo de uma pessoa, mas sim algo que se localiza difusamente no fluxo de eventos que se desenrolam no encontro, e se torna manifesto apenas quando estes eventos são lidos e interpretados em função das avaliações que neles se expressam (GOFFMAN, 1980, p. 78).

O ponto de transição para os estudos sobre identidade se deu no final do século XX, quando a maioria dos cientistas sociais percebeu uma mudança considerável nas sociedades ocidentais, mesmo que não estejam de acordo na descrição e interpretação desta mudança. Alguns autores convencionaram chamar este período de pós-modernidade por perceberem uma ruptura com o estado de coisas anterior, enquanto outros autores, que entendem que nos últimos anos as características da modernidade haviam apenas se intensificado, criaram uma série de novos termos, como alta-modernidade, modernidade tardia, modernidade líquida entre outros.

No entanto, mesmo divergindo na origem das transformações, o pensamento social contemporâneo está de acordo com o fato de que o ritmo acelerado do crescimento científico, o desenvolvimento vertiginoso da informática, e a reorientação econômica do sistema político mundial ocasionaram uma transformação significativa, tanto na relação entre os Estados, quanto na mente dos indivíduos. Como salienta Fernando Magalhães, a sociedade ocidental moderna,

(...) tende a substituir o pensamento universal pelo microcosmo das narrativas locais, particularizando não só o conhecimento mas a própria condição humana. Perdido na multidão, o indivíduo volta-se para si próprio e, deslocado da realidade, adere à “realidade” do signo, apreendendo o objeto apenas de forma indireta, pela referência exclusiva ao sujeito. Tudo o que é sólido se evanesce, restando somente o simulacro do “mundo real” (MAGALHÃES, 2000, p. 83).

Neste contexto, a questão da identidade passou a ser extensamente discutida na teoria social com base no argumento de que com o declínio das velhas identidades que costumavam estabilizar o mundo social, novas identidades - múltiplas, fragmentadas,

construídas e reconstruídas dinamicamente e elaboradas de acordo com contextos específicos - entraram em ação, fragmentando o indivíduo até aqui visto como unificado. A assim chamada “crise da identidade” é vista como parte deste processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.

Segundo Stuart Hall (2004), as mudanças estruturais e institucionais ocorridas na pós-modernidade fizeram com que “as identidades que compunham as paisagens sociais “lá fora” e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as “necessidades” objetivas da cultura” (2004, p. 12) entrassem em colapso. Em decorrência disso, o próprio processo de identificação do indivíduo com as múltiplas identidades culturais se tornou provisório, variável e problemático. Para Hall, com a multiplicação dos sistemas de significação e representação cultural, os indivíduos se depararam com uma gama imensa e desconcertante de identidades possíveis com as quais podem se identificar, mesmo que seja de forma temporária. Assim,

(...) a identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2004, p. 12 e 13).

Da mesma forma, Zygmunt Bauman (2005) afirma que a fluidez característica das estruturas e instituições sociais da modernidade líquida fez com que a natureza de qualquer identidade se tornasse provisória e os indivíduos tivessem diante de si uma infinidade de modelos culturais à disposição para serem escolhidos. Este autor, da mesma forma que Hall, parte do princípio de que nos tempos atuais, nada na condição humana é dado de uma vez por todas ou imposto sem direito de apelo ou reforma, e os indivíduos assumem um papel de *bricoleur* construindo e reconstruindo suas identidades com o material que têm a mão, ou seja, com os múltiplos referenciais culturais e mercadorias oferecidos pelo mundo externo. Para o autor, esta fluidez das identidades acontece quando “a identidade perde as âncoras sociais que a faziam parecer “natural”, predeterminada e inegociável” (BAUMAN, 2005, p. 30) e isto faz com que a identificação se torne cada vez mais importante para estes indivíduos, que ao perderem o acesso a um “nós” com que possam se identificar, perdem

também uma parte do sentido de si mesmos.

Esta perda de referenciais sólidos também está presente nas teorias de Anthony Giddens (1991), que em seu livro *Modernidade e identidade*, defende que, em uma sociedade tradicional, a identidade social dos indivíduos é limitada pela própria tradição, pelo parentesco, pela localidade. A modernidade, caracterizada como uma ordem pós-tradicional, ao romper com as práticas e preceitos preestabelecidos, enfatiza o cultivo das potencialidades individuais, oferecendo ao indivíduo um novo tipo de identidade que se apresenta de forma móvel e mutável. É, nesse sentido, que, na modernidade, o “eu” torna-se, cada vez mais, um projeto reflexivo, pois uma vez que não existe mais a referência da tradição, descortina-se, para o indivíduo, um mundo de diversidade, de possibilidades abertas, de escolhas. O indivíduo passa a ser responsável por si mesmo e o planejamento estratégico da vida assume especial importância.

Na ausência de uma autoridade definitiva, cabe unicamente ao indivíduo escolher e decidir em que acreditar. Várias são as correntes, vários são os discursos, várias são as teorias, a partir das quais cada um realiza a sua síntese pessoal e desenvolve o seu projeto reflexivo individual. Este projeto reflexivo diz respeito, portanto, a um mundo cada vez mais constituído de informação, e não de modos preestabelecidos de conduta, em que o indivíduo sente-se obrigado a viver realizando escolhas contínuas que passam a compor a sua narrativa de identidade, sempre aberta a revisões. A reflexividade da modernidade, considerada por Giddens (1991) uma das maiores influências sobre o dinamismo das instituições modernas, permite vislumbrar de que forma a modernidade, fenômeno global de longo alcance, altera a natureza da vida social cotidiana.

No entanto, de acordo com este autor (Giddens, 1991), é importante salientar que ao mesmo tempo que o rompimento, ainda que parcial, com uma ordem tradicional, promove a autonomia pessoal, ele retira também a segurança existente no mundo da tradição, podendo se transformar em grande fonte de ansiedade para o indivíduo. O mundo como um todo se torna um local de sistemas abstratos, vazios e amorais, nos quais os indivíduos depositam sua confiança. Este tipo de sistema, que se tornou indispensável à existência social no período moderno e que se intensifica na modernidade tardia, tem como principal característica o estabelecimento de certezas ontológicas, ou seja, um nível de confiança básico em circunstâncias, ambientes, pessoas e conhecimentos, com o objetivo de aumentar as áreas de segurança em que os sujeitos operam. No entanto, esses sistemas

abstratos também são responsáveis por uma verdadeira transformação na natureza da vida pessoal. Através deles, as relações são removidas das mediações do contexto, cria-se uma fé em princípios impessoais, e com a confiança dirigida para estes sistemas que não oferecem intimidade e por isso são menos gratificantes do que a confiança em pessoas, os indivíduos se tornam psicologicamente vulneráveis.

Ainda segundo Giddens (1991), pode-se dizer que com o desenvolvimento dos sistemas abstratos e a criação dos mecanismos de confiança, os núcleos de certeza como a família e a religião são enfraquecidos, o afeto do outro se torna incerto e o indivíduo passa a duvidar até de si mesmo. Com isso, o “eu” torna-se um projeto reflexivo constante fazendo com que a interação com o outro passe a ser um processo mútuo de auto-revelação em que os indivíduos se abrem uns para os outros em busca de seu próprio “eu real”.

Soma-se a esta reestruturação das relações uma profunda mudança na auto-identificação do sujeito, pois uma vez que o “eu” se torna um projeto reflexivo, e os indivíduos criam laços na tentativa de se mostrarem como verdadeiramente são, o sujeito é obrigado a refletir constantemente a respeito de que “eu” é esse que deve ser mostrado ao outro, uma vez que nem o próprio indivíduo tem certeza de quem é, estando em constante processo de autodescoberta.

É importante considerar ainda que as mudanças sociais que dizem respeito às identidades pessoais se estendem também aos planos de identificação coletivos, pois como salienta Roberto Cardoso de Oliveira, trata-se de um fenômeno bidimensional, visto que “a identidade social não se descarta da identidade pessoal, pois esta também de algum modo é um reflexo daquela” (OLIVEIRA, 2000, p. 5). Desta forma, as posições-de-sujeito como classe, gênero, etnia, religião, etc, que costumavam fornecer aos indivíduos localizações sociais sólidas também entram em crise, fazendo com que se some àquela sensação de “perda de um referencial de si” a “perda de seu lugar no mundo social e cultural” (HALL, 2004, p. 9).

2.1 Identidades profissionais

Neste ponto, é válido salientar o impacto da crise da identidade sobre as identidades profissionais, pois de acordo com Dubar (2005) ela congrega uma grande quantidade de estratégias identitárias que são simultaneamente sociais e coletivas, pois dizem respeito

tanto ao pertencimento do indivíduo a um grupo profissional ou a um tipo de formação específico quanto às parcelas mais subjetivas de sua identidade pessoal.

Em seu livro *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*, Claude Dubar (2005) afirma que com a evolução das políticas de gestão de emprego ao longo da década de oitenta, as esferas do emprego, do trabalho e da formação profissional se tornaram áreas cada vez mais legítimas das identificações sociais dos próprios indivíduos. Nas palavras do próprio autor,

(...) tudo funciona como se a totalidade da população economicamente ativa fosse, a partir de então, englobada por esse movimento, inclusive a geração precedente: a “formação” se tornou uma componente cada vez mais valorizada não somente do acesso aos empregos mas também das trajetórias de emprego e das saídas de emprego. Se o emprego é cada vez mais fundamental para os processos identitários (...), a formação está ligada a ele de maneira cada vez mais estreita (DUBAR, 2005, p. 146).

Posteriormente, percebemos também o impacto das transformações advindas da modernidade contemporânea e da crise instaurada nos planos de identificação de uma forma geral sobre estas identidades profissionais, que com a sua flexibilização acabam se tornando mais frágeis. De acordo com Richard Sennett (2004), o capitalismo flexível, que pede aos trabalhadores que estejam abertos a mudanças de curto prazo, que assumam riscos continuamente e que dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais, tem duas consequências básicas. Por um lado promete aos indivíduos mais liberdade para gerir suas próprias vidas e por outro acaba gerando um alto grau de ansiedade, uma vez que a flexibilidade extingue também a estabilidade e os indivíduos nunca sabem quais riscos serão recompensados.

Bauman (2005), assim como Sennett, afirma que o local de trabalho, onde o *status* social costumava ser definido, atualmente, além de inspirar pouca confiança, não deixa espaço para a identificação e a solidariedade grupal devido a sua flexibilização. Assim, a ênfase na flexibilidade transforma o próprio sentido do trabalho, pois a idéia de carreira como um canal para atividades econômicas e profissionais de um indivíduo ao longo da vida inteira é substituída e as pessoas passam a executar apenas partes de trabalhos em instituições diversas ao longo da vida. A partir deste dado, Sennett (2004) indaga: “Como pode um ser humano desenvolver uma narrativa de identidade e história de vida numa sociedade composta de episódios e fragmentos?” (SENNETT, 2004, p. 27).

De acordo com Velho (2004) uma das formas mais eficientes de lidar com a

permanente ambiguidade existente na sociedade complexa moderna é através da construção de projetos individuais que, da mesma forma que resgatam o sentido biográfico das trajetórias pessoais, dando coerência a uma experiência de vida fundamentalmente fragmentada, integram os aspectos individuais e coletivos do indivíduo.

O caráter individual e singularizador do projeto reside na possibilidade de escolha apresentada pela modernidade contemporânea. Como salienta Campbell (2006) a ênfase dada na modernidade ao individualismo e à ideologia a ele associada, fez surgir todo um aparato ideológico e legal, que transformou o sujeito no ponto central das instituições e das situações, fazendo com que a sociedade opere de acordo com vontades e não mais de necessidades, ou seja, aquilo que importa é o que o indivíduo quer ou deseja, e não aquilo de que ele necessita. Campbell (2001) salienta ainda que esta tendência individualista está associada a uma revalorização das emoções como base para tomada de decisões, que fez com que fosse criado um novo tipo de busca por prazer, que se desenvolve através de esquemas imaginativos que são prazerosos justamente por sua possibilidade de realização.

Através destas duas propostas apresentadas por Campbell (2006; 2001) é possível compreender com maior clareza a afirmação de Velho de que “uma sociologia dos projetos tem de ser, em alguma medida, sociologia das emoções” (Velho, 2004, p. 28), pois as emoções do indivíduo são a matéria prima para os projetos juntamente com uma combinação única de fatores sociológicos, psicológicos e históricos que agem sobre a biografia pessoal do indivíduo tornando-a única e impossível de ser repetida. Desta forma, o projeto individual passa a ser uma forma consciente e emocional de atribuir sentido a uma experiência de vida que é fragmentada, permitindo que o sujeito a vivencie como algo coerente e único.

Contudo, mesmo que os projetos sejam vivenciados pelos indivíduos como algo profundamente pessoal, é preciso ter em mente que eles são elaborados dentro de um campo de possibilidades que é definido pelo contexto social e histórico no qual está inserido. Como exemplifica o próprio autor:

Posso me inspirar em algum varão de Plutarco, mas tenho de levar basicamente em conta os meus contemporâneos com quem terei de lidar para procurar atingir meus objetivos. Serão aliados, inimigos ou indiferentes, mas serão seus projetos e condutas que darão os limites dos meus (VELHO, 2004, p. 28).

Esta questão da adequação dos projetos ao contexto de racionalidade histórico e sociocultural no qual estão inseridos possui implicações bastante significativas, pois como

salienta Velho (2004), é preciso considerar que os projetos individuais são reconhecidos como legítimos ou “naturais” de acordo com o contexto em que estão inseridos e em cada segmento de uma sociedade complexa os temas valorizados, as escalas de valores, as vivências e as preocupações não são necessariamente as mesmas. Sob esta perspectiva, o autor afirma:

Os alunos de camadas de renda mais baixa têm não só, em princípio, maiores dificuldades para obter um desempenho satisfatório, como não dispõem dos recursos e apoios que os de camadas mais altas têm fora da escola. Não se trata apenas da dimensão material propriamente dita, mas da própria importância relativa do desempenho individual em famílias pobres. Não só pode ser diferente, mas o seu contexto de avaliação, em princípio, vai diferir. Para uma família que vive em situação de penúria pode ser relativamente pouco importante a reprovação do filho na escola comparada com sua necessidade de dispor de mão-de-obra para atender às necessidades mais elementares de sobrevivência. Já num contexto de camada média com projeto de ascensão social o fraco rendimento escolar de um filho é vivido como uma real ameaça a sua própria identidade (VELHO, 2004, p. 22).

Pierre Bourdieu (2004) também aponta para as diferenças existentes entre as classes sociais, que de acordo com ele vão muito além das puras determinações materiais, dizendo respeito às disposições adquiridas pelo corpo e pela alma dos sujeitos. Bourdieu baseia sua argumentação sobre o conceito de *habitus*, que ele define como “estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes”, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações. É através do *habitus* que a adesão subjetiva dos agentes à reprodução de sua posição social e sua participação ativa nesta reprodução é assegurada, e isto gera um certo censo comum que assegura o consenso.

Como salienta Bourdieu (2004), em todas as sociedades, os grupos que detêm o poder buscam a todo o custo a manutenção da ordem estabelecida, para desta forma impor e legitimar o seu domínio. Para isso, contam não só com o seu poder econômico, mas também com aquele tipo de “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU; 2004, p. 7).

Em seu livro *A Reprodução*, Bourdieu e Passeron (1982) demonstram que a educação não passa incólume a este sistema de dominação e as próprias práticas e formas não discursivas nela utilizadas assumem um papel preponderante na reprodução social. Para os autores este tipo de dominação, da qual a escola faz mediação, está intimamente

ligado à “violência simbólica”, que figura, por exemplo, na autoridade da linguagem e na própria atividade pedagógica, que se baseia na imposição de uma cultura arbitrariamente considerada como legítima.

Partindo destas reflexões torna-se fundamental estarmos atentos para as diversas relações de força existentes no interior da sociedade ocidental moderna, mas devemos ainda ser cautelosos para não reduzir todas as questões a consequências diretas das lutas de classes, pois como ressalta Gilberto Velho (2004) os indivíduos de uma sociedade muito heterogênea articulam suas experiências e valores em torno de outras questões que são igualmente significativas para criar fronteiras simbólicas.

No caso específico do vestibular, podemos dizer que por maiores que sejam as diferenças existentes entre as classes, de qualquer forma a escolha se apresenta, uma vez que a própria opção por não prestar o exame e se inserir no mercado de trabalho é uma escolha. Assim, é possível dizer que para todos os jovens que terminam o ensino médio, o vestibular é uma experiência significativa, e exige dos indivíduos que projetos para o futuro sejam feitos e adequadamente racionalizados de acordo com o contexto em que está inserido. Como defende Dubar:

Entre os acontecimentos mais importantes para a identidade social, a saída do sistema escolar e a confrontação com o mercado de trabalho constituem atualmente um momento essencial da construção de uma identidade autônoma. É claro que o conjunto das escolhas de orientação escolar mais ou menos forçadas ou assumidas representa uma antecipação importante do status social futuro. A entrada em uma “especialidade” disciplinar ou técnica constitui um ato significativo da identidade virtual (DUBAR, 2005, p. 148).

Neste processo de elaboração de um projeto de vida profissional, muitos elementos fazem parte da decisão, pois segundo Velho (2003) os projetos, mesmo que individuais, não operam num vácuo, mas sim interagem com outros projetos dentro de um campo de possibilidades, se tornando tão complexos que um mesmo indivíduo pode possuir projetos diferentes, que sejam até mesmo contraditórios entre si.

Neste ponto, a trajetória de escolha destes jovens torna-se fundamental para o entendimento dos elementos e influências que fazem parte do processo decisório, visto que o projeto só faz sentido dentro de um contexto bastante específico de situações e interações. Sendo assim, apresentarei a partir de agora seis trajetórias bastante distintas umas das outras no que diz respeito à escolha profissional.

2.2 Leonardo

Leonardo, 17 anos, afirma não possuir nenhuma inclinação pessoal específica para esta ou aquela carreira e por isso decidiu seguir a orientação da família de prestar o vestibular para o curso de Direito, profissão do pai, advogado da área tributária e dono de um escritório onde trabalham outros três profissionais desta área, e do irmão mais velho, que por trabalhar na Ordem dos Advogados do Brasil lhe garantiu que futuramente poderia lhe conseguir um bom emprego.

O rapaz afirma ter pensado, quando mais novo, em ser bombeiro por admirar a coragem dos mesmos ao salvar vidas e que durante o ensino médio chegou a cogitar a possibilidade de cursar história devido a sua identificação e gosto pela matéria. No entanto, o rapaz fala destas inclinações como “idéias infantis”, que se baseavam na idealização do que seria a atividade destes profissionais sem levar em conta questões importantes como a remuneração e a carga horária de trabalho. Nas palavras do jovem:

Os bombeiros são os mais mal pagos de todas as forças armadas, que vivem fazendo greve pra tentar conseguir um salário decente, e vida de professor nem se fala, os caras se matam de trabalhar em uma porção de lugares para ganhar uma miséria.

De acordo com Leonardo estas dificuldades foram decisivas para que ele enxergasse a possibilidade de se tornar bombeiro ou professor de história com olhos mais críticos, passando a planejar sua escolha de carreira tendo em vista aquelas que seriam capazes de proporcionar-lhe o mesmo padrão de vida que possui sua família. No entanto, nenhuma das opções que para ele preencheriam este requisito, como medicina, engenharia ou direito, lhe pareciam atrativas do ponto de vista subjetivo e da realização pessoal. Nas palavras dele, nenhuma delas é “algo com que eu sonhe” e isso fez com que a variável relevante no momento da escolha fosse a herança familiar que lhe garantiria uma entrada mais fácil no mercado de trabalho.

O posicionamento de Leonardo, no que diz respeito ao curso de direito e suas possibilidades – principalmente a de realizar um concurso público com alta remuneração e estabilidade funcional - é bastante recorrente entre os alunos das escolas particulares por mim entrevistados, e muitas vezes isto é interpretado pelos educadores como um caso de imaturidade vocacional, que leva o aluno a simplesmente não escolher uma carreira,

optando por aquilo que lhes parece o caminho mais seguro. Em uma visita a uma dessas escolas, um professor de história chegou a comentar que sua experiência com turmas de terceiro ano mostra que o número de candidatos que pretendem cursar Direito é quase equivalente ao número de alunos indecisos.

Contudo, é preciso ter em mente que a opção destes alunos por um curso mais tradicional e com possibilidades maiores de inserção no mercado de trabalho é por si só uma escolha, que faz parte de um projeto de manutenção ou melhoria do status social e econômico no qual foram criados. A partir de Gilberto Velho (2003; 2004; 2009), podemos dizer que os projetos não são meramente internos ou subjetivos, possuindo um caráter coletivo que faz com que sejam elaborados dentro de um campo de possibilidades histórico e sociocultural que tem como norte os temas, prioridades e paradigmas culturais existentes. Ainda segundo Velho, “em qualquer cultura há um repertório limitado de preocupações e problemas centrais ou dominantes” (2004, p. 27), e por isso um projeto que os tome como base se tornará válido e inteligível dentro do contexto em que está inserido.

2.3 Graziela

Em contraste com a experiência de Leonardo, temos o caso de Graziela, 21 anos, que tem certeza da escolha profissional que está fazendo: o curso de medicina. Mesmo que esteja prestando o concurso vestibular pelo quinto ano consecutivo, afirma com veemência que:

Pra mim não tem outra opção. Eu sempre quis ser médica, desde que eu era pequenininha, e não vou desistir só por causa do vestibular. Claro que às vezes eu fico de saco cheio, principalmente quando eu vejo que as minhas amigas de colégio, que passaram no primeiro vestibular, já estão se formando e eu ainda estou aqui tentando entrar. Mas não me importo, porque eu tenho certeza de que essa carreira é a única que vai me fazer feliz. Eu já podia ter passado pra qualquer outra coisa há muito tempo, mas é isso que eu quero mesmo e eu não vou desistir.

Sua mãe, professora de biologia em uma pequena escola particular, conta apenas com o auxílio do filho mais velho para manter Graziela frequentando cursos pré-vestibulares de renome e professores particulares durante todo este tempo, mas garante que o sacrifício vale a pena. Ela afirma que se preocupa com a possibilidade de, mais tarde, a menina se arrepender de ter perdido todo este tempo estudando para medicina, mas logo

afasta o pensamento, pois acredita no potencial e na dedicação de Graziela. De acordo com ela, o sonho da filha se tornou o sonho da família e eles se sentem até mesmo mais unidos por dividirem um objetivo em comum, ou seja, um projeto coletivo que agrega este núcleo familiar por fazer sentido para todos os indivíduos que o compartilham.

Soma-se a este posicionamento da mãe, suas próprias experiências e frustrações, reveladas a medida que nos conta ter também sonhado em cursar medicina quando era jovem, mas, devido aos baixos recursos da família para pagar por cursos caros e pela necessidade de ingressar o quanto antes no mercado de trabalho, decidiu cursar biologia, um curso com assuntos muito próximos da medicina, mas muito menos concorrido e que poderia lhe garanti rapidamente um emprego como professora. Débora, mãe de Graziela, afirma:

Eu amo o que faço e acho que ser professora foi uma benção na minha vida, mas fica sempre aquele pensamento de “e se”, sabe, e eu não quero que a minha filha também tenha isso. A situação dela é diferente da minha, porque eu nunca ia poder ter ficado tanto tempo assim estudando, mas ela pode. A gente vai se apertando do jeito que der pra ela realizar esse sonho.

Outro local em que Graziela partilha seu projeto pessoal é o renomado curso pré-vestibular onde estuda, conhecido por ser frequentado majoritariamente por alunos que estão tentando ser aprovados no curso de medicina. Lá, a jovem afirma ser comum encontrar candidatos com pelo menos três vestibulares anteriores e as frequentes visitas daqueles que obtiveram êxito em anos anteriores faz com que circule no ambiente a ideia de que a aprovação é uma questão de tempo e que o esforço será recompensado em breve. Sob esta perspectiva, mais uma vez o projeto individual da jovem é reconhecido como legítimo.

Em contrapartida, Graziela diz que fora do ambiente familiar e do curso, sua opção por permanecer tentando ser aprovada em medicina muitas vezes é mal vista por parentes, amigos e conhecidos, que acreditam que ela deveria cursar outro curso qualquer para entrar de uma vez no mercado de trabalho e seguir com a vida, uma ideia que parece estar presente nos valores da própria sociedade ocidental contemporânea, onde no mundo do trabalho não é possível “perder tempo”, não há longo prazo e a regra geral é adaptar-se, mudando suas aptidões sempre que necessário (SENNETT, 2003).

Com isso, temos um caso de projeto individual que se inscreve em um projeto coletivo mais amplo, neste caso o da família e o do curso, mas que contrasta com o que a

maior parte da comunidade em que a jovem está inserida consideraria um “bom projeto”. No entanto, mesmo que em certa medida a opção de Graziela cause estranhamento a amigos e parentes, ainda assim ela “faz sentido”. Trata-se de um projeto que, por mais inusitado que pareça, está baseado em um certo nível da racionalidade cotidiana da classe média niteroiense, onde a expectativa mínima de ingresso no ensino superior será cumprida. Podemos dizer ainda que este projeto é compreensível e aceito por estar inscrito dentro de um campo de possibilidades definido por referenciais históricos, sociais e culturais.

2.4 Alice

Alice, 16 anos, é filha única de uma família de alto poder aquisitivo e grau elevado de instrução. Seu pai é engenheiro e ocupante de cargo de chefia em uma grande empresa pública e sua mãe, formada em psicologia, deixou de atuar para dedicar-se à filha em tempo integral. No início desta pesquisa a jovem cursava o terceiro ano do ensino médio em um escola particular bastante conceituada de Niterói e seu desejo era prestar o vestibular para o curso de serviço social, para desta forma poder trabalhar em contato com as “pessoas necessitadas” e “fazer a diferença na sociedade”. No entanto, ao expor seu projeto aos pais, foi terminantemente proibida de seguir em frente.

Meu pai disse que nem morto ia ter uma filha assistente social, que serviço social é profissão de pobre que entra com cota e de gente burra que só consegue entrar na faculdade porque a nota de corte de serviço social é muito baixa. Ele disse que se fosse pra isso tinha me colocado na escola publica em vez de investir tanto na minha educação.

Com isso o ano letivo passou sem que Alice fosse capaz de definir o curso para o qual prestaria o vestibular, e apenas com a proximidade das datas de inscrição nos concursos a jovem viu-se obrigada a decidir. Diante da proibição do pai em ingressar no curso que desejava, Alice decidiu buscar uma outra alternativa de carreira, que combinasse seu desejo de auxiliar as pessoas com a demanda do pai de que ela optasse por uma carreira prestigiada e com bom retorno financeiro. No entanto, em nossos primeiros encontros a jovem se mostrava completamente perdida quanto ao caminho a tomar.

Eu entendo meu pai quando ele diz que eu tenho que pensar no meu futuro e que é importante escolher uma carreira que eu possa ter um bom emprego e um

salário legal, mas estou muito perdida. Eu não sei o que fazer, porque não me interessa por outras coisas. Pensei em ciências sociais, mas acho que meu pai não vai ver muita diferença. Depois pensei em fazer comunicação social e virar jornalista pra poder escrever matérias sobre a sociedade e tentar mudar alguma coisa... Não sei, acho que ainda estou muito confusa e o que me dá mais medo é que o vestibular está chegando.

Durante uma aula de literatura, no entanto, foi organizado na turma um júri simulado tendo como base o caso de adultério de Capitu, personagem do romance *Dom Casmurro* de Machado de Assis, e Alice foi designada pelo professor para atuar como promotora. Depois desta experiência, a jovem encantou-se pelo direito e decidiu prestar o vestibular para este curso. Os pais ficaram satisfeitos com a escolha da filha, que naquele mesmo ano foi aprovada no vestibular da Universidade Federal Fluminense. Alice se mostrava bastante animada com sua escolha pois acreditava que como advogada poderia “fazer a diferença”.

Ao iniciar-se o semestre na faculdade, Alice e eu perdemos contato e como o recorte desta pesquisa focava-se apenas no momento da escolha de carreira no período do vestibular, dei por encerrada a participação dela nos trabalhos de campo. Dois anos mais tarde, no entanto, encontrei-me com ela acidentalmente e tive a oportunidade de perguntar-lhe como ia o curso. Alice revelou estar cada vez mais empolgada com as matérias e que mesmo cursando ainda o quarto período já estava se dedicando a estudar para concursos públicos. Disse-me que em vez de procurar um estágio pretende fazer um concurso de nível médio para entrar de uma vez no serviço público, onde pretende atuar depois de formada: “Minha meta é o tribunal de justiça. Quero entrar agora como técnica pra depois fazer o concurso pra comissário”.

O interessante nesta opção de concurso, é que o cargo de comissário da infância e da juventude do Tribunal de Justiça é destinado aos bacharéis em direito, pedagogia, ciências sociais e serviço social. Do ponto de vista da elaboração dos projetos, é inevitável indagar se o projeto inicial da jovem não a teria levado ao mesmo lugar. Tal indagação, que de maneira alguma busca uma relação necessária de causa e efeito, serve simplesmente para instigar a discussão sobre a flexibilidade dos projetos, uma vez que um mesmo objetivo pode ser alcançado através de estratégias e trajetórias diversas.

2.5 Amanda

Amanda tem 17 anos e no início desta pesquisa estava concluindo o terceiro ano em uma escola pública de Niterói. Seu desejo era ingressar no curso de comunicação social, mas mesmo com notas boas ao longo do ensino fundamental e médio, não acreditava estar preparada para enfrentar a elevada relação candidato-vaga referente a este curso nas universidades públicas.

Eu me acho uma boa aluna, mas não da nem pra comparar com esse pessoal das particulares que tem aula extra, que tem condição de fazer um cursinho, aula particular, essas coisas. Eu as vezes nem consigo ter aula direito. Esse ano a gente teve greve que durou um mês e até maio a minha turma tava sem professor de matemática.

O irmão mais velho da jovem cursa informática em uma universidade particular, fazendo uso do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e seus pais, que possuem apenas o nível fundamental de ensino e subsistem da atividade pesqueira na região de Jurujuba em Niterói, acreditavam que esta poderia ser uma boa solução para que Amanda cursasse a graduação de sua escolha e não precisasse inscrever-se em um curso menos concorrido apenas para ingressar em uma universidade pública.

Para os pais de Amanda, o que importava era que ela, assim como o irmão, conseguisse o diploma universitário para que no futuro pudesse desfrutar de uma vida mais confortável e estável do que a que eles mesmos viveram, não importando muito o curso a ser escolhido. A jovem, no entanto, ainda cogitava a possibilidade de prestar os vestibulares públicos para serviço social, um curso que lhe parecia mais acessível.

Minha mãe tem uma conhecida que a filha dela tá fazendo serviço social na UFF e ela tá gostando. A gente conversou e eu até acho que tem a ver comigo essa coisa de ajudar os outros, de fazer uma coisa mais social, sabe. Não é exatamente o que eu queria, mas acho que pode ser legal.

Ao fim do semestre, Amanda prestou vestibulares tanto para universidades particulares quanto públicas, inscrevendo-se no primeiro caso para comunicação social e no segundo para serviço social. Foi aprovada em duas universidades particulares, bem como para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Seus pais sugeriram que ela fizesse sua matrícula em uma das particulares, pois acreditavam que o verdadeiro desejo da filha fosse cursar jornalismo, mas ao fim a jovem decidiu-se por cursar serviço social na UERJ. Para ela, o status da universidade pública foi um fator determinante para a escolha, pois

acredita que desta forma poderá inserir-se mais facilmente no mercado de trabalho através de um bom estágio e posteriormente de um bom emprego. Quando indagada sobre a opinião dos pais Amanda responde:

Eu sei que se eu quisesse eles iam fazer um esforço pra pagar a faculdade pra mim, mas se eu passei pra uma federal, não tem porque eu ir pra uma particular. O meu irmão não teve essa escolha, porque ele só passou pra particular mesmo, mas se eu tô podendo escolher eu vou pra federal, que é uma faculdade melhor, que depois eu vou poder arranjar um estágio bom e até um emprego. Não quero ficar dependendo dos meus pais assim, sabe, eu quero é poder ajudar eles.

No caso de Amanda, vemos de forma inversa o dilema de Alice, no qual a facilidade de ingresso no curso serviu como elemento de descarte e não como motivador para o ingresso. O posicionamento dos pais, da mesma forma, se mostram distintos, pois enquanto os pais de Alice a incentivaram a optar por uma carreira de maior status social e retorno financeiro, os de Amanda a incentivavam a escolher qualquer carreira com a qual ela se identificasse, pois priorizavam o simples ingresso na universidade, que para eles já representava a realização do projeto familiar de mobilidade social.

2.6 Paula

Paula, 18 anos, cursava o ensino médio em uma escola pública de um bairro de baixa renda de Niterói e sua decisão inicial foi de não prestar vestibular. Sua intenção era trabalhar no comércio e desta forma conquistar a independência financeira.

Acho que esse negócio de fazer faculdade não é pra mim. Não tem nada que me interesse, sabe. Ai eu decidi começar a trabalhar, pra ter o meu próprio dinheiro pra poder sair com as minhas amigas e comprar as minhas coisas.

No entanto, sua mãe, Marcia, que trabalha como manicure em um salão de beleza da área nobre de Niterói, não se conformou com a escolha da filha e decidiu pedir ajuda a suas clientes para convencer a jovem a cursar o nível superior. Sendo assim, todas as vezes que Paula visitava o salão, conversava com alguém com formação superior diferente, o que a princípio não pareceu fazê-la mudar de idéia.

Esta investida da mãe durou alguns meses, ate que o ano letivo chegou ao fim e a jovem conseguiu um emprego em uma loja de roupas do comércio popular do centro da cidade de Niterói. As primeiras semanas foram animadoras, mas ao fim do primeiro mês de

trabalho, Paula diz ter se dado conta da vida dura que a esperava neste ramo de trabalho.

Agora que eu comecei a trabalhar na loja que eu vi como é difícil. É muito trabalho, a gente não tem hora pra sair e o dinheiro vai todo rapidinho. Ai que eu entendi porque a minha mãe quer tanto que eu faça faculdade. Eu ia ter a mesma vida dela sabe, trabalhando muito, se sacrificando e ganhando pouco.

Neste ponto de sua trajetória, a presença de Elaine, promotora pública cliente de sua mãe, foi de extrema importância, pois do contato que a jovem teve com diferentes profissões durante as conversas no salão de beleza, sua impressão mais positiva foi a do direito. Paula decidiu-se não só por cursar o bacharelado em direito, como também definiu como meta realizar provas para a magistratura assim que se formar.

Temerosa de que a filha mudasse de idéia e incerta sobre a sua preparação para os concursos mais concorridos, Marcia decidiu não esperar pelas provas de vestibular das universidades públicas no ano seguinte e incentivou Paula a fazer o exame de admissão das universidades particulares que ainda se encontravam abertos no mês de janeiro. Paula foi aprovada e iniciou o curso naquele mesmo semestre.

Vai ser um pouco apertado pra gente pagar cinco anos de faculdade, mas se ela estiver estudando e se esforçando mesmo a gente vai dar um jeito. É um investimento que a gente faz nos filhos pra ver eles terem uma vida melhor do que a nossa. Eu virei manicure quando tinha só treze anos, ajudando minha mãe que também era manicure e não tive essa oportunidade de fazer faculdade, mas a Paula vai ter e se Deus quiser ela vai aproveitar.

Aqui, como vimos no caso de Amanda, torna-se nítida a noção de ingresso dos filhos no ensino superior como um investimento dos pais no projeto de mobilidade social de seus descendentes, projeto este que passou a ser compartilhado pela jovem ao experimentar uma situação de manutenção do status econômico e social familiar, no caso o trabalho de vendedora.

2.7 **Bernardo**

Vejamus por fim o caso de Bernardo, 17 anos, que está concluindo o segundo grau técnico em Estruturas Navais em uma escola pública onde o ingresso, bastante concorrido, é feito por sorteio. Diz ele que, enquanto muitas pessoas se inscrevem querendo muito ser sorteadas, ele não tinha este desejo, porque não gostaria de ser separado dos amigos do colégio onde já estudava.

Contudo, a família tomou a decisão por ele, alegando que estudar em uma escola técnica seria o melhor, pois lhe daria uma profissão e a garantia de um bom emprego no setor petrolífero que vem se desenvolvendo bastante nos últimos anos no estado do Rio de Janeiro. Tendo sido sorteado, Bernardo iniciou o segundo grau técnico, complementando-o com uma série de outros cursos profissionalizantes direcionados para a área naval e tendo como meta tornar seu currículo cada vez mais competitivo no mercado de trabalho. No entanto, tendo em vista o caráter essencialmente dinâmico dos projetos, Bernardo relata que ao longo do ensino médio este projeto foi muitas vezes repensado.

De acordo com o jovem, a primeira vez que o plano de ingressar no setor naval como técnico sofreu um abalo foi logo no primeiro ano do curso, quando decidiu-se muito seriamente a cursar ciências sociais para desta forma tornar-se político e atuar na área de educação e saúde. Sua principal intenção era lutar para que a matéria de primeiros socorros fosse incluída no currículo das escolas. Esta decisão foi tomada logo após o falecimento de sua mãe devido a problemas cardíacos, que ocorreu quando Bernardo se encontrava sozinho com ela em casa e não soube como socorrê-la. Com o passar do tempo, no entanto, esta idéia foi perdendo força, tendo como base o pensamento de que a participação política não seria necessariamente dependente da formação profissional, e que ele poderia lutar por este ideal de outras formas.

Aproximadamente um ano depois, ao assistir a minissérie *O que as mulheres querem* apresentada pela rede Globo, Bernardo passou a se interessar por questões relativas à psicologia e à psicanálise, conversando com pessoas, lendo livros e revistas que o fizeram questionar seu projeto profissional. Nas palavras dele:

Enquanto eu fazia esses cursos foi surgindo uma outra ideia, de fazer uma faculdade de psicologia. Eu fui pesquisando, fui lendo, tendo umas conversas e fui ficando apaixonado. Era isso o que eu queria realmente fazer e se eu não fizesse isso estaria fugindo do meu verdadeiro objetivo. Ai eu falei pra minha família que eu queria fazer psicologia, que eu estava lendo uns livros e estava apaixonado e todo mundo caiu em cima de mim. Disseram tudo o que tinham direito de falar e o que não deveriam falar também. Me disseram que eu estava ficando maluco e que psicólogo não tem futuro.

Bernardo é oriundo de uma família de baixa renda, que após a morte repentina da mãe há dois anos, passou a ser constituída apenas pela avó, uma irmã mais velha e a companheira desta. Neste contexto, seu futuro foi planejado pela família para que ele

tivesse a estabilidade financeira que nunca tiveram, com um bom salário e muitas possibilidades de emprego. Por isso, o posicionamento do jovem, que em um primeiro momento é visto como recusa em concretizar este projeto, criou uma situação de desconforto e desentendimento entre os familiares. Para Bernardo, os questionamentos da avó e da irmã sobre as perspectivas de emprego, da dificuldade de criar uma família sem estabilidade, e mesmo sobre a capacidade dele de concluir com êxito o curso de psicologia, tiveram efeito perturbador.

Eu tinha muita certeza e acho que quando a gente tem muita certeza fica um pouco cego. Depois de tudo o que elas me falaram eu fiquei muito assustado, porque eu tinha tanta certeza sobre aquilo e de repente aquilo virou a minha maior dúvida.

Neste momento de incerteza sobre a decisão a tomar, Bernardo conseguiu apoio no ambiente da Instituição Religiosa Perfect Liberty¹³, que frequenta há alguns anos como adepto. No ideário da instituição, a principal orientação aos adeptos é a de que “vida é arte” e portanto cada indivíduo deve encontrar o seu próprio caminho artístico de expressão pessoal, o que encorajava o jovem a buscar a realização pessoal e a sua auto expressão na escolha vocacional. No entanto, por ser uma doutrina japonesa altamente calcada nos valores de hierarquia, respeito aos pais e culto aos antepassados, é preciso considerar o “caminho de filho” que o adepto deve seguir até o casamento, respeitando e felicitando os pais com sentimento profundo de gratidão. No caso de Bernardo, contudo, aos olhos da instituição este princípio estaria abrandado devido ao fato da mãe do rapaz já ser falecida e dele nunca ter tido contato com o pai.

No caso da igreja de Niterói, tanto os assistentes de mestre quanto a maior parte dos adeptos possui um perfil de classe média alta com alto nível de escolaridade, o que propiciou que Bernardo fosse orientado por uma assistente de mestre que coincidentemente era psicóloga e pode tirar muitas de suas dúvidas e inquietações quanto ao futuro profissional na área de psicologia.

Assim, a possibilidade deste jovem de interagir com um universo sociocultural diferente do familiar ajudou-o a solidificar seu projeto pessoal de cursar psicologia e, por mais que compartilhasse com seus familiares do projeto de bem-estar material e ascensão

¹³ No que diz respeito a estrutura da igreja Perfect Liberty, o sacerdócio é exercido por um mestre formado em seminário específico e sua esposa, que pode ou não ter sido seminarista, adquirindo o título de mestre através do casamento. Na orientação dos adeptos, o casal de mestres conta com o auxílio de um grupo de assistentes, formado por adeptos que se prepararam através de cursos e fizeram juramentos específicos para ocupar este posto.

social, via a possibilidade de fazê-lo satisfazendo sua inclinação pessoal para “ajudar as pessoas, escutando os problemas delas e tentando encontrar uma solução para eles”.

No que diz respeito a esta dúvida de Bernardo entre a satisfação de uma inclinação pessoal e a realização do projeto familiar, devemos considerar ainda que, por ser consciente, a elaboração do projeto sempre envolverá algum tipo de cálculo ou planejamento, que deve considerar uma noção culturalmente estabelecida de riscos e perdas, que podem ser tanto individuais, como no caso de Leonardo que se arrisca a sacrificar a sua realização pessoal em prol da manutenção do status socioeconômico; ou coletiva, como no caso de Graziela, que ao insistir no curso de medicina se sujeita a possibilidade de jamais ser aprovada e com isso não cumprir a expectativa mínima determinada pela comunidade em que se insere de cursar o ensino superior (Velho, 2003, p. 29).

Na resolução deste impasse, surgiu como figura significativa a mãe da companheira de sua irmã, única figura próxima neste contexto familiar a ter o ensino superior completo, sendo professora de biologia. Através do apoio oferecido por ela, Bernardo conseguiu fazer a avó, a irmã e a cunhada entenderem que a profissão de psicólogo, além de prestigiada tem muitas opções de concursos públicos, o que poderia lhe garantir a estabilidade e o bom salário que tanto desejavam. Com isso, a decisão do jovem em cursar psicologia passou a ser vista como um projeto pessoal válido dentro de um campo de possibilidades para realização do projeto coletivo elaborado pela família, e conquistou com isso o apoio da avó e da irmã que passaram a incentivá-lo nos estudos para o vestibular.

Este desfecho nos mostra que mesmo quando os valores e objetivos do jovem estão de acordo com os da família na elaboração do projeto, muitas vezes a opção feita por ele dentro do campo de possibilidades de realização deste projeto não é vista como apropriada, uma vez que, como ressalta Velho (2003, p. 41), mesmo um projeto coletivo não é vivenciado de forma homogênea por todos aqueles que o compartilham, pois elementos como status, trajetória, gênero e geração fazem com que existam diferentes interpretações do mesmo.

Neste ponto, torna-se clara a afirmação de Velho (2004, p. 50) de que neste constante embate entre individualismo e hierarquia, não podemos esquecer as diversas

possibilidades do indivíduo empírico de encontrar espaços de manobra para manipular situações. O sujeito, mesmo pertencendo a um grupo social ou familiar específico, possui a seu dispor um leque de opções de projetos legítimos e mesmo de caminhos distintos para concretizar um mesmo projeto de acordo com a sua escolha.

Como salienta Giddens (2002), na alta modernidade, a identidade e as atividades diárias do sujeito, associadas de forma significativa ao conceito de “estilo de vida”, tornam-se uma questão de escolha, na qual existe uma grande diversidade de opções. Esta organização da vida a partir da escolha apresentada por Giddens (2002) aproxima-se bastante da idéia de elaboração de um projeto de vida apresentada por Velho (2003; 2004; 2009), em que o sujeito escolhe elementos, símbolos, contextos e interações, organizando experiências distintas e até mesmo conflitantes para dar a sua vida um sentido biográfico, que componha uma trajetória aparentemente linear.

Esta escolha, contudo, não é ilimitada, sendo sempre mediada pelo contexto sócio-cultural em que se insere o indivíduo, ou seja, existindo dentro de um campo de possibilidades específico que determina as escolhas que podem ou não ser feitas, legitimando os projetos individuais a partir do projeto coletivo do grupo a que o sujeito pertence.

Este elemento de mediação exercido pelo coletivo sobre a elaboração individual do projeto de vida apresenta-se de forma marcante na trajetória das escolhas de carreira analisadas anteriormente, nas quais o indivíduo é obrigado a organizar elementos como a busca por satisfação pessoal, a inserção no mercado de trabalho, o status social e econômico da carreira e as expectativas e projetos da família, para tentar dar a esta escolha um aspecto de coerência e unidade, construindo um projeto de vida coeso e válido dentro de seu campo de possibilidades.

Acredito que esta constante tensão entre valores e prioridades na tentativa de apaziguar a tensão existente entre indivíduo e sociedade é o que faz da escolha de carreira um processo, nem sempre linear, que só pode ser compreendido a partir da trajetória de escolha do sujeito. No caso dos jovens vestibulandos apresentados ao longo do capítulo, percebemos de forma muito clara de que forma a tentativa de basear a escolha em elementos que representem tanto o seu pertencimento quanto a sua singularidade criam momentos de idas e vindas em que diferentes carreiras são analisadas sob diferentes óticas

e com expectativas diversas antes da decisão final ser tomada.

3 A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLHA DE CARREIRA

Desde suas origens, a antropologia deu papel de destacada importância aos estudos da família, tratando-a como uma das instituições mais básicas e mais representativas tanto na vida pessoal do sujeito como nas relações interpessoais estabelecidas dentro de cada sociedade.

Esta preocupação com a família teve seus primeiros esforços com os estudos clássicos da antropologia sobre o parentesco, como os de Malinowski (1976), Radcliffe-Brown (1982) e Lévi-Strauss (1982), que de forma geral utilizavam a análise do elemento universal de estabelecimento das relações de parentesco para investigar as especificidades de cada cultura na definição de proibições e legitimidades de união. De acordo com Sarti (1992), partindo destas distintas cartilhas de prescrições e impedimentos estabelecidos socialmente para lidar com as etapas biológicas da vida – nascimento, acasalamento e morte – teria sido possível refletir sobre as estruturas familiares específicas de cada sociedade, delineando modelos distintos de convívio, como a noção de família patriarcal extensa descrita por Gilberto Freyre (2002) e a da família nuclear e conjugal apresentada por Parsons (1956) como um verdadeiro marco da modernidade ocidental.

Nas últimas décadas, no entanto, o modelo familiar sofreu mudanças profundas em sua estrutura, causadas por fatores como a inserção da mulher no mercado de trabalho, a queda na taxa de natalidade, o prolongamento da expectativa de vida e o aumento na taxa de divórcios. Nas palavras de Clarice Peixoto, a principal consequência desta transformação é a de que “o modelo ideal de família proposto por T. Parsons na década de 50 – o casal, legalmente constituído, e seus filhos, tendo o pai como provedor e a mãe como dona-de-casa e responsável pela educação da progenitura – perde vigor e declina” (2007, p. 11) dando lugar a novos arranjos familiares.

Vale ressaltar ainda que, segundo Singly (2007, p. 31), mesmo quando este modelo clássico de família nuclear se mantém, não podemos afirmar que ele preencha as mesmas funções de outrora ou mesmo que as relações entre os sexos e as gerações sejam as mesmas. Com as transformações ocorridas no mundo, na esfera das relações e consequentemente na família, mesmo o modelo mais tradicional de núcleo familiar deve ser pensado a partir de novos referenciais.

De acordo com Claudia Fonseca (2004) as pesquisas realizadas pela antropologia nas últimas décadas do século vinte demonstram uma enorme diversidade de dinâmicas familiares que inclusive nos impedem de falar em “família” no singular. Segundo esta autora, a pós-modernidade, entre todas as suas mudanças, teria trazido também o declínio dos modelos analíticos clássicos a partir dos quais se costumava analisar a família, impossibilitando o pesquisador de utilizar um conjunto único e coerente de termos descritivos para caracterizar a família contemporânea.

A família pós-moderna não é um novo modelo de vida familiar equivalente ao da família moderna, não é o novo estágio de uma progressão ordenada da história da família, mas, sim, o estágio nessa história onde a crença numa progressão lógica de estágios se desmancha. Rompendo com a teleologia das narrativas modernizantes que retratam uma história evolucionária da família, e incorporando tanto elementos experimentais como nostálgicos, “a” família pós-moderna avança e recua para dentro de um futuro incerto (STACEY, 1992, p. 94. apud FONSECA, 2004).

Sendo assim, podemos dizer que o esforço dual de individualização e pertencimento discutido anteriormente a respeito das identidades afetam também a vida familiar, pois como destaca François de Singly nas famílias contemporâneas das sociedades ocidentais os indivíduos organizam a sua vida privada a partir desta dualidade entre “uma reivindicação de independência coletiva e individual e uma dependência enorme da esfera pública” (2007, p.30).

Uma das principais características dos novos modelos familiares, segundo Fonseca (2004), foi terem deixado de ser orientados pelas convenções morais que antigamente serviam como base para a estrutura familiar, e terem passado a ser centrados em valores com os de auto-realização e satisfação emocional. Com isso, defende a autora que a ênfase na escolha e no afeto passou a sobrepor-se aos critérios de linhagem consanguínea e do nome da família, fazendo com que o indivíduo passe a escolher e construir seus próprios vínculos. Sendo assim,

(...) a família se torna mais do que nunca relacional, ainda que inscrita num processo de individualização e autonomização de seus membros. O individualismo não é aqui percebido negativamente, mas como uma forma contemporânea de criar laços sociais, que não mais se restringem aos papéis e lugares anteriormente definidos pela família. Os seja, a família muda de estatuto ao se tornar um espaço relacional mais do que uma instituição (PEIXOTO, 2007, p. 16).

Esta valorização do sentimento e da escolha na construção das famílias permitiu nos dias de hoje o afloramento de novos modelos familiares, que retiraram o peso negativo anteriormente atribuído à adoção, propiciaram relações menos conflituosas entre pais e

filhos adotivos; possibilitaram a aceitação das relações homo afetivas, das uniões estáveis não formais e motivaram os processos legais de simplificação do divórcio. Vale ressaltar também a modificação na relação entre as gerações adultas da família propiciada tanto pelo aumento da expectativa de vida quanto pela melhoria da qualidade de vida do idoso, que transformou de maneira significativa a participação dos avós na criação dos netos e mesmo no sustento material das famílias (FONSECA, 2004).

No entanto, é importante destacar que, de acordo com Singly (2007), esta valorização das necessidades afetivas individuais e da autonomia dos sujeitos dentro do contexto familiar trouxe certas tensões e uma inevitável fragilidade para os laços conjugais. Este processo de valorização da autonomia na família se manifesta, em um primeiro momento, pela desvalorização do casamento enquanto forma de estabelecimento dos papéis sociais clássicos de marido e esposa, pois como destaca o autor, “o homem e a mulher querem ser eles mesmos no âmbito da sua vida familiar” (SINGLY, 2007, p. 128). Com isso, a vida conjugal precisa se adaptar aos interesses individuais dos sujeitos, ganhando novos modelos como a união livre, a coabitação e o relacionamento estável, que por não serem norteadas por uma convenção social externa ao casal, pode ser dissolvida no momento em que as necessidades afetivas dos sujeitos não são mais satisfeitas dentro da relação. Da mesma forma, a inserção da mulher no mercado de trabalho permite que ela tenha a autonomia para terminar o relacionamento sem perder sua fonte de sustento ou seu trabalho.

Como consequência desta fragilidade dos laços conjugais, o autor ressalta a fragilidade que se estende aos laços entre os filhos e seu pai, que nos casos de divórcio geralmente perdem a guarda destes e até mesmo o contato freqüente com eles, seja por seu próprio não engajamento quanto pela tendência jurídica de confiar os filhos aos cuidados das mães. Com isso, cria-se uma “rede parental” diversificada, que pode compreender:

seus pais de origem, os novos cônjuges de seus pais, os eventuais ex-cônjuges de seus padrastos ou madrastas. As crianças circulam no interior dessa rede hipotética de acordo com a forma como os adultos definem sua inserção doméstica e a sua função parental ou de pais eventuais e/ou adotivos (SINGLY, 2007, p. 166).

Sendo assim, podemos dizer que a valorização da autonomia e das relações afetivas como centro da vida conjugal produzem o aumento da heterogeneidade do contexto de socialização das crianças, uma vez que elas podem viver com seu pai biológico ou de

origem; podem não ter qualquer contato com a figura paterna ou mesmo possuir a sua disposição uma grande variedade de referenciais masculinos.

3.1 O perfil das famílias pesquisadas

Tendo em vista esta multiplicidade de modelos familiares existentes na sociedade brasileira contemporânea, torna-se fundamental descrever as diferentes dinâmicas familiares pertinentes ao grupo estudado, tanto no que diz respeito às famílias dos alunos das escolas particulares quanto dos alunos das escolas públicas¹⁴.

O modelo familiar clássico dos dois pais vivendo juntos com seus filhos menores ainda é predominante entre os alunos oriundos das escolas particulares, onde equivale a 72% dos casos analisados, e representa 23% das famílias dos alunos das escolas públicas. A principal distinção entre estes dois grupos é a de que no primeiro deles a grande maioria das mães, além de cuidar da casa com a ajuda de empregadas domésticas, trabalha fora, enquanto no segundo grupo apenas uma pequena parcela das mães estão inseridas no mercado de trabalho. Estas mulheres assumem toda a responsabilidade pela manutenção da casa e o cuidado com os filhos enquanto os maridos são os mantenedores financeiros da família.

As famílias em que os jovens vivem com a mãe, os irmãos, o padrasto, e algumas vezes com os meio-irmãos, fruto deste segundo casamento da mãe, representa 12% dos casos nas escolas particulares e 18% dos casos nas escolas públicas. É importante ressaltar que em ambas as situações é comum que os pais também tenham constituído novas famílias e tenham filhos do segundo casamento, mas no universo pesquisado não encontrei nenhum caso em que o jovem viva com o novo núcleo familiar do pai.

Existem também os casos em que os jovens vivem apenas com a mãe, 26% das famílias analisadas nas escolas particulares e 35% das famílias das escolas públicas. O principal ponto de distinção entre estas duas situações é que as mães das classes mais abastadas permanecem vivendo apenas com os filhos, enquanto em todos os casos

¹⁴ Neste sentido, Fonseca (2004) aponta para a necessidade de não nos deixarmos levar por visões preconceituosas que analisam os novos modelos familiares das classes dominantes como reflexos de seu tempo enquanto os das camadas baixas são descritos como famílias desajustadas e disfuncionais.

estudados dos alunos das escolas públicas as mães e seus filhos vivem com os avós, seja na própria casa destes ou em casas construídas dentro do terreno familiar.

Quanto à participação afetiva e financeira dos pais separados na vida dos filhos é possível dizer que a grande maioria dos pais das escolas particulares contribui financeiramente para a criação dos jovens e busca participar afetivamente de suas vidas, mesmo que neste segundo quesito seja mais comum a reclamação por parte dos filhos. Já nas camadas populares, a principal diferença encontra-se entre os pais que já foram casados e aqueles que, mesmo durante a gravidez nunca chegaram a viver juntos. No primeiro caso, minoritário, o panorama se assemelha ao encontrado nas famílias das escolas particulares, e no segundo caso nenhum dos pais participa afetiva ou financeiramente da vida dos filhos, havendo inclusive aqueles que nem mesmo reconheceram legalmente a paternidade.

Um último modelo familiar a ser analisado, encontrado nesta pesquisa apenas entre os alunos oriundos da rede pública (24%), é a dos jovens criados pelos avós. As explicações majoritárias para estes casos é a de mães adolescentes que entregam seus filhos ao cuidado dos avós e posteriormente, constituindo na vida adulta uma nova família, decidem não retirar estas crianças deste ambiente familiar, seja por acreditarem que o laço criado entre a criança e os avós não deve ser rompido por superar até mesmo os da maternidade ou por desentendimentos entre o filho e o novo cônjuge. Outra possibilidade, relatada em um dos casos estudados, é a da mãe que tem um número grande de filhos e por não ter condições financeira para sustentar a todos, divide estas crianças entre parentes próximos¹⁵.

Outro dado importante a ser analisado é a presença dos irmãos na vida destes jovens, sendo o maior número de filhos únicos encontrados entre os indivíduos das escolas particulares. De forma geral, no entanto, encontra-se em ambos os grupos um núcleo familiar menor, com média de dois a três filhos por família. Destaca-se também a figura do meio-irmão, comum nos casos de pais divorciados que constroem novos relacionamentos afetivos, presentes tanto nas famílias dos alunos das escolas públicas quanto da privadas.

Por fim, vale ressaltar a diferença existente entre os dois grupos no que diz respeito ao nível de escolaridade dos indivíduos pertencentes a estas famílias. No caso dos alunos

¹⁵ No caso pesquisado os pais mantiveram consigo dois dos filhos, sendo um deles portador de doença mental, um foi entregue a uma tia e o outro, entrevistado para esta pesquisa, à avó.

dos colégios particulares, os pais possuem alto padrão de escolaridade, com curso superior completo em áreas como pedagogia, engenharia, direito e física. Outro elemento importante a ser destacado neste grupo é o fato dos irmãos mais velhos destes jovens também já terem cursado ou estarem cursando o nível superior, o que demonstra de forma bastante representativa a forma como o ingresso na universidade é visto por estas famílias como passo inevitável a ser dado após a conclusão do ensino superior.

Já no caso dos alunos provenientes das escolas públicas, a escolaridade dos pais ou responsáveis limita-se ao primeiro ou segundo grau completo, atuando estes indivíduos em atividades como diarista, empregada doméstica, mecânico, atendente, secretária, pescador e comerciante. No que se refere aos irmãos mais velhos, percebe-se em alguns casos a inserção dos mesmos no mercado de trabalho logo após o término da vida escolar, e em alguns casos mesmo antes disso. No entanto, entre os alunos das escolas públicas que decidem ingressar no ensino superior é comum também que os irmãos mais velhos tenham ao menos tentado trilhar este caminho.

3.2 **A participação da família na decisão do jovem de ingressar no ensino superior**

O primeiro momento a ser analisado é o da participação da família na escolha do aluno por ingressar ou não no ensino superior, uma decisão que adquire contornos bastante específicos e distintos entre os alunos provenientes das escolas públicas e os das particulares.

No caso dos jovens oriundos das escolas particulares, a opção por não ingressar no ensino superior não é sequer cogitada, pois ao longo de toda a sua vida educacional foram preparados pela escola e orientados pela família para este momento específico. Ao longo dos anos frequentaram cursos de língua, professores particulares e escolas com reconhecido percentual de aprovação no vestibular para obter a formação de base necessária para pleitear uma vaga nas universidades públicas¹⁶.

¹⁶ De forma geral, existe grande preconceito entre os alunos das escolas particulares e suas famílias em relação às universidades particulares, com a exceção daquelas consideradas de excelência, como a Fundação Getúlio Vargas, a Escola Superior de Propaganda e Marketing e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Na verdade, é comum nos dias de hoje que este dado seja utilizado como referencial importante para a escolha da instituição de ensino em que serão matriculados os filhos já nas séries iniciais, inclusive pré-escolares. Em outdoor exposto na porta de uma escola que oferece turmas de educação infantil e nível fundamental, na cidade de Niterói, um dos principais atrativos anunciados é o fato da escola utilizar o mesmo material didático utilizado pelos grandes cursos pré-vestibulares, indicando com isso aos pais que a preocupação com a preparação do aluno para o vestibular já faz parte da filosofia da instituição. Da mesma forma, em uma das escolas analisadas ao longo da pesquisa o slogan principal diz respeito ao fato da instituição acompanhar o aluno da educação infantil até o pré-vestibular, oferecendo assim uma formação completa e “atenada” com as expectativas do mercado de trabalho.

No ano que antecede o concurso este investimento na preparação do aluno se intensifica ainda mais, com a inscrição do mesmo em cursos preparatórios e com o aumento da carga horária no ensino regular, que em sua maioria passa a oferecer turmas específicas de acordo com a área de interesse do aluno¹⁷. São realizadas também provas simuladas para dar aos alunos uma noção do seu estado de preparação frente a concorrência.

Neste período é comum também que os alunos sejam encaminhados pelos pais para fazer acompanhamento psicológico voltado especificamente para a orientação vocacional, um programa que dura em média dez semanas para definir as áreas de atuação profissional que mais se adequam ao perfil do jovem.

As próprias escolas também possuem projetos de orientação vocacional dos alunos, compostos de forma geral por ciclos de palestras ministradas por profissionais de diferentes áreas – alguns deles pais dos próprios alunos - com o objetivo de apresentar aos vestibulandos alguns aspectos sobre o dia-a-dia de cada carreira, suas exigências e vantagens. Somam-se a isso as visitas que alguns colégios fazem a instituições de ensino superior – em sua maioria particulares - para que os alunos se familiarizem com o ambiente universitário e conheçam as peculiaridades das instalações de cada curso, como laboratórios, salas de edição, empresas universitárias, escritórios e clínicas modelos, etc.

¹⁷ Em todas as instituições particulares presentes nesta pesquisa eram oferecidas aulas no contraturno voltadas para as áreas de humanas, biomédicas e exatas, entre as quais o aluno deveria optar de acordo com sua escolha de carreira. Duas das instituições ofereciam, também neste horário, aulas de reforço para redação.

Sendo assim, é possível dizer que, neste contexto, a influência dos pais na escolha do jovem em fazer o vestibular se dilui ao longo de toda a sua vida escolar, na medida em que desde sempre o aluno é preparado para este momento. Nas palavras da mãe de um dos entrevistados, esta preocupação constante com a preparação do filho para ingressar na universidade faria parte inclusive do seu “papel de mãe”.

A afirmação acima pode ser melhor compreendida a partir do caso de Carla, filha única e estudante de um colégio católico bastante prestigiado da cidade de Niterói, que no início do ano letivo em que concluiria o ensino médio decidiu-se por prestar o vestibular para o curso de astronomia. Seus pais, ambos funcionários público do Banco do Brasil em vias de se aposentar, foram terminantemente contra, alegando que este seria um curso que não garantiria à filha um futuro financeiramente confortável. A jovem, no entanto, disse a eles que astronomia era seu único interesse e que se não fizesse este curso ela não faria nenhum outro. Seus pais concordaram com isso e incentivaram Carla a concluir o ensino médio estudando concomitantemente para um concurso público, o que na opinião deles lhe garantiria uma renda estável e um plano de carreira que lhe permitisse, no futuro, cursar astronomia exclusivamente como um hobby.

Este caso foi-me apresentado por uma professora da escola, pois ganhou bastante notoriedade entre pais, alunos e professores, circulando entre estes grupos como um verdadeiro escândalo. Os pais de Carla foram duramente criticados por não estarem orientando a filha na direção correta e desta forma descumprindo seu papel de pais. Foram chamados de irresponsáveis, tiranos e ignorantes, por estarem aparentemente impedindo a filha de ter o futuro digno que lhe proporcionaria o ensino superior. Nas palavras de uma das professoras de Carla:

Eu até entendo que eles não queiram que ela faça astronomia, porque é uma carreira pouco conhecida e que não se vê todo dia por ai um astrônomo bem sucedido, mas eu acho que o papel deles enquanto pais era respeitar a escolha dela ou então orientar a filha a escolher um outro curso que tivesse a ver com astronomia mas com uma perspectiva melhor de vida

Quanto a Carla, entre os demais alunos a jovem era tratada com estranhamento, pois apesar de estar estudando com o mesmo afinco que os demais para prestar concursos igualmente disputados, ela era a única de todo grupo a não compartilhar do projeto coletivo de ingresso na universidade. Mesmo as atividades curriculares precisavam ser por ela adaptadas, pois uma vez que não prestaria o vestibular as aulas específicas no contraturno

deixavam de fazer sentido, mas mesmo assim não eram optativas.

Resolvi fazer as aulas de reforço em exatas, porque matemática costuma cair nos concursos. Não tem nada a ver eu ficar estudando história ou biologia que nem doida porque isso não vai me servir de nada. E o pior é que isso fica ocupando um tempo que eu podia estar usando pra fazer cursos pra concurso, que iam ser muito mais úteis pra mim (...) Parece que ninguém entende que eu não quero fazer vestibular. Eu fico me sentindo uma aberração.

Depois de ter concluído o ensino médio, Carla foi aprovada em um concurso administrativo da prefeitura da cidade de Niterói, e atualmente cursa informática em uma universidade particular no turno da noite. Seus pais, em encontro recente que tive com eles, afirmaram estar felizes em ver a filha fazendo um curso superior, pois sempre desejaram que ela tivesse todas as oportunidades de ser bem sucedida na vida, e afirmam que a decisão tomada de orientá-la a fazer um concurso público foi a melhor saída encontrada por eles para impedir que ela se inscrevesse por impulso em um curso “sem perspectivas” para o futuro.

Um exemplo extremo da preocupação dos pais dos jovens concluintes do terceiro ano do segundo grau com a aprovação dos filhos no concurso vestibular é demonstrada por Inalda Oliveira na descrição de um grupo existente no Recife, chamado “Pais com Filhos Reprovados em Medicina”.

Tal grupo organiza-se a cada ano, após a divulgação dos resultados, e analisa as possibilidades de remanejamento em todas as faculdades nas quais os filhos se inscreveram (geralmente isso engloba diversos estados, vizinhos ou não, ao de origem), telefonam para os que são aprovados em mais de uma faculdade e tentam convencê-los a não ocuparem vagas que poderiam ser de outros. Pais com filhos reprovados em outros cursos também aderiram. O processo dura vários meses e, nem sempre, o nível de ansiedade dos filhos é tão intenso quanto o demonstrado pelos pais (OLIVEIRA, 2004, p. 62).

Já no que diz respeito às famílias dos alunos das escolas públicas, por outro lado, a decisão do aluno quanto ao que fazer depois do término do ensino médio é um momento bastante relevante e compreendido por pais, professores e pelos próprios jovens como uma decisão com vários caminhos possíveis, como a inserção no mercado de trabalho, o ingresso em cursos profissionalizantes ou politécnicos, o alistamento militar ou os concursos público, sendo os concursos para a polícia e o corpo de bombeiros os mais comumente escolhidos pelos alunos. Sendo assim, o vestibular apresenta-se apenas como uma alternativa possível e não como um passo natural e obrigatório a ser dado pelo jovem.

Para os pais, percebe-se que sua principal preocupação é a de que os filhos

concluem a vida escolar, tendo em vista a dificuldade do não portador de diploma do ensino médio em conseguir uma colocação no mercado de trabalho. Esta, na verdade, é uma preocupação válida se considerarmos o alto índice de evasão escolar nas instituições de ensino pública analisadas nesta pesquisa. Alguns alunos desistem por já estarem no mercado de trabalho ao longo do ensino médio, e tantos outros são desestimulados em decorrência de sua defasagem com relação a idade e a série. Os alunos nesta situação que conseguem concluir o ensino médio o fazem geralmente se valendo das turmas de supletivo, mas não é comum que decidam prestar o vestibular.

Dentro do universo desta pesquisa apenas um dos vestibulandos entrevistados é egresso do supletivo e afirma que as pessoas nesta modalidade de ensino, mesmo as mais jovens, já trabalham e possuem filhos e por isso não vêm como alternativa viável “gastar um tempão fazendo faculdade”. O jovem completa dizendo que se não fosse a insistência da mãe para que ele cursasse o ensino superior ele mesmo acredita que teria tomado outra decisão, como continuar trabalhando ou tentar ser aproveitado no serviço militar obrigatório.

De uma forma geral, podemos dividir a participação destes na decisão pelo vestibular em três grupos distintos. O primeiro é formado por aqueles que nunca incentivaram os filhos a ingressar na universidade e sentir-se-iam satisfeitos apenas com a conclusão do ensino médio, mas que diante da escolha do jovem em prestar o vestibular apóiam-no e sentem-se orgulhosos em ter um bacharel na família.

Dois dos jovens entrevistados para esta pesquisa, além de se destacarem em seu núcleo familiar por serem os primeiros a pleitear uma vaga no ensino superior, são também os primeiros membros da família a concluir o ensino médio e por isso são vistos pelos familiares como uma promessa de elevação no status social e econômico de todo o grupo.

A mãe de Rafael, um dos jovens que se encaixa neste exemplo de elevação da escolaridade familiar ao concluir o ensino médio e prestar o vestibular, comenta bem humorada sobre como a dedicação do filho representa o retorno esperado de todo o investimento feito na educação dele, materializado na possibilidade de uma velhice mais tranquila a partir da estabilidade que adquirirá o filho vestibulando depois de concluir o curso universitário e de se inserir no mercado de trabalho:

(...) esse menino é a garantia da minha velhice, porque nenhum dos outros nunca gostou de estudar e vai tudo viver pra pagar dívida que nem eu. Mas com esse aí eu posso contar por que ele vai fazer faculdade e vai ter uma profissão. Ele tem a cabeça muito no lugar.

No segundo grupo inscrevem-se aqueles pais que ao longo do ensino médio já incentivavam os filhos a se dedicar aos estudos para ingressar no ensino superior. Trata-se de pais que valorizam o status obtido pelo diploma universitário, que acreditam na ascensão social através dele e até mesmo de alguns que tinham o desejo de cursar eles mesmos o ensino superior, mas que, como isso não foi possível, transferiram esta aspiração para os filhos. Nas palavras do pai de Manuelle:

Eu acho bonito a pessoa que tem um diploma. Isso mostra que é uma pessoa correta, que se esforça, que se dedica nos estudos. Eu sou um bronco, filho de mecânico, e nunca pude estudar porque tive logo que trabalhar pra ajudar a colocar o pão na mesa, mas a minha filha tá tendo as oportunidades e ela é uma garota esforçada, sabe, é o meu orgulho.

Em três dos casos analisados a decisão dos jovens pelo ingresso na universidade foi bastante incentivada pelo fato dos irmãos mais velhos já terem dado esse passo e estarem cursando ou terem cursado o ensino superior, em áreas como serviço social, pedagogia e enfermagem. Neste ponto, vale ressaltar que se trata de famílias com um projeto muito claro de ascensão social através da escolarização dos filhos, que ao longo dos anos incentivaram seus estudos e no ano de conclusão do ensino médio fizeram de tudo para que estes jovens pudessem ingressar no ensino superior.

Já o terceiro grupo, é formado pelos pais, evangélicos em sua totalidade, que desejam que os filhos ingressem no ensino superior especificamente para cursar teologia, que os permitirá seguir vida religiosa como pastores. Sendo a opção religiosa evangélica majoritária entre os alunos das escolas públicas entrevistados, a opção de seis jovens pelo curso de teologia chamou-me a atenção.

De acordo com eles, a religião ocupou desde muito cedo papel de importante destaque em suas vidas familiares, tanto pela criação que tiveram dos pais, pautada nos preceitos da igreja, quanto pela participação constante dos mesmos nos cultos religiosos (uma frequência média de três vezes na semana). Os jovens, todos homens, afirmam ter sido incentivados pelos pais e orientados pelos pastores de suas igrejas a dedicarem-se a vida religiosa. Esta decisão é muito bem vista pela comunidade em que estão inseridos e é fonte de grande orgulho para os pais, como podemos ver na fala da avó de um dos jovens:

O Renato é um menino muito abençoado e a gente tem muito orgulho dele. Ele sempre teve boas notas, sempre foi um menino estudioso e agora ele vai pra ser pastor e eu to muito feliz com isso, porque é uma vida muito abençoada pra ele e pra todos nós ele ser pastor.

O único caso que destoa destes três grupos, no que se refere aos alunos pertencentes às escolas públicas, foi o de Jeferson, que pretendia cursar educação física, mas sofria forte oposição da família quanto a sua entrada no ensino superior. Seu pai, pescador na região de Jurujuba, defendia que a universidade era “coisa de filho de rico” que não levaria a lugar algum e só serviria para afastar o jovem do trabalho na pesca.

O pai argumentava ainda que ao longo do curso o jovem não poderia se dedicar exclusivamente aos estudos, pois teria gastos com livros, passagens de ônibus e outras despesas com as quais a família não poderia arcar, o que certamente levaria Jeferson a abandonar o curso mais cedo ou mais tarde¹⁸. Além disso, uma vez que o rapaz decidisse ajudar o pai a gerenciar o barco de pesca, não seria mais necessário o pagamento de um ajudante, o que aumentaria em cerca de quinhentos reais a renda da família.

A partir do discurso de meus entrevistados, soube que esta colocação de que “faculdade não é para filho de pobre” ainda faz parte do pensamento de muitas famílias e de alguns alunos pertencentes ao ensino público. No entanto, de acordo com eles o fator mais decisivo para a decisão dos colegas de não prestarem o concurso vestibular diz respeito à necessidade de inserção rápida no mercado de trabalho para complementar a renda familiar, o que se aplica a homens e mulheres com a mesma intensidade. Alguns deles, inclusive, já são pais e precisam arcar com as despesas de suas próprias famílias.

Outro fator importante para desestimular os jovens a fazer o concurso, é a descrença na formação que receberam nas escolas da rede pública. Mesmo os jovens que pretendem ingressar no ensino superior falam com grande preocupação sobre as deficiências que possuem diante dos alunos da rede privada, causadas pela falta de professores, os períodos de greve e mesmo pela má qualidade das aulas ministradas, onde o conteúdo não é completamente abordado pelos professores na tentativa de nivelar a turma¹⁹.

¹⁸ Esta fala do pai de Jeferson é baseada na experiência do filho de um vizinho que abandonou a universidade depois de alguns semestres por não poder arcar com os custos diretos e indiretos do curso.

Este despreparo faz com que a maior parte dos alunos da rede pública que ingressam na universidade o façam em instituições particulares de ensino²⁰, onde conseguem bolsas de estudo do governo ou da própria instituição. Neste contexto, em que existe um comprometimento financeiro, mesmo que mínimo²¹, o auxílio da família se torna fundamental para o ingresso e permanência do jovem na universidade.

Analisados os fatores de motivação familiar para a tentativa do jovem de ingressar no ensino superior, é importante analisarmos as conseqüências desta escolha na vida cotidiana das famílias, pois como afirma Mariza Lima em uma análise psicanalítica do vestibular,

(...) os pais também fazem vestibular, mesmo não indo lá fazer a prova. Fazem “por tabela”, pelo grande envolvimento afetivo que têm com o filho, por acompanharem os sentimentos e as emoções de cada fase do desenvolvimento (LIMA, 2007, p. 165).

Aprofundando um pouco mais esta discussão a partir das conversas que pude ter com alguns pais, podemos dizer que este sentimento de cumplicidade vivenciado por eles em relação aos filhos vestibulandos vai além do compartilhamento afetivo, se baseando também na crença de que este posicionamento faz parte do seu papel de pai-educador, que deve auxiliar o filho a ser bem sucedido profissionalmente. Soma-se a isso a tendência, mais acentuada nas famílias dos alunos das escolas particulares, de ver o vestibular como momento decisivo dentro do projeto familiar de formação dos filhos.

Esta educação dos filhos como parte do projeto familiar, surge no discurso dos pais com diferentes aspectos, como a perpetuação do status quo ou a ascensão social, a garantia de estabilidade na velhice, como descrito pela mãe de Rafael, e o sucesso em transmitir os “valores corretos” aos filhos como indicado pelo pai de Manuelle ao afirmar que a pessoa que cursa o nível superior é “uma pessoa correta”. Trata-se da educação não só como preparação para a vida adulta, mas também como reprodução de valores específicos do ambiente familiar e social em que vive cada sujeito. Segundo Bourdieu (1982; 2007), esta

¹⁹ De acordo com alguns professores o programa do governo do estado de aprovação automática dos estudantes do ensino fundamental teria criado um sério desnível nas turmas do ensino médio, com problemas no conteúdo de base que muitas vezes os impede de avançar com a matéria.

²⁰ Aqueles que conseguem ingressar nas universidades públicas o fazem através de cotas, ou por terem se inscrito em cursos menos concorridos como os de pedagogia, filosofia e serviço social.

²¹ Nem sempre as bolsas de estudo conseguidas nas próprias instituições de ensino são integrais. Geralmente elas variam entre 30 e 50% do valor da mensalidade.

reprodução dos valores está fortemente ancorada em certas disposições para a ação típicas do meio a que pertencem os indivíduos e é poderosa o bastante para ser incorporada ao ponto de fazer parte da própria subjetividade do indivíduo. Além disso, como argumenta Boudieu, a educação superior é visto como um capital social/cultural importante. Ou seja, um diploma significa não só acesso a certo tipo de mercado de trabalho mas também a bens culturais.

Ainda demonstrando este engajamento familiar na aprovação do vestibulando, é comum que as regras e procedimentos da casa sejam alterados para adequar-se a rotina de estudos do jovem. Alguns exemplos destas mudanças mencionados ao longo das entrevistas são a mudança no horário de jantar da família para esperar pelo vestibulando que passou a chegar em casa mais tarde por conta dos cursos; a alteração da data da viagem de férias da família para se adequar ao calendário de provas; a proibição do irmão de uma das vestibulandas de tocar bateria nos períodos em que ela estivesse em casa estudando. Mesmo a vida social familiar sofre alterações, como vemos no discurso de Alice:

Ultimamente a gente não tem ido em lugar nenhum. Teve até uma vez que era aniversário de 15 anos da minha prima e nós não fomos porque eu tinha prova da primeira fase da UERJ no dia seguinte. Eu fiquei meio chateada por que a minha prima não vai fazer quinze anos de novo, né, e foi o maior festão. Mas não tem jeito, ia ser pior me dar mal na prova, ou sei lá, perder a hora. Não gosto nem de pensar nisso!

Manuelle, uma das alunas do ensino público também fala sobre a mudança na vida social da família destacando a tentativa do pai de conter-se durante os jogos de futebol que assiste na televisão nos finais de semana para que o barulho da torcida não interrompa os estudos da filha. Da mesma forma, a jovem afirma que o costume familiar de realizar churrascos aos domingos para parentes e vizinhos também foi reduzido consideravelmente, para que a aglomeração de pessoas e o barulho não prejudiquem seu desempenho nos estudos.

O investimento financeiro feito pelas famílias, em especial a dos alunos das escolas particulares, também deve ser considerado, pois ao longo deste ano surgem novas despesas com cursos, acompanhamento psicológico, professores particulares e as próprias taxas de inscrições nos concursos. No caso dos alunos das escolas públicas os gastos mais comuns são com professores particulares e cursos comunitários de preparação para o vestibular,

que em alguns casos possuem um pagamento módico que serve de auxílio aos professores voluntários.

No que diz respeito às inscrições nos concursos, os alunos com renda familiar mais baixa normalmente conseguem isenção, mas nem todos os alunos das escolas públicas preenchem os requisitos de comprovação da condição de carência socioeconômica exigidos pelas instituições de ensino superior, e por isso precisam pagar as taxas.

3.3 A participação da família na escolha da carreira.

Uma vez que o jovem decida prestar o vestibular, a atenção volta-se para a escolha da carreira, um processo difícil para a maior parte dos entrevistados, que se vêem divididos entre elementos de escolha como a vocação, o interesse pessoal, as perspectivas do mercado de trabalho, as chances de ingresso em determinados cursos e as expectativas e projetos da família com relação ao seu futuro profissional.

No que diz respeito à participação da família na escolha de carreira dos jovens vestibulandos, encontramos três posicionamentos específicos: o da família que apóia a decisão de carreira do aluno; o da família que se opõe a decisão do jovem e, por fim, a família que orienta, e algumas vezes até mesmo pressiona, o indivíduo a seguir a sua herança profissional.

As situações em que a família apóia a escolha de carreira do jovem representam a totalidade dos casos nas escolas públicas. Para estes pais o simples ingresso em um nível superior de ensino já representa a realização de um projeto de ascensão social e econômica da família, não importando realmente a carreira a ser cursada.

Mesmo no caso do pai que se opunha a decisão do filho de prestar o vestibular, o curso superior escolhido pelo filho era visto com bons olhos. Na verdade, ele até se sentia feliz que a opção do filho fosse pelo curso de educação física, por acreditar que depois de formado ele poderia trabalhar de alguma forma com os clubes e jogadores de futebol profissional.

Neste ponto, é interessante destacar a dificuldade da ocorrência, neste grupo, de

casos de alunos aprovados em universidades públicas para cursos concorridos, como direito, medicina e comunicação, não tendo havido sequer um caso ao longo desta pesquisa. Com isso, os alunos aprovados costumam dividir-se entre aqueles que ingressaram nas universidades públicas em cursos menos concorridos e aqueles que ingressaram nas universidades particulares em cursos mais concorridos.

No caso dos alunos que ingressam nas universidades públicas, o orgulho dos pais reside no fato dos filhos terem sido bem sucedidos em disputar uma vaga competindo com os alunos melhor preparados do ensino particular e estarem estudando em instituições de ensino de maior prestígio. Já aqueles que partem para as universidades particulares se destacam aos olhos dos pais por cursarem carreiras mais concorridas, como direito, informática, administração, fonoaudióloga e nutrição.

No caso das famílias dos alunos das escolas particulares esta decisão de apoiar a escolha do jovem também é majoritária, no entanto, o discurso dos pais está muito mais centrado em um aspecto de realização pessoal do filho e não em um projeto de ascensão social. Neste círculo, é mais comum ouvirmos um discurso relacionado a “ganhar dinheiro fazendo o que gosta” e de “ser bem sucedido naquilo que é bom”.

Um exemplo marcante deste posicionamento é o da mãe de Graziela, mencionada anteriormente, que mesmo diante das tentativas sucessivas da filha em ingressar no curso de medicina, continuava a defender que o melhor caminho seria persistir na escolha da vocação.

Se ela tivesse tentado pra outra coisa, nutrição ou fisioterapia, ela já teria passado há muito tempo, mas acho que ela não ia ser feliz e ia acabar se arrependendo mais tarde de não ter tentado. (...) Tudo que eu quero é que ela seja feliz e sinta que ela está fazendo o que ela nasceu pra fazer.

Vale ressaltar que a mãe de Graziela pertenceu a uma geração de alunos de escolas públicas que viu na obtenção do diploma de ensino superior uma chance real de ascensão social, caso este em que se incluem outros pais de alunos das escolas particulares por mim entrevistados. Muitos deles tiveram que trabalhar enquanto faziam seus cursos e por isso optavam por carreiras que oferecessem rápida inserção no mercado, como direito, contabilidade e as áreas relacionadas ao magistério. A mãe de Graziela tinha o sonho de cursar medicina, mas optou pelo curso de biologia, mais fácil no ingresso e com rápida colocação no mercado, e por isso incentiva a filha a persistir na vocação.

Existe também o caso de pais que enfrentaram oposição de seus próprios pais no momento de escolha da carreira e por isso não desejam repetir este procedimento com os filhos. De acordo com Maria Luiza Dias (1995) parte disso se dá pelo fato do vestibular fazer com que os pais revivam, através do filho, os seus próprios momentos de escolha profissional, recuperando, além das questões, dilemas e motivadores, o papel desempenhado por seus próprios pais nesta fase de suas vidas.

A mãe de uma das entrevistadas afirma ter manifestado o desejo de cursar filosofia, mas foi terminantemente proibida pelo pai e por isso cursou pedagogia. Devido a esta lembrança ela afirma estar pronta a apoiar a filha em qualquer decisão que ela tome, pois acredita que “ela pode ser bem sucedida fazendo qualquer coisa se ela fizer com dedicação, com vontade e correr atrás”. Segundo ela, enquanto filha, foi duro ter que abrir mão de uma opção profissional na qual acreditava que se sairia bem devido a uma imposição dos pais, e isso a impede de fazer o mesmo agora que está na posição de mãe.

Outro ponto importante a ser analisado no posicionamento dos pais das escolas particulares de apoiar a decisão dos filhos diz respeito à tendência bastante comum entre eles de buscar auxílio psicológico para a orientação vocacional dos jovens. Isso faz com que a decisão, seja ela qual for, tenha um respaldo técnico especializado. Estes pais consideram que, uma vez que o psicólogo faz um longo acompanhamento das aptidões e inclinações profissionais do vestibulando, as opções de carreira oferecidas por ele para que o jovem escolha são as melhores possíveis.

O segundo tipo de posicionamento dos pais diante da escolha dos filhos é o de oposição, mais comum entre os alunos das escolas particulares. Neste caso, o foco é transferido da preocupação com a realização pessoal do jovem para a sua realização financeira e a manutenção do status familiar. Na verdade, o pensamento que norteia a lógica destes indivíduos é o de que não existe realização pessoal sem a realização financeira, pois a dureza do cotidiano acabará fazendo com que o jovem se arrependa da decisão que tomou e se sinta frustrado.

De forma geral esta posição de oposição dos pais em relação à escolha de carreira dos filhos ocorre de forma branda, através de críticas, demonstrações de preocupação e até mesmo de comentários jocosos, como no caso de Elisa, vestibulanda que decidiu cursar moda. A jovem afirma:

Acho que meu pai não gostou muito, porque ele vive fazendo piadinhas, dizendo pra todo mundo que eu vou ser costureira ou então vendedora de loja. Minha mãe não fica me sacaneando, mas de vez em quando ela me pergunta se eu tenho certeza, se é isso que eu quero mesmo. Acho que isso é porque as pessoas não conhecem muito, não sabem o que faz uma pessoa que trabalha com moda.

Os casos mais radicais ocorrem com a proibição imposta pelos pais ao curso escolhido pelos filhos, como vimos no caso emblemático de Alice, que foi impedida de cursar serviço social. Uma das sanções impostas pelo pai da jovem neste caso foi a de não pagar pela inscrição dela nos concursos vestibulares se ela não optasse por uma outra carreira que ele julgasse apropriada.

Além disso, Alice afirma que o que mais a oprimia eram as alegações de que ela estaria desperdiçando todo o investimento feito pelos pais em seu futuro, bem como o trabalho deles em educá-la para ser “alguém na vida”, como se qualquer coisa considerada abaixo dos padrões familiares não fosse digno.

Do jeito que ele fala eu fico me sentindo horrível, porque fica parecendo que eu não dou valor ao que eu tenho, e eu dou muito valor, sabe. No final eu até acho que ele tem uma razão pra querer que eu faça um curso melhor, mas eu tô mais perdida ainda agora. Vou ter que tentar um jeito de juntar o que ele quer com o que eu quero.

Vale salientar, no entanto, que não é apenas através do posicionamento mais duro que o jovem se sente confrontado. Seja através de críticas, comentários jocosos ou da proibição, esta oposição dos pais a sua escolha de carreira é vivenciada pelos filhos de forma bastante difícil, gerando ansiedade e inquietações.

Por fim, temos os casos em que a família busca orientar a escolha de carreira do jovem através da herança profissional dos pais, avós e irmãos. Este movimento é comum nas famílias de advogados, médicos e empresários, que costumam possuir escritórios, consultórios e empresas a serem legadas aos seus descendentes. Ao longo da pesquisa, encontramos três casos específicos deste tipo de orientação.

O primeiro caso, mencionado anteriormente, é o de Leonardo, um jovem vestibulando que afirmava não ter nenhuma inclinação específica para qualquer carreira. Por isso, decidiu seguir a recomendação dos pais de cursar direito para desta forma seguir a vocação profissional da família. Seu pai é um advogado conhecido na cidade de Niterói, que possui um escritório especializado em direito tributário. Seu irmão mais velho também cursou o bacharelado em direito, mas por não ter se interessado pela área tributária trabalha

hoje como advogado da Ordem dos Advogados do Brasil.

Para Leonardo um dos elementos mais significativos para esta escolha foi o fato de considerar tanto o pai quanto o irmão profissionais bem sucedidos financeiramente, o que para ele seria uma garantia de que, atuando também nesta área, seria capaz de manter o mesmo padrão de vida que possui atualmente. Na área de Direito há também a possibilidade dos concursos públicos para áreas como a da magistratura, promotoria ou procuradoria, que são atrativas pelos altos salários e pelo prestígio social tanto para o jovem quanto para sua família. Nas palavras de Leonardo:

Na minha família quase todo mundo é advogado, meu avô, meu pai, meus tios, meu irmão, mas não tem nenhum figurão assim, tipo juiz ou promotor, sabe. Todo mundo trabalha mais em escritório. Eu tenho só um tio que é fiscal de renda e todo mundo fala benção dele. Ai eu fico pensando em fazer um concurso tipo de juiz. Eu acho que fazer prova pra juiz deve ser difícil, mas meu pai ia ficar maluco com um filho juiz. Durante o curso eu vou vendo, mas acho que eu vou tentar uma parada assim quando terminar.

Percebe-se ao longo das entrevistas que para esta família é importante que o filho consiga manter o mesmo padrão de vida estabelecido pelas gerações anteriores, que não diz respeito apenas ao padrão remuneratório que ele deverá obter, mas também ao renome criado por seus ascendentes na área do direito. O próprio jovem, ao afirmar que o pai “ficaria maluco” ao vê-lo ingressar na carreira da magistratura, busca a aprovação e o reconhecimento dos pais com relação ao seu projeto de vida profissional, ao mesmo tempo que se distingue da trajetória familiar por não ser um advogado praticante, mas ainda demonstrando respeito e mesmo a vontade de elevar o status familiar no meio profissional da advocacia.

O segundo caso é o de Rafaela, filha única que aos 17 anos decidiu fazer o vestibular para moda, área na qual acreditava que seria bem sucedida pelo fato da carreira ser “a sua cara”. Seu pai, dono de uma indústria produtora de artigos de plástico, foi contra a opção da única filha de não cursar uma carreira relacionada aos negócios da família por desejar que ela um dia assumisse a empresa e desse prosseguimento ao seu legado. A mãe de Rafaela, no entanto, apoiou a decisão da filha de cursar moda e inclusive mudou-se com ela para um apartamento na Barra da Tijuca, mais próximo da universidade, deixando o marido em Niterói.

Ao final do segundo semestre do curso, no entanto, Rafaela afirma ter se dado conta das dificuldades do mercado de trabalho nesta área e de que o trabalho cotidiano exigido

por esta profissão seria muito diferente do que ela havia imaginado. Com isso, a jovem decidiu que, por mais que ela se interessasse pelo mundo da moda, este deveria permanecer em sua vida apenas como hobby e que para ela “faria mais sentido” cursar uma carreira que a permitisse ingressar nos negócios da família, que de certa forma já lhe eram familiares.

Como demonstra a citação abaixo, Rafaela passou inclusive a valorizar seu trabalho na fábrica ao percebê-lo como parte do seu patrimônio, uma herança a ser deixada para os próprios filhos, e por isso o melhor lugar para investir seu tempo e esforços.

Eu fiquei pensando muito no tempo que eu já tinha ficado na fábrica com meu pai, ajudando numa coisa e outra e vi que ficar lá fazia muito mais sentido pra mim. Se eu não ficar na fábrica, não sei quem vai ficar, porque meus primos também não gostam muito e fizeram áreas muito diferentes, sabe. Ai eu fiquei pensando que a fábrica vai ser minha um dia e eu tenho que saber cuidar dela. É a herança que eu vou deixar pros meus filhos um dia.

Depois de tomada esta decisão, Rafaela pediu transferência para o curso de Administração e hoje vive com os pais na região dos lagos, local para onde a sede da fábrica foi transferida recentemente. A jovem está cursando administração em uma faculdade nas redondezas e já ocupa um cargo administrativo na fábrica, o que segundo ela conseguiu unir novamente a família e tem sido motivo de grande orgulho para o pai, que “vive se gabando da filha que está mantendo a tradição”.

Um último exemplo de escolha profissional baseado na herança familiar é o de Lucio, irmão mais novo em uma família proprietária de uma escola de ensino fundamental e médio. Seu pai, formado em contabilidade, administra a empresa da família junto com a esposa, formada em pedagogia, que se responsabiliza pelos aspectos pedagógicos da instituição. A irmã mais velha de Lucio está cursando história e já conta com emprego garantido após a conclusão do curso.

Desta forma, Lucio afirma ter sido uma escolha bastante tranquila optar por uma carreira na área do magistério, mesmo nunca tendo sofrido pressão por parte dos pais para que o fizesse. O jovem afirma que desde o início do ano letivo que antecede ao vestibular seus pais o incentivavam a escolher uma área com a qual ele realmente se identificasse e na qual ele pudesse se realizar pessoalmente. Para o jovem isso seria conseguido ao permanecer na área de atuação familiar, pois se sente parte do ambiente escolar a ponto de caracterizá-lo como sua “segunda casa”.

Quando eu era menor era meio chato ser o filho da diretora, porque todo mundo ficava dizendo que eu ia dedurar as merdas que a galera fazia pra minha mãe. Mas eu vivi dentro da escola, sabe, ela é a minha segunda casa. Eu acho que nem pensei em fazer uma coisa fora disso, tipo medicina ou direito.

Tomada a decisão de permanecer na área de atuação familiar, faltava contudo decidir o curso que mais “tivesse a ver” com ele. Lucio afirma que sua primeira inclinação foi seguir os passos da irmã e dedicar-se ao magistério propriamente dito, prestando o vestibular para o curso de português ou de geografia, matérias com as quais ele mais se identificava ao longo da vida escolar. No entanto, com o concurso se aproximando e com ele o momento de realmente fazer a escolha, o jovem afirma ter mudado de idéia, decidindo optar por uma área relacionada com a escola de forma mais geral.

Eu pensei em fazer administração de empresas, mas acho que fazendo pedagogia eu vou poder entender o funcionamento da escola como um todo e depois eu posso fazer uma pós-graduação em gestão escolar pra saber melhor do jeito de gerir a escola.

Naquele mesmo ano, Lucio prestou o vestibular para pedagogia e atualmente estuda em uma universidade pública, dedicando-se exclusivamente ao curso até o momento que seja necessária a realização dos estágios. Segundo ele, no entanto, mesmo ao longo das disciplinas já se sente um pouco a frente dos colegas de turma por ter, de certa forma, vivenciado a maior parte das questões levantadas pelos professores. Lucio afirma ainda estar sempre a par do que acontece na escola e tenta trazer novas idéias e sugestões a serem implantadas pelos pais.

Sendo assim, partindo dos exemplos demonstrados anteriormente de interação entre o aluno e sua família para a escolha de uma carreira profissional, torna-se clara a afirmação de Velho (2004) de que todo projeto de vida pessoal faz parte, em certa medida, de um projeto coletivo mais amplo, que lhe dá sentido e legitimidade. Neste caso, vemos a relação, seja ela pacífica ou conflituosa, entre o desejo dos pais e a opção dos filhos no momento de ingresso em um curso do ensino superior.

Por parte da família, mesclam-se o desejo de ver o filho encontrar a realização pessoal através do trabalho e a necessidade de que o status social da família seja mantido ou elevado, sendo este último um projeto que em todos os casos, mesmo o dos alunos pertencentes às escolas públicas, materializa-se através dos investimentos materiais, sociais e emocionais, feitos pela família na educação dos filhos.

Já no que diz respeito aos filhos, é possível analisarmos com mais clareza a afirmação de François de Singly (2007) de que nas famílias contemporâneas das sociedades ocidentais os indivíduos estão sempre buscando simultaneamente a independência e a dependência, ou seja, a singularização com relação ao núcleo familiar e o seu pertencimento a ele. Nas palavras do autor:

As sociedades contemporâneas glorificam o mito do indivíduo que se construiu e se fez sozinho, obrigando os atores sociais, menos estruturados pelas referências e por um repertório dos papéis sociais estáveis, a necessidade dos outros significativos (Berger, Luckmann) que lhe permitirão construir uma identidade unificada. Essa oscilação entre necessidade de laços de interdependência e a negação dessa necessidade cria uma tensão (2007, p. 135).

Ainda segundo Singly, no mundo social em que vivemos o valor de referência mais relevante tornou-se o self, fazendo com que a família mantenha seu papel de ajudar o indivíduo a construir-se enquanto pessoa autônoma, principalmente porque é através da mediação do outro que o indivíduo pode ter a sensação de “ser ele mesmo”. Em outras palavras, podemos dizer que o convívio familiar permite ao indivíduo construir uma identidade pessoal tanto ao relacionar-se com “aquilo que ele é” quanto ao opor-se aos elementos aos quais ele julga não pertencer.

No caso dos jovens vestibulandos, percebemos de forma muito clara o discurso de seguir os passos da família encontrando contudo o seu próprio caminho. Vemos estes elementos em casos como os de Rafaela e Lucio, que mesmo aceitando herdar o ofício familiar, descrevem suas atividades como uma forma inovadora e vanguardista de lidar com o negócio da família, agregando-lhes valor e fazendo com que se tornem um reflexo de sua própria individualidade.

4 OS ELEMENTOS DA ESCOLHA VOCACIONAL

Ainda hoje, é comum o discurso descrito por Ferreira (2003) de que todo indivíduo possui uma vocação, que se manifesta nas habilidades, inclinações, afinidades e mesmo no amor que o sujeito sente por uma dada tarefa. Para este autor, este talento, considerado uma inclinação nata para uma determinada área, é o que possibilita a um indivíduo descobrir a sua vocação e escolher assim a carreira na qual será bem sucedido. Esta percepção de vocação, está diretamente relacionada à concepção analisada anteriormente de identidade como uma parte essencial do indivíduo, que faria parte dele desde o nascimento e apenas afloraria ao longo da vida. Trata-se de uma categoria social ainda muito presente no discurso dos indivíduos a respeito da sua escolha de carreira.

Da mesma forma, as teorias psicológicas de orientação vocacional dão grande ênfase à escolha “do que fazer” como uma escolha “do que ser”, que deve ser pautada nas aptidões psicológicas e inclinações afetivas do indivíduo para que se obtenha a plena realização pessoal e emocional do indivíduo. Trata-se, em certa medida, de um valor das sociedades ocidentais modernas a necessidade de que o trabalho seja um reflexo daquilo que o indivíduo é ou gosta de fazer. Nas palavras de Dubar, “já não se trata apenas de “escolha da profissão” ou de obtenção de diplomas, mas de construção pessoal de uma estratégia identitária que mobilize a imagem de si, a avaliação de suas capacidades e a realização de seus desejos” (DUBAR, 2005, p. 150).

Neste contexto, a escolha de uma carreira profissional seria um processo bem delimitado, em que uma inclinação, chamado ou habilidade necessariamente levaria a uma determinada decisão, o que não se observa na trajetória de escolha dos jovens por mim entrevistados. Para eles, a escolha de carreira segue um caminho curvilíneo, de idas e vindas determinadas por diferentes fatores ou mudanças de contexto.

Para ilustrar este panorama em que diferentes decisões, ocasiões e encontros contribuem para a construção de uma escolha de carreira, evoco o trabalho de Mariza Peirano (1995) a respeito da trajetória acadêmica de nomes importantes das ciências sociais como Florestan Fernandes, Antonio Candido, Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira, onde os autores indicavam o acaso como responsável por mudanças importantes

que vieram a determinar suas carreiras e o legado deixado por eles em suas áreas de atuação.

De acordo com Peirano, o acaso neste contexto serve para “matizar a visão de mundo ocidental clássica presa na tensão entre um destino preestabelecido e a vontade individual” (1995, p. 139), contraste este que se torna muito nítido ao analisarmos todo o processo de construção da escolha vocacional dos jovens vestibulandos entrevistados, em que a vocação e o chamado interagem o tempo todo com questões mais pragmáticas como a inserção no mercado de trabalho, o retorno financeiro, o status social de cada carreira e mesmo as reais chances que o candidato tem de ingressar em um determinado curso.

Utilizando a proposta teórica de Gilberto Velho (3002, 2004, 2009) sobre os projetos de vida, ressaltamos neste sentido o fato dos projetos, assim como os próprios planos de identificação do indivíduo, serem socialmente construídos, constantemente negociados e capazes de agregar os aspectos individuais e coletivos da vida do sujeito. Da mesma forma, os projetos são também mutantes, à medida que só fazem sentido quando inseridos em um contexto específico e geralmente transitório, fazendo com que a escolha de carreira seja para estes jovens um processo em construção que se modifica e se redefine diversas vezes de acordo com influências as mais diversas.

Como veremos no capítulo seguinte, os projetos possuem ainda uma carga afetiva significativa, a ponto de Velho afirmar que “uma sociologia dos projetos tem de ser, em alguma medida, sociologia das emoções” (VELHO, 2004, p. 28), pois as emoções do indivíduo são a matéria prima para os projetos juntamente com uma combinação única de fatores sociológicos, psicológicos e históricos que agem sobre a biografia pessoal do indivíduo tornando-a única e impossível de ser repetida.

No que diz respeito à primazia da escolha, é importante destacar o trabalho de Giddens (2002) que afirma que a modernidade tardia trouxe a escolha para o centro da vida do indivíduo, à medida que o sujeito não tem “outra escolha se não escolher” um estilo de vida que seja capaz de preencher necessidades utilitárias e materializar uma narrativa particular de auto-identidade.

Ainda segundo o autor, o grande diferencial deste momento em que vivemos é o fato destes estilos de vida serem escolhidos pelo ator social e não outorgado pela sociedade, em um processo constante de negociações e modificações causadas pela

natureza móvel da auto-identidade. Nas palavras do autor, estas rotinas cotidianas baseadas na escolha pessoal formam a base do estilo de vida adotado pelo sujeito:

Cada uma das pequenas decisões que uma pessoa toma todo dia – o que vestir, o que comer, como conduzir-se no trabalho, com quem se encontrar à noite – contribui para essas rotinas. E todas essas escolhas (assim como as maiores e mais importantes) são decisões não só sobre como agir mas também sobre quem ser. Quanto mais pós-tradicionais as situações, mais o estilo de vida diz respeito ao próprio centro da auto-identidade, seu fazer e refazer (GIDDENS, 2002, p; 80).

Ao abordar a questão do trabalho, Giddens (2002) ressalta ainda que a escolha do trabalho e do ambiente de trabalho fazem parte fundamental desta construção de um estilo de vida próprio, mesmo que a multiplicidade de opções oferecidas ao indivíduo nunca venham a representar a totalidade da gama de opções possíveis, retomando em certa medida o conceito apresentado por Velho (2004) da existência de um campo de possibilidades que limita as opções de escolha do indivíduo de acordo com o contexto social, cultural e histórico em que ele está inserido.

Este mundo em que existe uma vasta opção de estilos de vida, segundo Giddens (2002) gera a necessidade de um planejamento estratégico da vida, que visa dar sentido a uma trajetória reflexivamente organizada da vida, ancorando-se fortemente em eventos importantes que constroem uma cronologia personalizada para o indivíduo, como casar-se, atingir a maior idade, e no caso aqui estudado, concluir a vida escolar e ingressar no ensino superior. Nestes momentos especialmente significativos para o indivíduo, cabem o planejamento do futuro e a revisão do passado para a construção de uma linha norteadora para as escolhas futuras.

No caso da escolha de carreira feita pelos indivíduos entrevistados é possível perceber com nitidez esta crença de que a decisão tomada neste momento será determinante para uma série de decisões futuras, como o padrão econômico que ele terá futuramente, o status e o reconhecimento que receberá por seu trabalho, os círculos sociais que freqüentará por conta de sua atividade profissional e mesmo a qualidade de vida e conforto que poderá ser oferecida à família por ele constituída. Todos estes elementos são considerados no momento da escolha de carreira, com ênfases distintas em cada caso, mas sempre mencionadas em algum momento como aspecto a ser avaliado.

A seguir, serão analisados separadamente todos estes fatores indicados por meus entrevistados como motivadores para a tomada de decisão quanto à carreira profissional.

No entanto, vale ressaltar que nenhum deles pode ser considerado como único, ou mesmo como algo completamente apartado dos demais elementos de escolha. Muitos destes motivadores dialogam entre si e por vezes se confundem em um mesmo aspecto, o que faz com que a escolha de carreira se apresente como um projeto cada vez mais complexo e multifatorial.

4.1 **Identificação pessoal com o curso**

A primeira motivação apresentada pelos entrevistados como fundamental para a escolha da carreira diz respeito à identificação pessoal do indivíduo com um determinado curso. Para eles, esta compatibilidade do sujeito com a atividade que desempenhará é fundamental, pois indica altas possibilidades de obtenção de sucesso, uma vez que existiria uma inclinação nata para o exercício profissional. Busca-se a carreira que melhor expresse a identidade do indivíduo, entendida de forma essencializada.

Para eles, era importante escolher uma carreira que “tenha a ver”, expressão que abarca em parte um talento nato ou predestinação para a execução de uma determinada tarefa – “nasci para fazer isso” - e em parte uma representação de sua própria identidade, ou seja, aquela carreira que “combina comigo” e que exterioriza aspectos íntimos de sua própria personalidade – “é a minha cara”.

Dentro desta lógica, é muito comum ao perguntar aos jovens o porquê da escolha de uma determinada carreira, ouvir respostas como “é a minha cara”, ou “tem tudo a ver comigo”, demonstrando que para eles é importante encontrar aquele curso que possua características capazes de reafirmar sua própria identidade, comunicando aos outros a respeito de seu “eu”. Esta questão fica clara também nos discursos daqueles que ainda não estão certos de sua escolha e afirmam estar procurando alguma coisa que “tenha a ver” consigo mesmo.

As expressões “ter a ver” ou “não ter nada a ver” são bastante utilizadas pelos entrevistados para demonstrar esta importante compatibilidade que deve haver entre o sujeito e a carreira, como fica muito bem exemplificado na seguinte fala de Felipe:

Minha mãe vive dizendo que eu tinha que fazer direito, porque eu sou inteligente, gosto de ler, porque eu falo bem e tal, mas eu acho que *não tem nada a ver comigo*, sabe. Eu nem consigo me imaginar trabalhando o resto da vida de terno e tendo que falar todo formalzão, sabe. Na comunicação não, na comunicação você pode ser mais assim que nem eu, meio largado, mais estiloso. Tem *muito mais a ver comigo*, sabe. E eu gosto de escrever, de ler, de inventar umas histórias meio loucas, de virar a madrugada na Internet procurando as novidades.

Com relação a esta confirmação da identidade pessoal através da escolha do curso, vale ressaltar que este é um dado do discurso dos jovens que se percebem como um todo coerente e estável a ser expresso, mesmo que ao longo de suas trajetórias de escolha possamos perceber as formas como reconstroem e reinterpretam os elementos de suas próprias identidades. Uma prova disso é o fato da identificação com o curso, que parecia tão inabalável em um primeiro momento, seja completamente rejeitada em outro, ou seja, o “ter a ver comigo” muitas vezes se torna o “não ter nada a ver comigo” em questão de meses.

Outro ponto importante a ser destacado da fala anteriormente citada de Felipe, e que é muito valorizado pelos jovens com que conversei ao longo da pesquisa, é a identificação que deve haver com o estilo de vida associado à carreira escolhida, entendendo-o, como nos indica Geertz, como “um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça” (2004, p. 79). Como vemos no trecho acima, parte importante da recusa do jovem em relação ao curso de direito diz respeito à necessidade imposta pela profissão em vestir-se de terno. Da mesma forma, questões como “trabalhar ao ar livre” e “viver conhecendo pessoas interessantes” foram apontados como fatores de motivação para a escolha profissional.

No que se refere à comparação entre os entrevistados das escolas particulares com os entrevistados das escolas públicas, percebe-se que, ao contrario do que estudos como o de Ribeiro (2003) afirmam, de que os alunos de camadas mais baixas teriam maior tendência a escolher orientados por questões sócio-econômicas, os jovens entrevistados demonstram preocupações semelhantes a dos alunos de camadas médias e altas em encontrar sua vocação, ou seja, aquela carreira que esteja de acordo com a imagem que ele tem de si mesmo.

Com o amparo das teorias de Bourdieu sobre a reprodução social (1982) e de Velho sobre a elaboração de projetos individuais (2004), estou ciente de que seria imprudente afirmar que não existe relação entre a identificação do sujeito com uma determinada

carreira e o seu pertencimento sócio-econômico. Mesmo porque, como afirma Bourdieu (2007), o próprio gosto e as predileções do sujeito estão de certa forma relacionados à classe social a que ele pertence. O que quero dizer é que a valorização da escolha por uma carreira que “tenha a ver” com o indivíduo é um valor social que atualmente parece estar se estendendo entre diferentes segmentos sociais, e o candidato não vivencia sua escolha como exclusivamente determinada pelo social e sim como uma expressão de si mesmo.

Duarte e Gomes (2008) apontam a importância desta oposição entre a vida objetiva e a vida subjetiva para a construção de pessoa na cultura ocidental. Os autores salientam inclusive a possibilidade de transposição deste embate para as próprias trajetórias individuais, onde se percebe a valorização da “autenticidade” na forma como os sujeitos buscam ser coerentes na relação entre “uma verdade interior do sujeito e a expressão de sua vontade no mundo” (DUARTE e GOMES, 2008, p. 252).

Partindo da noção de Giddens de autenticidade na elaboração do eu, podemos dizer que se trata de uma exigência moral da modernidade de “ser verdadeiro consigo mesmo”, agindo com base no autoconhecimento e não em traços não autênticos, que são impostos ao indivíduo por sentimentos e situações exteriores e ele. Nas palavras do autor:

Ser verdadeiro consigo mesmo significa encontrar-se, mas como esse é um processo ativo de autoconstrução deve ser informado por objetivos gerais – os de libertar-se das dependências e alcançar a realização. A realização é em parte um fenômeno moral, porque significa estimular o sentido de que se é “bom”, “uma pessoa digna” (GIDDENS, 2002, p. 78).

Para expressar mais claramente meu argumento, descrevo o caso de uma das entrevistadas que deseja fazer enfermagem e afirma que ajudar aos outros e lidar com a área de saúde sempre foi seu sonho. A aluna afirma que a carreira médica seria mais adequada a estes propósitos, e que a sua escolha está influenciada pela impossibilidade da mesma em pagar a mensalidade de uma universidade privada e pela dificuldade em ingressar no curso de medicina das universidades públicas sem a formação de alta qualidade das escolas particulares e o auxílio dos cursinhos preparatórios. No entanto, mesmo que mais tarde ela comente estes fatores, em um primeiro momento o que ela afirma ter influenciado sua escolha foi a identificação com o curso de enfermagem. Ela afirma que não fará medicina, mas em contrapartida não fará pedagogia, que em relação à enfermagem seria um curso de mais fácil ingresso.

Esta valorização da escolha de carreira que melhor represente a identidade do vestibulando está de acordo com a ideologia individualista, que enfatiza o sujeito enquanto unidade mínima significativa, e foi identificada por Velho (2004) como elemento fundamental na forma de elaboração dos projetos de vida da classe média psicologizada das grandes metrópoles na sociedade brasileira. Por outro lado, segundo Duarte (1986, apud 2008), as classes trabalhadoras urbanas possuiriam uma característica muito mais “hierárquica”, “holista” e “não-individualista”, que privilegiariam o pertencimento, em especial àquele relativo a família.

De acordo com Duarte e Gomes (2008), no entanto, nos últimos anos, alguns elementos desta ideologia individualista, em que o sujeito busca afirmar um espaço próprio de singularidade, estariam se estendendo para as camadas populares da sociedade brasileira, principalmente no que diz respeito às:

(...) famílias de classe popular que se encontram entre as camadas menos pauperizadas, no limite das possibilidades do acesso a condições de reprodução diferenciada que permitirão que alguns de seus membros ou linhagens acabem por se encontrar entre as camadas médias (DUARTE e GOMES, 2008, p. 253).

Ainda assim, para Duarte e Gomes (2008), a categoria individualização não seria capaz de caracterizar com exatidão os diversos processos de valorização da agência pessoal existentes nestes grupos, pois dependendo das situações específicas em que se encontram os sujeitos, o valor que norteia as escolhas e decisões ainda é o pertencimento. Sendo assim, os autores falam sobre um processo de “auto-afirmação” dos indivíduos das camadas populares, que “só faz sentido “situacionalmente”, ou seja, do ponto de vista de uma construção comparativa experimental localizada, tentativa, aproximativa” (2008, p. 254). No caso aqui pesquisado, trata-se da auto-afirmação social dos jovens através da escolarização e da obtenção do diploma universitário.

Vale ressaltar ainda os casos em que a escolha do jovem vai um pouco além da identificação pessoal com a carreira escolhida e se aproxima da ideia de vocação enquanto “chamado divino” ou algum tipo de “predestinação mística” vivenciada pelo jovem (FERREIRA, 2003, p. 16). Trata-se dos casos em que as falas sobre “ser a minha cara” ou “ter a ver comigo” é substituído por um discurso que versa sobre o “ter nascido para isso”.

O caso mais emblemático a ser descrito se refere à escolha de uma porcentagem significativa de alunos das escolas públicas pelo curso de teologia. Todos afirmam ser esta a sua vocação, atribuindo a esta palavra seu significado mais profundo de “chamado”. Para estes alunos a escolha do curso representa aquiescer a uma convocação divina para a prática religiosa, tornando-se depois de formados pastores evangélicos. Nas palavras de Carlos:

Eu sempre senti esse chamado, desde que eu era criança e freqüentava o culto com a minha família. Eu acho que Deus me escolheu pra ser pastor e isso é um milagre que eu não posso fazer nada contra, eu tenho que aceitar mesmo esse meu chamado, porque quando Deus coloca a mão dele na sua vida, você tem que dar graças e não fingir que não está ouvindo a palavra.

Uma vez que a vocação para estes jovens é tida como um fato que não deve ser questionado ou mesmo elaborado racionalmente, devendo ser mantida na esfera da fé, foi muito difícil conversar com eles sobre motivações, elementos de escolha e elaborações de projeto. Na maior parte do tempo, até mesmo a aproximação com estes jovens foi difícil e nossas conversas bastante superficiais²², não permitindo maiores elaborações a partir destas entrevistas.

Os demais casos em que a identificação do jovem com a profissão escolhida ultrapassa em seu discurso a mera compatibilidade de interesses e se aproxima do “ter nascido para fazer isso”, está em geral atrelada aos cursos médicos e da área da saúde, como o caso anteriormente analisado de Graziela, que mesmo depois de cinco vestibulares continua convicta de que a medicina é a sua única opção viável de carreira, pois representa aquilo para o qual ela foi destinada. A jovem afirma:

Eu sinto que essa é a minha missão, é o propósito da minha vida, sabe, eu sinto que eu nasci pra ser médica e salvar a vida das pessoas. Parece até maluquice, mas eu sinto como se eu fosse jogar a minha vida fora se fizesse outra coisa.

Um dado interessante a ser destacado é o de que este discurso vocacional não apareceu em nenhum momento relacionado ao magistério, profissão que ao longo do tempo foi vista como uma manifestação de vocação acima de qualquer outra coisa. Ferreira chega a caracterizar a inclinação para ser professor como “mito pessoal que, de dentro de nós mesmos, nos chama, nos colocando diante daquilo que seria o nosso destino” (2003, p.

²²Tenho a forte impressão de que a dificuldade de me aproximar deste grupo de deveu a minha imediata associação à figura do orientador vocacional, como disse na introdução, que para eles seria alguém que questionaria uma escolha que não poderia ser questionada.

53). No entanto, dentre os alunos que pretendem dedicar-se a áreas como pedagogia ou diferentes tipos de licenciaturas, foi mais comum que me deparasse com o discurso de identificação e inclinação pessoal por certas matérias, não ocorrendo em nenhum caso o tipo de fala de “ter nascido para ser professor”.

Para finalizar esta discussão sobre a importância da identificação pessoal do sujeito com o curso escolhido, é importante deixar claro que este elemento de escolha, apesar de ser apresentado no discurso como ponto fundamental, é apenas um entre muitos outros fatores. Ao longo das entrevistas, na maior parte das vezes o aluno apontava algumas áreas profissionais com as quais se sentia identificado e depois de uma construção de projeto que levava em conta outros fatores ele se decidia por uma profissão específica e só então reafirmava sua total compatibilidade com ela. A subjetividade, desta forma, é marcante tanto no início quanto no final do processo de escolha.

Um exemplo desta construção pode ser visto no discurso de Ana, 17 anos, que afirma primeiramente identificar-se com as áreas que envolvam a comunicação com o outro, como jornalismo, propaganda e produção cultural. De acordo com ela estas são as carreiras que mais “têm a ver” com suas características pessoais como ser extrovertida, criativa e comunicativa. Em um segundo momento, a jovem começa a analisar os prós e contras de cada área e descarta produção cultural por achar o curso de difícil acesso, uma vez que não é oferecido pela maior parte das universidades. Jornalismo também é descartado devido ao mercado de trabalho, pois segundo ela “hoje em dia qualquer um é jornalista, porque não precisa mais de habilitação pra trabalhar”.

Depois de eliminados estes dois cursos, Ana defende que a graduação em propaganda e marketing é “a sua cara” e apresenta suas motivações para escolher este curso, dizendo ser esta uma carreira que paga bem aos diplomados, que o meio de trabalho é composto por pessoas interessantes e “até mesmo famosos”, que a empregabilidade é boa e que lhe daria a oportunidade de se mudar para São Paulo, onde estão as agências de propaganda mais renomadas, um sonho que ela afirma ter desde a adolescência.

A partir do diálogo com meus entrevistados, pude ver que os elementos mencionados por Ferreira (2003) de habilidade e inclinação pessoal para o desempenho da tarefa em si não são apontados pelos vestibulandos como fator determinante na escolha. O que realmente é assinalado por eles como fundamental é a capacidade de um dado curso de

se adequar a um projeto de vida mais amplo que inclui elementos como status social, padrão econômico, círculo de amigos, estilo de vida, etc. Assim, podemos dizer que a identificação com o curso é o elemento de escolha mais valorizado, por abarcar uma série de outros fatores que analisaremos a seguir.

4.2 A inserção no mercado de trabalho

Outro fator de motivação para a escolha de carreira citado pelos jovens foi a expectativa futura de inserção no mercado de trabalho, um elemento de decisão presente tanto entre os alunos das escolas particulares quanto das públicas. Ao longo das entrevistas esta preocupação com a empregabilidade oferecida por cada curso surgiu de diferentes formas: os estágios, as contratações, os concursos públicos, o tempo de duração do curso, a herança familiar e o empreendedorismo.

Uma das primeiras questões levantadas por meus entrevistados diz respeito à possibilidade de ingressar no mercado de trabalho ainda durante o curso superior através dos programas de estágio, variável que influencia não só a escolha do curso, mas também da instituição de ensino superior a ser cursada, como demonstra o discurso de Alice, que afirma ter predileção pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro por saber que esta é a universidade que oferece as melhores vagas de estágio na área de direito.

Para estes vestibulandos a obtenção de um bom estágio é vista como um elemento importante para a escolha do curso por ser o melhor caminho para um bom emprego ao final do curso, seja por efetivação ou por aprimoramento do currículo através da experiência. Além disso, os alunos das escolas públicas mencionam também a possibilidade de serem remunerados pelo estágio, conciliando assim estudo e trabalho ao longo do curso superior.

No que diz respeito às contratações, é muito comum que os alunos optem por cursos clássicos, como medicina, direito, administração e engenharia, que historicamente oferecem boas chances de ingresso no mercado de trabalho após a conclusão do curso. Somam-se a estes os cursos ditos “em alta”, como os relacionados à informática e à extração de petróleo e gás, casos em que os alunos afirmam que o mercado em crescimento

certamente lhes garantirá uma vaga de emprego, visto que o número de profissionais capacitados ainda não é suficiente para suprir a demanda.

Um último elemento interessante a ser destacado em relação às possibilidades de contratação diz respeito a opção de alguns alunos pelos cursos de turismo e hotelaria, tendo em vista os grandes eventos internacionais que serão sediados na cidade do Rio de Janeiro nos próximos anos, como a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas. Diogo, um de meus entrevistados, afirma:

Vou me formar na cara da Copa e todo mundo sabe que o Rio não tem hotel suficiente pra todo mundo que vai vir pros jogos. Eu aposto que daqui a uns anos vai ter hotel sendo construído pra todo lado e por isso eu fico em dúvida entre fazer hotelaria ou administração e depois me especializar em administração de hotéis.

No que pude perceber através das entrevistas realizadas, esta opção pelos cursos “em alta” possui uma possível influência da mídia, que constantemente veicula matérias sobre as “profissões do futuro”. Baseando-se nesta expectativa do mercado divulgada pelos veículos de comunicação e muitas vezes mencionada pelos próprios professores, o jovem decide seu curso visando a fácil empregabilidade e um bom retorno financeiro, que nem sempre se confirmam uma vez que o mercado muda com muita rapidez.

No que diz respeito ao ingresso no mercado de trabalho, outro elemento importante considerado na escolha de carreira de meus entrevistados é a possibilidade de posteriormente realizarem um concurso público, inclinação predominante entre os alunos que desejam cursar Direito. Neste quesito, a opção pelos concursos é muito equilibrada entre os alunos das escolas publicas e privadas, diferindo apenas quanto à escolha prévia dos concursos a serem prestados, como magistratura, promotoria e procuradoria, que predomina entre os alunos das escolas particulares. Já entre os alunos das escolas públicas os concursos mais mencionados são o de delegado de polícia e agente da polícia federal.

Uma das jovens por mim entrevistada afirma inclusive ter sido a possibilidade de ingressar na carreira pública um fator decisivo para a sua escolha de carreira. Luciana, 17 anos e estudante de uma escola particular, afirma que a única coisa que gosta realmente de fazer é ler e por isso seus pais a incentivaram a cursar letras. No entanto, a jovem afirma não ter inclinação para o magistério, carreira que ela acredita ser inevitável para quem faz este curso. Sendo assim, a jovem afirma:

Pensei muito e decidi fazer biblioteconomia ou arquivologia. Meus pais quase piraram dizendo que isso não ia me dar nenhum futuro, mas eu conversei com uma amiga da minha irmã que faz biblioteconomia e ela me disse que essas áreas abrem muito concurso. Até a Petrobras chama arquivologista. Foi aí que eu me decidi mesmo por arquivologia, porque eu já posso terminar a faculdade e entrar pro serviço público.

Os maiores atrativos para os vestibulandos que tem como meta o serviço público são a estabilidade, os bons salários e, no caso dos alunos de Direito, o status social oferecido pelos concursos mais prestigiados, como o da magistratura. Além disso, um de meus entrevistados afirmou que a conquista do cargo público “é uma parada que só depende de você e de mais ninguém. Você não precisa ser indicado por ninguém e nem ter conchavo pra ser empregado”.

Outro elemento de escolha relacionado ao ingresso no mercado de trabalho, e que foi mencionado em apenas uma das entrevistas é o tempo de integralização do curso. Um dos jovens oriundos de uma escola pública afirmou optar por um curso superior tecnólogo pelo fato do curso durar apenas dois anos, em oposição aos cursos tradicionais que levam quatro ou cinco anos para serem concluídos. Nas palavras de Alexandre:

Eu tinha pensado em fazer engenharia elétrica, mas pensei melhor e não vai dar pra ficar só estudando mais cinco anos. Eu tenho que ajudar em casa e já tenho um filho para criar. Aí eu fiquei sabendo de um curso técnico de controle e processos industriais, que é faculdade mesmo, mas que leva só dois anos pra terminar e que dizem que todo mundo que se forma sai empregado, então eu resolvi fazer esse, que tem a ver com o que eu gosto de fazer e dá um retorno legal em pouco tempo.

Alexandre acredita que com um tempo menor na universidade será possível ingressar mais rapidamente no mercado de trabalho, otimizando assim o seu tempo de dedicação à formação acadêmica e antecipando o retorno financeiro do investimento no curso. Soma-se a isso sua necessidade de contribuir em casa e sustentar um filho como fatores importantes para explicar a opção por um curso mais curto. Sua opção pelo curso superior, que em casos semelhantes relatados por ele foi descartada por amigos, deve-se principalmente ao incentivo da família para que ele busque uma formação que lhe garanta futuramente uma posição socioeconômica mais vantajosa.

Neste momento, indaguei a ele se não teria interesse em cursar o mestrado ou o doutorado um dia, o que, apesar de ser possível com uma formação superior de tecnólogo, é muito difícil e até mesmo desencorajado pela maior parte dos programas de pós-graduação. A isso, ele me respondeu que “só filhinho de rico que passa esse tempo todo na

faculdade”, e que seu objetivo era apenas o de conseguir um bom emprego para ter uma vida confortável e sustentar sua família.

Ainda relacionado ao ingresso no mercado de trabalho, temos o elemento anteriormente mencionado de herança profissional familiar, que ocorre principalmente nos casos em que o jovem tem a possibilidade de trabalhar com a família em um escritório ou consultório, de se beneficiar dos contatos que a família possui em uma determinada área, ou mesmo de assumir os negócios da família. Neste ponto, vale ressaltar que não só a entrada mais fácil no mercado de trabalho é considerada, mas também a herança do renome já estabelecido pelas gerações anteriores, que inclusive incentivam o jovem a tirar proveito desta área de atuação já sedimentada.

Em oposição a este último caso, temos também aquele em que o aluno pretende empreender para colocar-se no mercado de trabalho. Os casos mais comuns são aqueles na área das profissões liberais, em que os jovens, mesmo não possuindo herança familiar em suas áreas, mencionam a abertura de consultórios médicos ou dentários, de clínicas veterinárias, de escritórios de advocacia, arquitetura e design de interiores.

No entanto, vale ressaltar que, fora deste contexto de consultórios e escritórios, os jovens não costumam ser incentivados pela família ou mesmo pela escola a abrir negócios próprios. Duas de minhas entrevistadas, ambas prestando o vestibular para o curso de moda, pretendem abrir seus próprios negócios já durante o curso, no primeiro caso uma loja de roupas e no segundo uma confecção de jóias. Nas palavras de Viviane:

Meus pais não estão me dando muita força não, porque eles dizem que no Brasil loja só é feita pra falir. Mas eu não sei o que mais eu ia querer fazer como profissão, sabe, é disso mesmo que eu gosto e mesmo sendo um mercado difícil eu acho que eu devo pelo menos tentar.

De fato, ao longo de toda a pesquisa, nos casos em que pude conversar com pais e professores, e mesmo assistindo às palestras oferecidas aos alunos sobre escolha de carreira, a atuação no comércio nunca foi incentivada e nas poucas ocasiões em que foi mencionada a atividade comercial foi tratada como uma área de grande risco que deve ser evitada. De forma geral, o discurso predominante entre todos os atores desta pesquisa foi o de se formar para estar empregado e com estabilidade e não para se tornar um empregador.

Porém, no caso das profissões liberais, em que o formando decide abrir escritórios ou consultórios, o empreendedorismo não é visto como uma opção ruim, o que, dentro de

meu universo de pesquisa, ocorre sempre com as atividades relacionadas ao comércio, ainda que as dificuldades financeiras e legais sejam semelhantes nos dois casos. Isto nos leva a questionar se não haveria entre estes dois tipos de atividade uma diferença de status em que haveria menos prestígio em abrir uma loja.

4.3 Expectativa de retorno financeiro

Ao considerarmos a inserção no mercado de trabalho como motivação para escolha da carreira é importante analisarmos também a projeção feita pelos jovens sobre as possibilidades de retorno financeiro de uma determinada carreira, fator que foi citado com frequência pelos participantes desta pesquisa e que possui estreita ligação com o mercado de trabalho.

No entanto, vale ressaltar que entre alunos de escolas públicas e privadas existe uma diferença importante na forma de abordar este tema. Enquanto os alunos de menor renda falam sobre esta questão de forma muito objetiva, como fator importante de escolha de carreira, os alunos das escolas particulares, na maior parte das vezes, apresentam este fator como um critério complementar à identificação pessoal com a carreira.

Alguns dizem que o retorno financeiro é apenas mais um elemento para corroborar a escolha feita através da identificação e outros afirmam que só escolhem com base na perspectiva do mercado de trabalho por não se identificarem com nada. Dizer que a escolha foi feita com base no futuro retorno financeiro é mal visto entre os alunos de maior renda, como demonstrado no discurso abaixo:

Tem gente que é mercenária mesmo, sabe, que escolhe o que vai fazer pensando em ficar rico. Eu não sou assim, eu quero mesmo é fazer o que eu gosto e tentar ganhar dinheiro com isso. Eu acho que pra quem é muito bom, sabe, quando a pessoa se destaca mesmo no que faz, sempre tem mercado pra ele.

Surge aqui novamente a valorização pelos alunos de um discurso relacionado à identificação com a carreira escolhida, que para eles é vista como algo mais nobre e louvável do que uma escolha baseada na questão econômica. É fundamental “fazer o que se gosta e tentar obter sucesso com isso”, mesmo que no decorrer do discurso fique claro

que os cálculos relativos às vantagens e desvantagens de cada curso fazem parte importante da escolha do curso.

O discurso predominante neste sentido é o de que qualquer profissão possui bom retorno financeiro contanto que o profissional seja dedicado e “corra atrás” para se diferenciar no mercado de trabalho. Silvia, vestibulanda de uma escola particular que pretende cursar artes plásticas com especialização em paisagismo defende que:

Às vezes você escolhe, tipo eu, uma parada meio obscura, que as pessoas não tão acostumadas a ouvir falar e falam logo que você vai morrer de fome. Mas eu acho que da pra ganhar dinheiro com qualquer coisa se você for uma pessoa que corre atrás e que não tem medo de trabalho. (...) No final das contas é mais fácil ganhar dinheiro fazendo uma coisa que você gosta, porque você vai querer fazer aquilo todos os dias com vontade.

Esta fala de Silvia representa parte considerável das colocações dos alunos entrevistados nas escolas particulares, que acreditam que o verdadeiro retorno financeiro está na diferenciação e especialização do profissional e não no curso em si. Vale ressaltar novamente que esta posição focada na realização pessoal é unânime entre os pais que apóiam a escolha profissional dos filhos, refletindo a ideologia individualista presente nestes grupos de valorização das potencialidades pessoais do jovem.

O argumento oposto, de que o retorno financeiro estaria estreitamente ligado ao curso, baseia a maior parte da argumentação dos pais que tentam dissuadir os filhos da escolha feita, incentivando-os a optar por carreiras mais clássicas, como vimos no exemplo anteriormente citado de Alice. Trata-se de uma postura mais pragmática, em que o foco é colocado na manutenção do status e no padrão econômico do indivíduo²³.

Já no que diz respeito às escolas públicas, como mencionado anteriormente, o ingresso no ensino superior por si só já representa uma expectativa de retorno financeiro, sendo elemento fundamental para a decisão de prestar o vestibular, amplamente debatida por meus entrevistados. No entanto, no que diz respeito à escolha do curso em si, outros fatores predominam sobre este, como a identificação pessoal e as chances de ingresso, pois

²³ A partir dos dados coletados ao longo da pesquisa, não é possível definir o que determina estes diferentes tipos de posicionamento familiar. Considerando que todos os casos de pragmatismo, minoria considerável no total das entrevistas, se encontram entre os alunos das escolas particulares, em que o padrão econômico é semelhante e não é possível delinear nenhum tipo específico de constituição familiar em que isso ocorre, tenho a impressão de que a explicação para esta distinção de posicionamentos possa estar na trajetória de vida dos pais ou dos valores mantidos da geração anterior. No entanto, como as conversas que tive com os pais foram informais e esporádicas, nada disso pode ser afirmado sem uma pesquisa mais detalhada que tenha como foco estas questões.

uma vez que o retorno financeiro está associado à obtenção do diploma de nível superior, o curso torna-se uma questão menor e as estratégias de escolha visando o potencial de remuneração do profissional é semelhante às adotadas pelos alunos das escolas particulares.

Na prática, as estratégias de escolha baseadas no retorno financeiro assumem três formas já mencionadas anteriormente: a opção por um curso com rápida inserção no mercado de trabalho; a escolha de um curso clássico, que os jovens e as famílias consideram ter um retorno financeiro garantido, ou a escolha do curso do momento, que esteja com o mercado de trabalho em crescimento e com boas projeções para o futuro próximo.

4.4 Status social de cada curso

Associada a esta preocupação com o retorno financeiro possibilitado por cada curso, surge também como elemento de escolha o status social atrelado a cada profissão, ou seja, o quão prestigiada e socialmente bem vista é a carreira pretendida pelo vestibulando. No discurso de meus entrevistados o status social de uma determinada carreira nunca é apresentado como elemento principal de escolha, mas surge nas entrevistas tanto como um ponto a favor de determinado curso quanto como fator de eliminação de outros do leque de possíveis opções, sendo este último caso mais frequente na argumentação dos pais do que dos próprios alunos.

O caso mais emblemático em que o status social propiciado pela profissão foi utilizado como fator decisivo para a eliminação de um curso enquanto possibilidade de escolha foi o de Alice, que foi impedida pelo pai de prestar o vestibular para Serviço Social por considerar este um “curso para pobres e burros”, pois por ter baixa concorrência “qualquer um” poderia ter acesso. O fato do profissional formado nessa área lidar com a pobreza e os problemas das populações carentes também fez com que o pai da jovem afirmasse que este não seria um curso “a altura” do seu potencial e de todo o investimento feito pela família ao longo dos anos de educação de Alice.

Da mesma forma, o pai de Elisa, jovem que decidiu prestar o vestibular para moda, se opunha à sua decisão defendendo que depois de tantos anos de estudo a filha seria uma mera costureira ou vendedora de loja, profissões que para ele não estariam de acordo com uma formação de nível superior. Elisa afirma que este posicionamento do pai se deve ao desconhecimento sobre as verdadeiras atribuições de um bacharel em moda, e que para ela o curso tem o status de possibilitar ao formando lidar com o mundo glamuroso dos desfiles de moda, dos compradores de alta renda e de pessoas famosas. Percebe-se assim, que o status atribuído ao curso varia de acordo com cada pessoa, podendo ser interpretado de diferentes formas.

Nos casos em que o status do curso é utilizado como fator positivo de escolha de carreira, vemos com frequência o orgulho da família e dos próprios jovens ao dizerem que pretendem ser médicos ou advogados, profissões que ao longo da história foram consagradas como aquelas que formavam os doutores e ainda hoje estão cercadas de uma aura de grande prestígio. Mesmo entre os alunos das escolas públicas, em que o ingresso em um curso superior, seja ele qual for, já é motivo de grande orgulho, pude perceber uma valorização mais intensa da opção dos alunos pelo curso de direito, mesmo que para isso seja necessário cursar uma faculdade particular.

Com relação a este bacharelado, um elemento descrito por meus entrevistados, sejam de escolas públicas ou privadas, como parte do status conferido pelo curso de Direito está diretamente relacionado à maneira formal de vestir-se que é imposta aos advogados e vista por meus entrevistados como uma questão positiva. Como podemos ver na fala de Eduardo transcrita abaixo, o estilo de vida associado à carreira do Direito possui práticas e elementos visuais associados ao sucesso profissional e pessoal, que interferem de forma bastante significativa no momento de escolha.

Eu sempre quis ser advogado, desde que eu via aqueles filmes de tribunal e via os caras todo importantes, falando bonito, fazendo discurso. Eu não vejo a hora de poder ir ao fórum, todo arrumadinho de terno e gravata. Eu acho muito maneiro, a pessoa fica com uma cara de importante, de pessoa bem sucedida.

Outra fala significativa sobre o status social da profissão como elemento de escolha de curso surgiu no discurso de Fernanda, uma jovem vestibulanda oriunda de escola pública que decidiu prestar o concurso para pedagogia, alegando ter identificação com a profissão por gostar de lidar com crianças, gostar de ler, de estudar e de transmitir aos outros as coisas que aprendeu. Além disso, a jovem declara que esta é uma profissão que

apesar de não ser bem remunerada e de não possuir o devido reconhecimento por parte do governo, ainda assim é prestigiada diante da sociedade. Fernanda afirma que:

Todo mundo acha bonito uma professora. As pessoas respeitam a gente quando é professora porque é quem cuida do futuro das crianças.

Nos depoimentos em que o status do curso aparece como fator de escolha, percebe-se a valorização do olhar do outro com relação à profissão escolhida, ressaltando o conceito de projeto de vida como algo inserido dentro de um contexto social mais amplo, que não só precisa estar de acordo com as expectativas e opções possíveis para o indivíduo, como também deve ser validado pelo grupo como um projeto legítimo (VELHO, 2004).

4.5 Chances de ingresso no curso escolhido

As possibilidades de ingresso em um determinado curso, principalmente nos vestibulares para as universidades públicas, também é outra questão relevante para todos os alunos. Para tentar estabelecer se possui ou não chances de ingresso no curso e na universidade pretendida os alunos costumam basear-se nos resultados dos vestibulares dos anos anteriores, pesquisando a nota mínima com a qual um candidato foi aprovado – nota de corte – e a relação candidato/ vaga, que costuma ser divulgada no ano corrente, depois de terem sido feitas as inscrições.

O caso mais emblemático em que as chances de aprovação influenciam a escolha de curso do candidato é o do vestibular da UERJ, em que a escolha de carreira é feita durante a segunda fase do concurso, quando o candidato já conhece suas primeiras notas e já possui uma primeira classificação, que inclusive lhe atribui pontos de bonificação.

De acordo com o edital do vestibular da UERJ, será aprovado para a segunda fase do concurso o candidato que obtiver o mínimo de 40% de acertos na prova da primeira fase, havendo ainda um sistema de bonificação que determina que o candidato com mais de 70% de acertos recebe o conceito A, que lhe garante 20 pontos de bonificação na segunda fase, o aluno com conceito B, que acertar entre 60 e 70% das questões recebe 15 pontos de bonificação, o candidato com conceito C, que acertar entre 50 e 60% da prova

recebe 10 pontos e ao candidato que acertar entre 50 e 40% da prova é atribuído o conceito D, que lhe garante apenas 5 pontos de bonificação.

Tendo em vista sua classificação e bonificação na primeira fase do concurso, o aluno calcula antes de fazer a opção pelo curso as suas reais chances de ingresso, pois em carreiras como medicina e direito, o aluno que não tenha obtido classificação A não possui chances reais de concorrer a uma vaga. Nada o impede de fazê-lo, mas como afirma Amanda:

Seria burrice minha tentar comunicação na UERJ, porque eu tirei B. Eu posso até tentar, mas não vou ser chamada mesmo, porque quem tirou A vai estar muito na minha frente. Comunicação só entra com A, se tirou B nem adianta tentar.

O caso da UERJ é emblemático, por oferecer aos alunos um instrumento mais preciso de cálculo sobre as suas chances de aprovação, no entanto, este tipo de prática é comum no vestibular para todas as universidades. É comum ouvirmos dos alunos que não se sentem prontos ou preparados para concorrer a um determinado curso justamente pelas estatísticas de aprovação dos anos anteriores, que incluem a relação candidato/ vaga e a nota de corte dos alunos aprovados que são convocados.

Ao longo da realização da pesquisa, pude perceber que estes cálculos costumam ser feitos no período mais próximo das inscrições dos concursos, quando o indivíduo já possui uma idéia tanto do nível de dificuldade de ingresso em um determinado curso, quanto de seu próprio nível de preparação, que ao longo do ano vai sendo auferido através de simulados. Neste momento, é comum ver alguns alunos mudando sua opção de carreira para potencializar suas chances de aprovação.

Entre os estudantes das escolas públicas esta matemática referente à possibilidade de ingresso em cada curso significa de forma geral a escolha entre a universidade pública e a privada, pois afirmam que a preparação de má qualidade oferecida pelas escolas estaduais e municipais os impede de concorrer em posição de igualdade com os candidatos das instituições de ensino privadas, mesmo utilizando-se das cotas. A maior parte dos alunos que pretende cursar carreiras de difícil ingresso como direito, psicologia, fisioterapia e informática acabam focando seus estudos para as universidades particulares. Nas palavras de Erick:

Eu sempre fui um bom aluno em comparação com o resto da minha turma, mas daí a achar que eu posso concorrer com o pessoal da particular é mais

complicado. A gente não tem uma preparação boa que nem eles têm e pra mim a única maneira de fazer Direito, que é o que eu sempre quis fazer, é fazendo em particular, que o vestibular é mais fácil e quase todo mundo que passa na prova entra. (...) Eu sei que a pública tem mais nome e dizem que os professores são melhores, mas o que faz a escola é o aluno, né.

Já aqueles estudantes que pretendem concorrer a vagas em cursos menos disputados, como pedagogia, filosofia e arquivologia dedicam-se com mais afinco aos vestibulares das universidades públicas, por acharem que estes cursos são menos visados pela concorrência melhor preparada das escolas particulares, além de terem o auxílio das cotas.

De fato, como percebemos no caso de Alice, que foi impedida pelo pai de cursar serviço social por ser esta uma carreira “de pobre e burro que só entra a faculdade com cota”, existe, por parte dos membros das classes mais altas, certo preconceito com relação a algumas carreiras e no discurso deles o fato da relação candidato/vaga destes cursos ser mais baixa é um indicador de que se trata de uma profissão inadequada à manutenção do status social e econômico destas famílias. O caso de Alice com certeza é extremo, mas o mesmo posicionamento surge diversas vezes de forma jocosa, com colocações do tipo “qualquer um entra” ou “se não zerar a prova já está dentro”.

Um exemplo desta forma jocosa de lidar com o preconceito em relação às carreiras de fácil ingresso diz respeito ao caso de Luciana, que decidiu prestar o vestibular para arquivologia e passou o ano inteiro ouvindo piadas dos colegas do tipo “Nem sei por que você vem pra aula, se não zerar a prova já está dentro”. A jovem reconhece que suas chances de ingresso no curso pretendido são maiores do que a de alguns colegas que estão estudando para cursos mais concorridos, e afirma que este não foi o motivo pelo qual escolheu arquivologia, mas que certamente foi um atrativo importante para sua decisão. Ainda assim, se ressentiu das brincadeiras por acreditar que as mesmas desmerecem seu esforço e empenho ao preparar-se para o vestibular.

No entanto, por mais que a escolha com base nas possibilidades de ingresso não seja bem vista pelos alunos das escolas particulares, isto não quer dizer que a relação candidato/ vaga e a nota de corte de cada curso não sejam fatores importantes para os indivíduos deste grupo, pois são eles os que mais se atém a estes cálculos ao longo do ano letivo. As escolas inclusive oferecem a seus alunos provas simuladas para que o estudante tenha a noção exata de quão apto ele está para ingressar no curso de sua escolha.

Vale ressaltar neste ponto, que muitas vezes este sentimento de não estar preparado para enfrentar a concorrência faz com que o aluno mude a sua opção de curso na tentativa de provar que é capaz de ingressar no ensino superior para concretizar o projeto familiar de escolarização estabelecido pelos pais. No entanto, é comum que ao ingressarem nos cursos menos concorridos os alunos tentem novamente o vestibular no ano seguinte para as carreiras que realmente desejam cursar e tranquem o curso inicial. Claudia afirma:

Eu queria mesmo fazer jornalismo, mas eu tinha certeza que não dava pra passar, então eu coloquei pra ciências sociais que é menos concorrido. Agora eu já vi que da pra passar pra federal e minha mãe a toda empolgada, contando pra todo mundo que eu passei. Ai eu vou começando na faculdade pra ver qual é e no ano que vem eu faço de novo pra jornalismo.

Já nas escolas públicas, percebi que esta primeira escolha em geral se torna definitiva, mesmo quando não representava a primeira opção de carreira do indivíduo, enquanto os alunos das escolas particulares tendem a ver esta primeira aprovação como uma forma de satisfação à família e uma prova para si mesmos de que são capazes de ingressar em uma universidade pública.

Por outro lado, há casos como o de Graziela, que mesmo diante da concorrência acirrada do vestibular para medicina das escolas públicas, decidiu não modificar sua opção de carreira e prosseguir com o projeto de ingressar no curso desejado. De acordo com a jovem, muitas vezes é frustrante saber que suas notas já a teriam permitindo cursar qualquer outro curso da área de saúde, ou mesmo outros cursos concorridos como o de Direito, Comunicação Social e Engenharia. No entanto, a jovem afirma nunca ter utilizado a dificuldade de aprovação como elemento de escolha de carreira, pois “é isso que faz as pessoas desistirem e quanto mais medo elas tiverem da concorrência, melhor pra mim”.

Desta forma, reunindo a chance de ingresso no curso escolhido aos demais elementos de escolha analisados neste capítulo, podemos dizer que o processo de tomada de decisão nunca é unifatorial, ou seja, atrelado a um único elemento que determine a carreira a ser escolhida pelo jovem. Ao longo do ano de preparação para o vestibular todos estes quesitos são levados em consideração, com diferente intensidade de acordo com cada caso específico, construindo assim uma trajetória de escolha.

5 AS EMOÇÕES DO VESTIBULANDO

Ao analisarmos o vestibular enquanto rito de passagem para a vida adulta através do ingresso no ensino superior e a escolha de uma carreira, é importante considerarmos as emoções vivenciadas por estes indivíduos ao longo do processo, que é visto por pais, professores e alunos como um “período emotivo” da vida do indivíduo, fortemente marcado por sentimentos como a ansiedade e o medo.

Neste ponto, vale a pena ressaltar que apesar dos sentimentos serem vivenciados por estes jovens como parte “natural” da vida e como forma pessoal de expressão, estudos antropológicos como os de Rezende (2010, 2011), Coelho (1999, 2010) e Koury (2005) demonstram que os sentimentos são de fato gerados nas relações sociais e no contexto cultural em que estão inseridos e, portanto devem ser analisados enquanto elementos sociais e não como um aspecto universal da natureza humana. Como bem definem Rezende e Coelho:

(...) as emoções, embora situadas no corpo, têm com este uma relação que é permeada sempre por significados culturalmente e historicamente construídos. A visão de que as emoções são fenômenos universalmente compartilhados, posto que fruto de uma unidade biológica e psicológica do ser humano, é problematizada pelas ciências sociais, que a toma como elemento da etnopsicologia ocidental moderna (2010, p. 33).

Associada a esta idéia de emoção como algo construído cultural, histórica e socialmente, é importante ainda ressaltar que os sentimentos vivenciados por estes jovens ao longo do ano de preparação para o concurso de ingresso na universidade, emergem exatamente deste contexto específico e estão diretamente relacionados a ele, tornando-se assim uma ferramenta poderosa para a compreensão do vestibular enquanto rito de passagem que possui uma dinâmica específica nas relações sociais, uma ordem moral que lhe é particular e toda uma rede de significados a ele atribuída. Nas palavras de Rezende:

(...) estudar as emoções implica não apenas compreender a noção de pessoa em questão, como também tomá-la em relação com outras pessoas, com a ordem moral, com a organização social e política de modo amplo. Assim, a análise das emoções deve estar atenta ao contexto no qual são acionadas e em suas consequências, isto é, deve buscar uma visão pragmática, mais do que expressiva, desses fenômenos (REZENDE, 2011, p. 319).

Analisar os sentimentos, desta forma, representa analisar também a forma como estes jovens interagem uns com os outros, com a família, os amigos; o valor que atribuem a esta etapa de vida que estão vivenciando, a forma como ser identificado enquanto vestibulando os coloca em outra posição social, com expectativas, projetos e valores construídos por eles mesmos e pela sociedade em torno deste momento de provar-se e mostrar-se digno da passagem para a vida adulta. Neste momento, meus entrevistados sinalizam para os sentimentos de ansiedade, medo, vergonha e honra, cabendo-nos questionar que significados específicos eles possuem neste contexto, e de que forma sua análise contribui para uma melhor compreensão da experiência do vestibular.

5.1 A ansiedade e o medo

Dentre as emoções descritas por meus entrevistados como aquelas mais significativas ao longo do ano de preparação para o concurso, as mais comumente citadas foram a ansiedade e o medo, o que nos remete a um paralelo com o trabalho de Rezende (2009, 2011), sobre a gravidez, entendida também como uma fase liminar, onde estas duas emoções foram apontadas como preponderantes na experiência das mulheres grávidas pesquisadas.

Em seu primeiro trabalho sobre o tema, Rezende (2009) analisou um grupo de gestantes, em diferentes estágios da gravidez, que faziam parte de um grupo de apoio que se reunia para trocar informações, discutir assuntos relacionados a gestação e praticar ioga como forma de preparar-se para o parto. Posteriormente, a autora (2011) analisou também as publicações da *Revista da Gestante* da Online Editora, para identificar as representações existentes nela em torno da gravidez.

Nestes trabalhos, Rezende estuda a construção da gravidez como uma fase emotiva da vida, tanto pela mudança hormonal acarretada pela gestação quanto por tratar-se de uma experiência desconhecida, que envolve mudanças corporais, subjetivas e sociais na vida da mulher. Sendo assim, a autora aponta a importância do estudo das emoções para compreender os significados, valores e tensões existentes em torno da gestação enquanto uma fase de transição e destas mudanças por ela acarretadas, em semelhança ao caráter liminar do vestibular e as expectativas em torno do futuro após o exame.

Os sentimentos de ansiedade e medo são apontados nos dois estudos como as emoções mais vivenciadas durante a gravidez. Estas duas emoções, de acordo com Rezende, apesar de serem distintas, surgem no discurso de forma associada, ambos fazendo parte do “peso simbólico deste momento de passagem para um novo estado, desejado e temido ao mesmo tempo” (2009, p. 13).

O medo, de forma geral, assume diferentes aspectos ao longo da gravidez, dependendo da fase em que a gestante se encontra, estando relacionado com as preocupações com a saúde e formação do feto, com o parto e as expectativas de dor a ele relacionadas, bem como das transformações esperadas pela mulher em sua vida cotidiana, seja com relação ao trabalho, ao relacionamento com o marido e a família ou com a necessidade de cuidar de um bebê e o sentir-se preparada para isso. Já a ansiedade é descrita pela autora como uma emoção mais difusa, gerada pelo desconhecimento sobre as mudanças produzidas pela gravidez. Trata-se de um sentimento que “fala de uma relação com o que está por vir” (REZENDE, 2009, p. 13), que traz uma relação particular com o tempo.

Um exemplo claro desta temporalidade afirmada por Rezende presente em meu estudo, é a ansiedade descrita por muitos de meus entrevistados diante de mudanças pequenas como ter que ir para a cidade do Rio de Janeiro, sozinhos e de ônibus, no caso de serem aprovados em uma universidade que não se situe em Niterói. Trata-se de uma realidade nova ter que “se virar” em uma cidade que de fato não conhecem, e de estarem “longe de casa”. Em alguns casos, o tempo de deslocamento entre as cidades do Rio e Niterói não é tão grande, mas comparado à facilidade destes jovens de terem estudado a vida inteira a apenas alguns minutos de casa gera ansiedade. Nas palavras de Alice:

Ir pro Rio dá um friozinho na barriga. Meu pai sempre me levou pra escola de carro e eu não tô acostumada a andar de ônibus, quem dirá de pegar a ponte, ou barca. Eu fico pensando que eu vou me perder, que vou pegar o ônibus errado e ir parar num lugar sinistro. E se passar mal, então? Não dá pra ligar pra casa e pedir pra minha mãe vir me buscar.

Mesmo no caso de manterem-se estudando na cidade onde residem, a vida universitária gera a expectativa de “ter que se virar sozinho”, sem ter mais a figura dos pais ou responsáveis como intermediários entre o aluno e a instituição de ensino. Ao longo da vida escolar, o aluno tem a garantia de que qualquer conflito existente entre ele e a instituição será dirimido através da intervenção dos pais, habilitados a questionar qualquer

injustiça ou solucionar possíveis desavenças com colegas e professores. A visão descrita pelos entrevistados da vida universitária, no entanto, se baseia no fato de que o jovem deverá sozinho solucionar os eventuais problemas que possam surgir, sejam eles pedagógicos, administrativos ou mesmo de relacionamento com colegas e professores. De fato, esta passagem da proteção do ambiente familiar para a necessidade de ter que cuidar de si representa para estes jovens um dos elementos mais importantes da entrada na vida adulta.

Segundo Pais, Cairns e Pappámikail (2005), o aumento na duração média das carreiras escolares favoreceu o prolongamento do período de residência e dependência financeira de muitos jovens em relação a suas famílias de origem, dificultando, em certo sentido, a entrada destes na vida adulta, uma vez que adiam a assunção de estatutos tradicionais da vida adulta, como o casamento e a paternidade, e evitam “adoção de comportamentos “adultos” socialmente prescritos” (2008, p. 112).

Estes comportamentos adultos típicos de que tratam os autores, se referem inclusive a este cuidado de si e o estabelecimento de relações com o mundo externo não mediadas pelos pais, que por sua novidade cria ansiedade nos jovens que ingressam na universidade. É importante destacar que, conforme apontado por Camaro, Mello, Pasinato e Kanso, a transição para a vida adulta não envolve simplesmente a passagem da escola para o mercado de trabalho, apresentando questões mais complexas de articulação de “um sistema de dispositivos institucionais e processos biográficos de socialização que interferem na vida das pessoas desde a puberdade e conduzem à aquisição de posições sociais” (2004, p. 23).

A ansiedade dos vestibulandos também surge em relação ao conteúdo extenso cobrado nas provas, que faz com que os alunos tenham a sensação de nunca estarem completamente preparados para o exame. Isso gera uma certa ansiedade no momento dos estudos, que de acordo com meus entrevistados se baseia em nunca ter certeza se o seu plano de estudos é o mais eficaz. Na fala de uma das entrevistadas,

(...) você nunca sabe o que vai cair, e pode ser que caia a única coisa que você não entendeu direito ou não estudou. Aí bate aquela dúvida se tenho que estudar as matérias que eu sei mais pra poder gabaritar, ou se eu estudo as que eu sei menos pra me garantir. Você nunca sabe. Pode ser que se mate de estudar e mesmo assim se de mal na prova.

Este sentimento de ansiedade diante do conteúdo, de acordo com o diretor de um dos colégios particulares analisados, gera “um clima tenso” em sala de aula, principalmente no período em que se aproximam as provas e os alunos “tentam revisar tudo de uma vez”. De acordo com o educador, esta ansiedade em reter todo o conteúdo, sem nunca se sentir realmente preparado para os exames, prejudica o poder de concentração e aprendizado dos alunos, fazendo com isso que o rendimento da turma caia na classificação geral dos aprovados ao final do ano. Segundo ele:

As vezes a pessoa está prestando atenção, mas ela está tão ansiosa em entender de primeira tudo o que o professor está dizendo, que ela acaba deixando passar informações importantes. A gente acompanha isso todo ano, quanto mais tranqüila é a turma melhor é o desempenho geral dela nos vestibulares.

Tendo em vista este problema, o colégio em questão contratou um professor de ioga para dar aulas antes do início do horário letivo, buscando desta forma diminuir a ansiedade e relaxar os alunos, para melhorar seu rendimento e a capacidade de apreensão das informações transmitidas em sala de aula²⁴. O resultado, de acordo com meus entrevistados, foi bom, pois se sentiam mais calmos durante a aula e aprendiam técnicas de relaxamento que poderiam ser usadas inclusive nos dias de prova.

Outro colégio, em estratégia semelhante, decidiu continuar oferecendo aos alunos do terceiro ano e do pré-vestibular as aulas de educação física por acreditar ser este um momento em que o aluno poderia “extravasar as emoções” e diminuir com isso a ansiedade. No entanto, em ambos os casos a maior parte dos alunos entrevistados afirmou que estas medidas seriam apenas paliativas, pois ao longo do dia, e principalmente nos momentos de estudo em casa a ansiedade era renovada diante da dificuldade de aprender um determinado conteúdo que poderia ser cobrado na prova.

Este item nos leva ao ponto descrito pelos alunos como o clímax da ansiedade, que é o dia da prova, quando, de acordo com eles, este sentimento assume inclusive manifestações físicas como insônia, dor de barriga, calafrios, dores de estômago, dores de cabeça e náuseas. No grupo entrevistado, circulava a expressão “TPV” ou “tensão pré-vestibular”, para descrever a ansiedade coletiva que dominava as turmas de terceiro ano no último semestre letivo, quando se aproximava a realização dos exames. Este momento que

²⁴ Da mesma forma que no trabalho de Rezende (2009) sobre a gravidez, a yoga surge como uma atividade calmante e de relaxamento, revelando a visão de que o corpo relaxado interfere nas emoções.

antecede a prova pode ser caracterizado como um “estado de prontidão ansiosa”, que de acordo com Giddens:

(...)é diferente da ansiedade como tal, porque é uma condição fisiológica e funcional de expectativa do organismo diante de uma fonte de ameaça. A preparação para a ação, por assim dizer, é o que provoca uma resposta apropriada ao perigo (GIDDENS, 2002, p. 46).

De acordo com os professores, a ansiedade crescente com a aproximação das provas é bastante visível, tendo sido relatada inclusive a ocorrência, por mais de uma vez, de crises de choro por determinados alunos que sentiam-se muito pressionados pela aproximação das provas. Segundo meus entrevistados isto se dá por conta da necessidade de provar em um único dia todo o esforço, empenho e dedicação realizados ao longo do ano de preparação. Nas palavras de Daniel:

O dia da prova é muito tenso, porque você só tem aquele momento pra mandar bem. Se você acordar num dia ruim, ou ficar muito ansioso e mandar mal na prova não vai ter outra chance, você vai perder um ano todo da tua vida tendo que estudar tudo outra vez pra fazer a prova de novo. É muito bizarro, mas não tem jeito, você tem que tentar se acalmar e fazer a prova de cabeça fria pra não dar merda.

Neste ponto, vale a pena ressaltar que de acordo com o grupo pesquisados um dos efeitos mais cruéis da ansiedade no dia da prova é o “branco”, ou seja, os casos em que o nervosismo e a ansiedade comprometem a capacidade de concentração do aluno, fazendo com que ele esqueça boa parte da matéria estudada diante das questões da prova. Segundo Graziela, aluna que prestou cinco vezes o vestibular para medicina, o “branco” é um fator que foge ao controle do aluno e pode ser decisivo para a reprovação de um candidato.

No segundo ano que eu fiz o vestibular eu perdi na UFF por causa de um branco. Eu olhava pra prova e parecia que estava tudo escrito em japonês. Parecia até que eu não tinha estudado, porque eu não lembrava de nada. Sumiu tudo, todas as fórmulas que eu tinha decorado e até as musiquinhas que o professor de português cantava pra gente lembrar da matéria eu esqueci. Eu fiquei muito mal, porque eu sabia que eu sabia as questões, mas acho que eu tava tão nervosa que não consegui lembrar de nada.

Aqui é interessante destacar também que o sentimento de ansiedade na hora da prova confunde-se com nervosismo, descrito pelos alunos como uma certa falta de controle das próprias emoções que faz com que o indivíduo tenha um mal desempenho, incompatível com a preparação realizada ao longo do ano.

Em seu trabalho sobre a vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas, Luiz Fernando Dias Duarte (1988) delinea o “nervoso” a partir do discurso de seus entrevistados, como um estado de perturbações físico-morais, que, em diferentes graus, podem apresentar tanto sintomas físicos, como insônia, tremura e dores de cabeça, quanto sintomas morais, como tristeza, depressão, exaustão, esgotamento, entre outros. O autor aponta ainda a diferença entre o indivíduo que “é nervoso” para aquele que “está nervoso”, caso este em que a perturbação seria mais leve e passageira, normalmente atribuída a uma causalidade externa.

Sendo assim, podemos afirmar que os jovens participantes desta pesquisa enquadram-se neste “estar nervoso”, que se manifesta tanto no corpo quanto no comportamento do indivíduo. Surge então a descrição nativa de que “quando a pessoa está muito nervosa ela não consegue pensar”, associando o nervosismo, de forma bastante simplificada, com o momento em que a emoção se sobrepõe ao pensamento racional, visto como essencial para a aprovação no vestibular.

Desta constatação surge o discurso muito comum nos cursos preparatórios e mesmo na mídia especializada²⁵ de incentivar nos alunos a “inteligência emocional”, que de acordo com Daniel Goleman (1995)²⁶ se resume a obtenção por parte do indivíduo das seguintes habilidades: reconhecer um sentimento enquanto ele ocorre; lidar com seus próprios sentimentos, adequando-os à cada situação; motivar a si mesmo, dirigido as emoções para atingir um objetivo; reconhecer as emoções do outro e relacionar-se bem com as outras pessoas²⁷.

No que se refere a este “equilíbrio emocional” destacado pelo discurso nativo como parte fundamental do sucesso do indivíduo no exame vestibular, vale ressaltar que a Rezende e Coelho (2010) apontam como uma das questões fundamentais para a análise da experiência das emoções na sociedade ocidental moderna, a noção de que o sujeito deve

²⁵ Existe uma ampla gama de material impresso e on-line voltado especificamente para o público vestibulando, como a revista Guia do Estudante, da Editora Abril, o jornal Folha Dirigida, que se destina majoritariamente ao mercado dos concursos públicos, mas que possui caderno específico sobre vestibular, bem como sites como Revista Eletrônica do Vestibular e UOL Vestibular.

²⁶ Daniel Goleman é um psicólogo pioneiro nestes estudos e que tem seus livros indicados aos alunos por professores e orientadores educacionais como leitura de apoio para a preparação para o vestibular.

²⁷ A discussão sobre a emoção nos trabalhos de Goleman e em toda a corrente por ele influenciada de livros motivacionais e da área empresarial relacionados a inteligência emocional possui implicações extensas que por si só renderiam uma pesquisa e por isso não serão analisadas nesta tese.

possuir um certo nível de autocontrole emotivo, aspecto fundamental do processo civilizador apresentado por Norbert Elias (1993).

Segundo este autor, o processo civilizador representa uma mudança na conduta e nos sentimentos humanos, gerada a partir do entrelaçamento de planos e ações de indivíduos isolados que caminham em uma mesma direção e com isso determinam o curso da mudança histórica. No caso do surgimento do homem “civilizado”, o ponto de mudança fundamental foi a exigência de autocontrole desencadeada pelas transformações ocorridas na Europa nas primeiras décadas do século XX.

De acordo com Elias (1993), o primeiro fator a ser analisado é a crescente diferenciação e estabilização das funções sociais e a multiplicidade e variedade cada vez maiores de atividades sociais, que precisam funcionar de forma síncrona e portanto dependem do autocontrole do indivíduo. Como ressalta o autor, nesta sociedade complexa, identificamos uma divisão de tarefas cada vez maior e, por conseguinte, uma cadeia de interdependência em que as ações e impulsos de cada pessoa se conectam às dos demais, gerando inclusive conseqüências para a sociedade como um todo.

Com isso, o indivíduo passa a ter a necessidade de planejar suas ações através da projeção de suas conseqüências, o que para Elias (1993) amplia o espaço mental além do presente, fazendo com que o sujeito tenha que levar em conta passado e futuro, ligando os fatos em cadeias de causa e efeito, comportamento este que passou a nortear sua conduta em vez dos impulsos passionais. Neste contexto, reforça-se a exigência de uniformização do controle de si mesmo, tornando-o mais estável e amplo.

Outro fator a ser levado em conta para a elaboração do processo civilizador como descrito por Elias (1993) é o monopólio pelo Estado do uso da violência. Segundo o autor, em sociedades menos complexas a norma era a utilização da força física por aqueles fisicamente mais fortes, o que gerava uma constante sensação de insegurança para os indivíduos, pois a qualquer momento ele poderia ser atacado. No entanto, com o surgimento de sociedades com monopólios mais estáveis da força, são criados espaços sociais pacificados que protegem o indivíduo de ataques súbitos de violência, o que em contraparte, exige do próprio sujeito que reprima qualquer impulso emocional que possa ter de atacar fisicamente outra pessoa. Nas palavras do autor, “a monopolização da força

física reduz o medo e o pavor que um homem sente de outro, mas, ao mesmo tempo, limita a possibilidade de causar terror, medo e tormento em outros” (ELIAS, 1993, p. 202).

Como consequência desta pressão exercida sobre o indivíduo para a constante moderação dos afetos, Elias aponta para o fato de que todos os demais setores da vida do sujeito passaram a estar baseados nesta regulação mais contínua, estável e uniforme das paixões e afetos. Tudo passa a ser menos passional e mais comedido, fazendo com que os embates anteriormente existentes entre dois sujeitos passassem a existir dentro dele mesmo. De acordo com o autor, a estrutura psicológica dos indivíduos passou a estar dividida em uma parte consciente e controladora que busca adequar-se a vida em sociedade e outra inconsciente e impulsiva, que representa aqueles impulsos e sentimentos passionais que não podem mais se manifestar livremente.

Dentro deste contexto, Elias (1996) salienta o surgimento de certas ansiedades em relação a possibilidade que o indivíduo tem de perder o controle das emoções, sendo a vergonha um mecanismo importante para a manutenção da ordem, uma vez que:

O medo de transgredir as proibições sociais assume mais claramente o caráter de vergonha quanto mais perfeitamente as restrições externas foram transformadas, pela estrutura da sociedade, em auto-restrições, e quanto mais abrangente e diferenciado de tornou o círculo de auto-restrições onde se manifesta a conduta da pessoa (ELIAS, 1996, p. 242).

No discurso de meus entrevistados acerca do controle emotivo no período de preparação para o vestibular, surgiram constantemente referências à necessidade de não se entregar ao cansaço, que pode ser físico, mental ou emocional emotivo; o medo de não ser aprovado; o medo de estar fazendo a escolha errada ou de decepcionar os pais. De acordo com os educadores, a mídia especializada e os próprios alunos, estes sentimentos, quando deixados fora de controle, podem levar o indivíduo a desistir ou se “auto-sabotar”, não atingindo o ponto máximo de rendimento nos estudos e até mesmo de ter “um mal dia de prova”, como será analisado posteriormente.

Um último ponto em que a fala destes jovens relativa à ansiedade se apresenta diz respeito à apreensão sobre estar ou não fazendo a escolha de carreira certa, pois por mais que exista a possibilidade de fazer um novo vestibular posteriormente, de pedir reingresso, transferência de curso, ou mesmo de reorientar a carreira depois de formados, estes jovens vivenciam a escolha profissional como um passo definitivo, que estabelecerá para sempre

não só a sua atividade profissional, como seu status social e econômico, círculo de amizades, atividades sociais, etc.

Nas entrevistas realizadas, a descrição do sentimento de ansiedade normalmente esteve acompanhada de indagações como “e se eu não gostar do curso”, “e se eu chegar lá e descobrir que não era nada do que eu imaginava”. Diante disso, meu posicionamento sempre foi o de sugerir uma mudança de curso ou outro vestibular, ao que os jovens comumente reagiam com o discurso relativo ao “medo de perder um ano de vida”, como se a desistência implicasse em desperdício e atraso, fala também associada ao medo da reprovação.

Quando a emoção do medo surge na fala dos entrevistados, torna-se interessante a menção do trabalho de Lídia Maria Coelho (2007), que pesquisou as emoções relatadas por um grupo de alunos do Colégio pH, renomada instituição de preparação para o vestibular, ao longo do período de preparação para o concurso. A autora dedicou-se ao estudo das emoções que mobilizariam os jovens neste momento, definido por ela como crucial de suas vidas pessoais, destacando que a decisão por uma carreira e a submissão à seleção provocam no indivíduo “um emaranhado de sensações e sentimentos que traduzem, em boa medida, não apenas as dificuldades da própria seleção, mas aspectos importantes de suas trajetórias de vida” (COELHO, 2007, p. 9).

No contexto da pesquisa de Lidia Coelho, o vestibular é descrito pelos jovens como uma etapa de vida ambígua, na qual, ao mesmo tempo que se aponta a injustiça de não haver vagas para todos os aprovados, valoriza-se a vitória daqueles que são classificados como uma demonstração de mérito pessoal. O medo, neste sentido, é apontado pela autora como a emoção que surge de forma mais significativa no período do vestibular, estando relacionado não só à possibilidade de não ser aprovado, mas também à reação dos pais diante desta possível reprovação e mesmo ao medo da mudança acarretada pela escolha de carreira.

Como mencionado anteriormente, a emoção mais descrita por meus entrevistados ao longo do ano de preparação para o vestibular foi a de ansiedade que, contudo, começa a ser substituída pela palavra medo conforme a aproximação das provas. Para mim, isto corrobora a afirmação de Scheff (2012) de que a ansiedade é um termo utilizado para

expressar uma emoção difusa e difícil de ser explicada, servindo até mesmo como uma cobertura para outras emoções, como o medo.

Da mesma forma, Giddens (2002) ressalta que, enquanto o medo é uma reação a uma ameaça específica, a ansiedade estaria mais relacionada ao estado geral de emoções do indivíduo. Ansiedade, para este autor, seria uma emoção difusa, por não ter um objeto específico, como no caso do medo, estando relacionada a elementos, traços e situações daquilo que a provocou originalmente.

Sendo assim, podemos dizer que o vestibular em si é fonte de ansiedade para o jovem, juntamente com aqueles traços que lhe são próprios, como a rotina de estudo, o conteúdo programático, a expectativa de aprovação, a competição com os demais vestibulandos pela vaga desejada, a necessidade de decidir a carreira que irá cursar e, por conseguinte, o estilo de vida que terá ao longo da idade adulta. Nas palavras do autor:

A ansiedade é essencialmente o medo que perdeu seu objeto pelas tensões emocionais inconscientemente formadas que expressam “perigos internos” e não ameaças externalizadas. Devemos entendê-la essencialmente como um estado de medo inconscientemente. Sensações de ansiedade podem até certo ponto ser experimentadas conscientemente, mas uma pessoa que diz “sinto-me ansiosa” está também consciente em relação ao que está ansiosa (GIDDENS, 2002, p. 47).

Outra característica importante apontada por Giddens (2002) a respeito da ansiedade é o seu aspecto flutuante, à medida que esta emoção também diz respeito, mesmo que inconscientemente, a uma ameaça à integridade do sistema de segurança do indivíduo, que é aquele que lhe permite se relacionar com pessoas e objetos organizados de forma cognitiva. A ansiedade, neste sentido, seria sentida como um ataque às relações estabelecidas com o outro, à sua própria auto-estima e à consciência da auto-identidade. De acordo com este autor, é justamente por atacar esta base de segurança na qual se ancora o eu, que se torna difícil para o indivíduo objetificar o sentimento de ansiedade.

Esta visão da ansiedade como uma ameaça ao aparato simbólico do indivíduo é apontada por Sherry Ortner (2007) como aspecto central nas análises de subjetividade feitas por Geertz (1989), principalmente em seu artigo *A Religião como Sistema Cultural*. Neste trabalho, o autor afirma que os padrões culturais fornecem um manual para o estabelecimento dos processos sociais e psicológicos que regem e modelam o comportamento público dos indivíduos. Nas palavras dele,

(...) os padrões culturais têm um aspecto duplo, intrínseco – eles dão significado, isto é, uma forma conceptual objetiva, à realidade social e psicológica, modelando-se em conformidade a ela e ao mesmo tempo modelando-a a eles mesmos (GEERTZ, 1989, p. 69).

Neste sentido, Geertz afirma que a dependência humana dos símbolos e sistemas simbólicos que os orientam é enorme, pois lhe permite enfrentar os aspectos mais variados da experiência cotidiana. Sendo assim, a possibilidade de falha na elaboração e utilização de símbolos gera grande ansiedade, pois tornaria a vida incompreensível. Isto ocorre, pois como ressalta Ortner:

(...) os sistemas simbólicos não são adicionados à existência humana, mas constitutivos delas. Porque os seres humanos são criaturas relativamente abertas, e vastamente desprogramadas, se comparados à maioria dos animais, eles literalmente dependem de sistemas simbólicos externos – incluindo a linguagem, especialmente, mas mais em geral, a “cultura” – para sobreviver (ORTNER, 2007, p. 390).

Fazendo novamente um paralelo com o trabalho de Rezende sobre a gravidez, podemos dizer que “o sentimento de medo surge da possibilidade de que essa experiência desconhecida e que terá que ser enfrentada seja problemática, difícil, e dolorosa” (2011, p. 332). Trata-se de um momento único na vida destes jovens, de transição do universo escolar característico da infância e da adolescência para um contexto universitário que simboliza de certa forma a entrada na vida adulta, o que gera uma série de medos que se relacionam tanto com a possibilidade de não serem aprovados quanto com a mudança de vida acarretada pela aprovação.

Para meus entrevistados, o maior medo que se apresenta durante o ano do vestibular é o de não ser aprovado, ou seja, o “medo de sobrar” apresentado por Regina Novaes. Nas palavras da autora:

Hoje, jovens de todas as classes e situações sociais expressam insegurança e angústias ao falar das expectativas em relação ao trabalho, no presente e no futuro. Estes sentimentos estão relacionados à consciência de que sua geração está submetida às rápidas transformações tecnológicas no mundo do trabalho. Ainda que os jovens mais pobres sejam os mais atingidos pelo processo de desestruturação/ flexibilização/ precarização das relações de trabalho, jovens de diferentes classes sociais partilham o “medo de sobrar” (2007, p. 3).

Comparando o discurso de meus entrevistados de escolas públicas e privadas, podemos dizer que o medo nos alunos do primeiro grupo está relacionado à possibilidade de que a reprovação signifique o fim do projeto de ingresso no ensino superior. Muitos de meus entrevistados de menor renda afirmam que ao ser reprovado é difícil que o jovem

possa se dedicar durante mais um ano exclusivamente aos estudos. Muitos deles ingressam no mercado de trabalho, seja pela necessidade de auxiliar o rendimento doméstico ou por se sentirem desmotivados a estudar, e isso reduz ainda mais as suas chances de aprovação.

Já no que diz respeito aos alunos das escolas particulares, o discurso de medo está relacionado à necessidade de reiniciar os estudos para prestar o vestibular novamente no ano seguinte, o que de acordo com eles “lhes custaria um ano de vida”, deixando-os em desvantagem com relação aos jovens que de pronto ingressam na universidade e iniciam sua preparação para o ingresso no mercado de trabalho. Muitos dizem ser importante a aprovação na primeira tentativa para não “perder tempo”.

O discurso explicativo para esta “perda de tempo” é o de que repetir o ano de preparação para o vestibular seria uma perda de tempo uma vez que isso deveria ter sido bem feito da primeira vez, sendo que este segundo ano de estudos seria melhor empregado já na universidade. Percebe-se neste ponto a vontade destes jovens de fazer de uma vez a transição da escola para o ensino superior, superando a prova imposta a eles neste rito de passagem e não tendo que vivenciar novamente todo o stress e ansiedade característicos do período de preparação para o vestibular. Na fala de uma entrevistada logo após a notícia de que havia sido aprovada podemos ver esta questão:

Estou muito aliviada. Já estava tendo pesadelo só de pensar em ter que passar por tudo isso de novo. Acho que eu não ia agüentar. Eu to muito aliviada mesmo. Agora acabou, eu vou pra faculdade e essa história de vestibular acabou.

Ainda no que concerne ao medo de ser reprovado, percebe-se também uma ansiedade muito grande dos vestibulandos em serem excluídos do grupo de amigos aprovados. Trata-se de uma sensação de medo de “ser deixado para trás” e não compartilhar mais dos referenciais do grupo em que o jovem costumava estar inserido. Como descreve Alice:

Eu acho quando você não passa você fica meio excluído, porque todo mundo tá falando de trote, de chopada, das aulas da faculdade e você ainda tá lá naquele mundinho de cursinho pré-vestibular. O pessoal depois que passa também faz mais noitada e sai mais, porque já tá dentro, mas quem perdeu tem que ficar em casa estudando e não pode sair com a galera.

Esta possibilidade é vista ainda como um demérito social, no qual o jovem não conseguiu provar o seu valor no rito de passagem que como veremos a seguir lida o tempo todo com os sentimentos de honra e vergonha. Sendo assim, ao falhar na prova em que

seus pares foram bem sucedidos, o próprio jovem tende a se afastar dos amigos por não sentir-se mais parte daquele grupo.

Um exemplo do efeito deste “medo de ser deixado para trás” está presente no discurso de Graziela, que antes de conseguir ser aprovada em um vestibular para medicina começou a ser convidada para as festas de formatura das amigas que ingressaram na universidade no primeiro vestibular que fizeram. Do grupo de amigas que estudaram juntas desde a infância, apenas Graziela ainda era uma vestibulanda, enquanto as demais estavam se formando, trabalhando e alguma até se casando e pensando em ter filhos.

De acordo com a jovem, em momento algum ela foi excluída do convívio das amigas, deixando de ser convidada para os eventos ou perdendo o contato com as demais, mas ela mesma não se sentia mais parte daquele contexto, por não compartilhar os assuntos e preocupações das outras garotas. Segundo Graziela, ela era “um peixe fora d’água” por ainda estar presa ao universo do vestibular, sem ter novos assuntos para compartilhar com as amigas.

Sophya, uma vestibulanda de 21 anos que resolveu compartilhar sua experiência de seguidas tentativas de ingressar no curso de medicina em um blog, corrobora o discurso de Graziela ao falar sobre esta sensação de estar ficando pra trás em relação aos amigos e sobre o desânimo causado por este sentimento:

Gente, eu sei que não é nada fácil. Essa semana eu recebi no mínimo uns dez e-mails falando sobre o desânimo e a vontade de desistir. Acreditem, eu to passando por isso e inúmeras vezes. Mas como eu já havia dito aqui uma vez, não há fórmula mágica para curar esse mal, é preciso pedir ajuda dos amigos e da família e tentar superar, por mais que isso possa parecer impossível.

Eu já tenho 21 anos, 90% dos meus amigos irão se formar este ano, vocês acham que isso não dá um baita desânimo? Para quem está prestando o primeiro vestibular, isso não é realidade pra vocês, mas para quem já está há um pouco mais de tempo... nossa é um verdadeiro pesadelo. Fico vendo amigos falando que vão começar a trabalhar e eu fico pensando: até que eu consiga entrar na faculdade, até que eu me forme e até que eu comece a trabalhar... ufa! É tão ruim pensar isso que eu prefiro evitar estes tipos de pensamento.

Para estas jovens o medo de ficar pra trás, apresentado no discurso de Alice ao pensar na possibilidade de ser reprovada, já é algo real e vivenciado ao longo dos anos, o que segundo Graziela só gera ainda mais ansiedade diante da necessidade de transpor de uma vez esta etapa da vida e ingressar no ensino superior, de livrar-se da sensação descrita por ela como a de “estar presa em um mesmo ano que fica se repetindo”.

Outro tipo de medo apontado por cinco de meus entrevistados oriundos de escolas particulares – número que a priori eu acreditava que seria maior – foi o de desapontar os pais ao não serem aprovados no concurso. Segundo estes jovens, a expectativa da família quanto à entrada deles na universidade é muito grande e por isso o medo de falhar e com isso não satisfazer esta expectativa é grande. Nas palavras de Luciana:

Meus pais estão muito animados porque eu vou fazer o vestibular pra arquitetura e eles ficam contando pra todo mundo, falando que ano que vem eu vou tá na faculdade e essas coisa. Aí eu fico morrendo de medo de não passar e ficar com o maior carão na frente de todo mundo. Eu vou ficar morrendo de vergonha e eu sei que meus pais vão ficar super decepcionados. Eu nem acho que eles vão brigar comigo nem nada, mas eles vão ficar decepcionados.

Percebe-se nesta fala, que o projeto de entrada no ensino superior, é um projeto não só do jovem, mas também da família e da comunidade em que a mesma está inserida, fazendo com que a jovem exprima esta responsabilidade que sente com relação à aprovação no concurso através da previsão do sentimento de vergonha no caso de uma reprovação, discurso que surgiu em outras entrevistas, demonstrando a forma como a crítica interna destes jovens se expressa através da possibilidade deste sentimento.

5.2 A vergonha e a honra

De acordo com Rezende e Coelho (2010), da mesma forma que o medo, este sentimento de vergonha seria uma forma de inculcar no indivíduo a necessidade de autocontrole emotivo por estar relacionada à preocupação com a transgressão de regras e normas que podem causar uma degradação social do indivíduo diante de sua comunidade. Prosseguindo com esta discussão, as autoras afirmam que:

Essa divisão da personalidade em uma parte controladora e outra impulsiva produz uma tensão interna e é dela que surge a vergonha, que se reporta menos à opinião social concreta do que a sua internalização. É a possibilidade de uma crítica ou repreensão, e não seu acontecimento de fato, que aciona a vergonha. Assim, é em função desse conflito interno que o indivíduo se reconhece como inferior e indefeso diante dos gestos dos outros (p. 107).

Utilizando o caso de Luciana, podemos ver a forma como o possível embaraço ou constrangimento dos pais diante dos amigos e familiares no caso da reprovação da filha no vestibular por si só é capaz de acionar este sentimento de vergonha. Para a jovem, a partir

do momento em que o grupo social sabe da sua tentativa de ingresso no ensino superior e cria expectativa por uma aprovação, a reação dos mesmos diante de seu fracasso seria a crítica - “as pessoas vão ficar comentando” – o que seria um tipo de degradação social tanto para ela quanto para os pais. Sobre este tema, Elias salienta que:

A vergonha tira sua coloração específica do fato de que a pessoa que a sente fez ou está prestes a fazer alguma coisa que a faz entrar em choque com pessoas a quem está ligada de uma forma ou de outra, e consigo mesma. O conflito expressado no par vergonha-medo não é apenas um choque do indivíduo com a opinião social prevalecente: seu próprio comportamento colocou-o em conflito com a parte de si mesmo que representa essa opinião. É um conflito dentro de sua própria personalidade. Ele mesmo se reconheceu como inferior. Teme perder o amor e respeito dos demais, a quem atribui ou atribuiu valor. A atitude dessas pessoas precipitou nele uma atitude dentro de si que ele automaticamente adota em relação a si mesmo. E é isso que o torna tão impotente diante de gestos de superioridade de outras pessoas que, de alguma maneira, deflagram nele esse automatismo (1993, p. 242).

Em contraste com este sentimento de vergonha diante da possibilidade da reprovação, vemos no discurso dos jovens vestibulandos o sentimento de honra relacionado à aprovação. Baseado no trabalho de Maria Claudia Coelho sobre a experiência da fama (1999), podemos dizer que quando Graziela afirma que “passar virou uma questão de honra”, está nos falando tanto sobre o sentimento da honra relacionado a uma aspiração pessoal, quanto sobre a honra enquanto fato social objetivo que se materializa no reconhecimento do outro sobre aquela conquista, seja o do núcleo familiar, dos parentes de forma geral e do seu próprio grupo de amigos. Esta discussão torna-se mais clara através da comparação feita pela autora entre a “honra sentida” e a “honra provada”, conceitos apresentados por Pitt Rivers:

A honra sentida diz respeito à dimensão subjetiva, às aspirações individuais; já a honra provada refere-se ao julgamento realizado pelos outros, ao reconhecimento público das aspirações individuais. Nesse sentido, “provar-se” aparece quase que como uma exigência lógica da “honra sentida”, uma vez que esta deve “entrar em contato com a realidade”, ou seja, submeter-se à apreciação alheia, constituindo-se como honra na forma de reputação e, significativamente, na outorgação de “honras” (1999, p. 24).

Sendo assim, podemos dizer que a ansiedade comentada por meus entrevistados como o sentimento mais presente ao longo do ano do vestibular, e mesmo o medo, que apareceu ao longo da pesquisa, associado a tantas questões específicas, são sentimentos relacionados não só à necessidade de controle das emoções vista como um elemento obrigatório para a aprovação no concurso, mas também pela expectativa destes indivíduos de provarem seu valor através da aprovação.

Ser aprovado no concurso vestibular, desta forma, torna-se um momento emotivo da vida dos jovens justamente por fazer parte de um rito de passagem altamente relacionado a necessidade de se provar capaz de concretizar o projeto de vida elaborado pelo jovem e pela família ao longo de toda a sua vida escolar. Acho que estes sentimentos refletem toda a tensão neste momento liminar do processo de construção de pertencimento – via aprovação da família - e ao mesmo tempo de uma trajetória singular, com uma carreira que “tenha a ver”, ambas expectativas e valores presentes nestes segmentos sociais.

CONCLUSÃO

A caracterização do vestibular como uma etapa emotiva da vida dos jovens pode ser entendida através da percepção deste momento específico como um rito de passagem importante para a vida adulta, no qual o jovem precisa se provar valoroso e depois do qual sua vida sofrerá mudanças significativas. Por se tratar de um estágio liminar em que o indivíduo questiona suas possibilidades de aprovação, se debate com as pressões relativas à escolha e à preparação, além de não saber o que esperar da nova vida que o aguarda depois da aprovação, o afloramento de emoções como a ansiedade, o medo, a honra e a vergonha tornam-se bastante comuns entre os vestibulandos.

No entanto, é importante ressaltar que o fim da vida escolar e o ingresso no mercado de trabalho pode ocorrer de diversas formas, seja pela obtenção de um emprego, pela busca por formação profissional técnica, pela entrada na carreira militar, pela aprovação em um concurso público ou pelo ingresso na universidade, sendo esta última a opção majoritária entre os jovens oriundos das escolas particulares da cidade de Niterói e uma opção cada vez mais atrativa para aqueles provenientes das escolas públicas.

Este panorama se deve, de forma geral, pela valorização que o diploma de nível superior possui no Brasil, tanto pelo mercado de trabalho, que exige profissionais cada vez mais qualificados, quanto pela própria sociedade, o que leva as famílias a elaborarem boa parte de seus projetos de educação e formação dos filhos tendo o diploma universitário como fim a ser alcançado. Trata-se de uma ferramenta legítima de mobilidade social ascendente e também de manutenção do status social e econômico daquelas famílias que já ocupam determinados espaços da estrutura social. Como foi demonstrado ao longo do segundo capítulo, no entanto, existe uma diferença significativa entre alunos de escolas públicas e privadas no que diz respeito à decisão de pleitear o ingresso no ensino superior.

Os alunos das escolas públicas, cujas famílias normalmente possuem um projeto de educação dos filhos focado na conclusão do ensino médio para obtenção de melhores colocações no mercado de trabalho formal, percebem o vestibular como uma possibilidade de ingresso no mundo do trabalho que existe, dentro de um leque variado de opções. Por mais que o tema do vestibular seja debatido nas escolas e a procura pela graduação venha

crecendo entre estes jovens, esta ainda é uma opção a ser avaliada e muitas vezes descartada.

Já os alunos das escolas particulares, que foram educados dentro de um projeto familiar de escolarização que incluía necessariamente a conclusão do ensino superior, a entrada na universidade é vista como um passo natural e até mesmo obrigatório depois da conclusão do ensino médio. Este pensamento é tão fortemente internalizado pelos indivíduos pertencentes a este grupo que a pergunta “você pretende fazer vestibular?” soa sem sentido, e por vezes não é se quer compreendida. Para estes jovens o concurso vestibular é visto como encerramento necessário da vida escolar e única alternativa possível de ingresso no mercado de trabalho.

Uma vez tomada a decisão de ingressar na universidade, no entanto, o vestibular surge como um rito de passagem a ser superado para todos estes jovens, sejam eles de escolas públicas ou privadas. Este é um momento intenso de preparação para as provas, de estabelecimento de novas prioridades para o cotidiano, em que o estudo é colocado acima de atividades sociais e de lazer. Soma-se a isso a necessidade de escolha da carreira a ser cursada ao longo dos anos seguintes, que é vivenciada por este grupo de alunos como uma decisão definitiva, que irá nortear aspectos importantes de sua vida adulta, como o estilo de vida, o círculo de amizades e até mesmo a formação de sua própria família através do casamento e dos filhos.

Neste ponto, as contribuições de Velho (2003; 2004; 2009) através do conceito de projeto, e de Giddens (2002) com suas elaborações acerca da escolha foram de valor inestimável para esta análise, pois demonstram a forma como a vida no mundo contemporâneo se baseia em grande escala no poder de decisão do indivíduo, mesmo que limitado por um campo de possibilidades históricas, sociais e culturais definidas como legítimas de acordo com o contexto específico em que cada sujeito se encontra.

Para estes indivíduos, o momento de escolha de carreira é aquele em que se avalia as inclinações do passado, as projeções para o futuro, o nível de preparação no presente e as expectativas familiares acerca de sua formação para elaborar um projeto de vida que esteja de acordo com sua própria identidade e que possa também ser validado pelo grupo familiar e social a que pertence. Trata-se de um processo nem sempre linear, que só pode ser compreendido a partir da trajetória de escolha do sujeito.

Vale ressaltar, neste ponto, a participação fundamental da família, que influencia não só a decisão de ingressar no ensino superior, mas também a escolha do curso para o qual o jovem prestará o vestibular. Neste sentido, vemos uma postura majoritária entre os pais de apoiar a decisão dos filhos, seja por estarem atrelados a uma lógica individualista de valorização da expressão de si na escolha da carreira – caso das famílias dos alunos das escolas particulares – ou por perceberem o diploma universitário como fim a ser atingido, não sendo o curso em si um fator decisivo.

No caso específico das famílias de renda mais alta, existem ainda os casos em que os pais se opõem à escolha de carreira dos filhos, ou tentam orientá-los a seguir a herança profissional da família. No primeiro caso, a oposição ocorre por uma visão mais pragmática dos pais em estabelecerem como elemento primordial da escolha o potencial retorno financeiro de um determinado curso, bem como o status social a ele associado. Já os casos de herança familiar, ocorrem principalmente em famílias de advogados, médicos e empresários, que possuem escritórios, consultórios e empresas a serem legados. Aqui, a lógica da manutenção de uma tradição e renome estabelecidos pela família em uma determinada área de atuação é levada em conta, juntamente com a perspectiva de inserção mais fácil do jovem no mercado de trabalho.

Sendo assim, percebemos a participação da família como ponto fundamental a ser considerado ao longo da decisão pelo vestibular, da escolha da carreira e da preparação para o concurso, pois a relação com ela, seja pacífica ou conflituosa, é parte determinante da identidade profissional a ser elaborada por estes jovens, que agrega valores herdados, projetos familiares constituídos e mesmo a necessidade de diferencia-se dos pais e reafirmar seu pertencimento à família através do trabalho. Partindo da argumentação de Singly (2007), podemos dizer que o momento de escolha de carreira evidencia de forma singular esta tensão existente entre dependência e independência presente nas famílias contemporâneas das sociedades ocidentais.

Além das questões familiares, um número grande de fatores entram em jogo no momento da decisão de carreira, sendo mais ou menos valorizados, intercalando-se, se tornando determinantes ou sendo excluídos do processo de escolha ao longo do ano de preparação para o vestibular. Por isso, para compreender a opção final feita pelo jovem foi importante construir este panorama de tudo o que foi levado em conta e todas as mudanças

de rumo tomadas ao longo do ano para não considerar a palavra final quanto ao curso a ser realizado como fator único de escolha.

Para melhor entendermos esta colocação, é importante ressaltar que o primeiro elemento apontado por meus entrevistados como fator a ser considerado para a escolha de carreira é a identificação pessoal com o curso. Da mesma forma, no veredicto final destes jovens a respeito da escolha de carreira, a decisão sempre é apresentada como tendo sido tomada de acordo com a subjetividade, dando prioridade àquele curso que melhor representasse os gostos, interesses e aptidões do jovem, refletindo assim a sua própria personalidade. Evidencia-se aqui a lógica individualista de valorização do sujeito e de suas características íntimas e pessoais como norteadora importante na escolha de carreira destes jovens, o que, como destacam Duarte e Gomes (2008) sinalizaria para uma extensão gradual deste valor individualista tipicamente característico da classe média para as classes trabalhadoras, principalmente no caso daquelas famílias que já se encontram em estágio fronteiriço de ascensão social.

Contudo, a despeito desta valorização da identificação com o curso na escolha da carreira a ser seguida, este processo de tomada de decisão nunca é unifatorial, envolvendo sempre questões mais pragmáticas relacionadas ao ingresso na universidade e as expectativas materiais com relação à vida depois de formado. Neste contexto, são considerados fatores como a facilidade ou dificuldade que certo curso apresenta de inserção do graduado no mercado de trabalho, seja através de estágios, contratações, concursos públicos, tempo de integralização do curso ou mesmo das possibilidades de herança profissional familiar ou de empreendedorismo.

A expectativa quanto ao salário médio do profissional e, por conseguinte o retorno financeiro de determinado curso também é um fator considerado por estes jovens, mesmo que entre os alunos das escolas particulares não seja bem vista a afirmação de ter sido este o elemento central da escolha. O aspecto financeiro é tratado de forma bastante objetiva pelos alunos das escolas públicas, mas, apesar de exercer papel bastante significativo na escolha dos alunos das instituições particulares, é tratado por eles como elemento complementar da escolha, um atrativo a mais a ser considerado.

Associado à questão econômica de cada curso, surge também como elemento de escolha o status social de cada curso, muito relacionado pelos pais às carreiras mais

tradicionais como o direito e a medicina, mas também associado pelos jovens a cursos mais contemporâneos como moda e design, que se inscrevem em um universo glamuroso e vanguardista. Nota-se com isso, o caráter interpretativo dos projetos profissionais, que podem adquirir significados bastante distintos de acordo com olhar que recebam.

Além disso, é apresentada como quesito para a escolha de carreira a real chance que o vestibulando possui de ser aprovado em um determinado curso, sendo o nível de preparação do aluno diante da relação candidato/vaga auferido ao longo de todo ano letivo nas escolas particulares através de provas simuladas. Este fator é considerado por todos os jovens participantes desta pesquisa, ainda que entre alunos de escolas públicas e privadas ele assuma características um pouco distintas.

No primeiro caso, a possibilidade de aprovação norteia não só o curso a ser escolhido como também a instituição de ensino em que ele será cursado. Aqueles jovens de menor renda que desejem prestar o vestibular para cadeiras mais concorridas, de modo geral o fazem em universidades particulares, atrativas tanto pela facilidade de ingresso quanto pelo valor das mensalidades que vêm se tornando cada vez mais acessíveis. Já no caso dos alunos das escolas particulares, a relação candidato/ vaga de seu curso de escolha pode significar uma mudança de opção de carreira momentânea no vestibular daquele ano, visando comprovar a capacidade do jovem de ser aprovado em uma universidade pública. Posteriormente, no entanto, é comum que o aluno preste novo vestibular para o curso de sua escolha e tranque aquele no qual foi aprovado na primeira tentativa.

Vale ressaltar, no entanto, que meus entrevistados sempre enfatizam o fato de que a facilidade de ingresso não deve ser um elemento determinante para a escolha de carreira, bem como os demais fatores citados acima, sendo a identificação com o curso aquele que deve prevalecer no momento da decisão. Ainda que estes elementos mais pragmáticos façam parte importante do trajeto de escolha profissional destes jovens o aspecto mais subjetivo e individualista de representação do eu através da atividade profissional ainda é apontado como o mais legítimo.

Define-se assim que a distinção mais significativa entre alunos de escolas particulares e públicas diz respeito à decisão de prestar o vestibular e ingressar no ensino superior, que é vista de forma natural e até obrigatória pelos indivíduos do primeiro grupo enquanto para os alunos das instituições públicas de ensino é um questionamento relevante

com a proximidade da conclusão do ensino médio. No que concerne à escolha de carreira em si, as semelhanças são mais significativas do que as diferenças, tendo ênfase no caráter individualista de valorização da identificação do indivíduo com o curso e as conseqüentes potencialidades de realização pessoal através de uma carreira que reflita sua própria identidade.

Neste ponto, é importante salientar o caráter contextual dos dados coletados e da análise realizada. Se o trabalho tivesse sido realizado em escolas particulares em áreas menos nobres da cidade talvez o resultado da análise tivesse sido outro. O mesmo ocorreria se as escolas públicas analisadas se encontrassem em localidades mais pauperizadas e violentas, ou mesmo no caso de terem sido utilizadas para a análise instituições públicas de referência, como o Colégio Pedro II ou os Colégios de Aplicação das universidades públicas da cidade.

Com isso destaca-se que os resultados aqui apresentados dizem respeito à comparação entre um grupo muito específico de pessoas, inscritas em uma situação social, cultural e econômica bastante específica, que não esgota em absoluto as questões relativas à escolha de carreira e os aspectos específicos por ela adquiridos em diferentes grupos sociais. Na verdade, juntamente com as respostas sugeridas pelo trabalho, novas indagações e oportunidades de investigação foram surgindo.

A escolha da universidade onde será cursado o ensino superior por si só seria um objeto de estudo, pois existe um grande número de elaborações para definir o que é uma universidade de boa ou má qualidade. Da mesma forma, o engajamento dos pais no projeto de ingresso dos filhos no ensino superior merece análise mais aprofundada em que de fato sejam coletados dados sistemáticos sobre o discurso dos pais e o investimento feito por eles em diferentes fases do desenvolvimento dos filhos visando a aprovação destes no vestibular.

A existência no Recife do grupo intitulado “Pais com filhos reprovados em medicina”, por exemplo, despertou meu interesse em descobrir outros grupos com as mesmas características localizados no Rio de Janeiro ou mesmo de visitar o grupo pernambucano para melhor entender suas dinâmicas, objetivos e o discurso dos pais que justifiquem esta mobilização em torno da busca por uma vaga ociosa para seus filhos.

O vestibular e a escolha de carreira persistem assim como temas preciosos de pesquisa com os quais esta tese almeja ter podido contribuir, oferecendo possíveis interpretações, apontando caminhos e sugerindo novas propostas de investigação sobre a forma como um momento liminar como este influencia na elaboração e reelaboração das identidades individuais. Em um contexto acadêmico em que a construção do conceito de pessoa e o enfoque sobre a elaboração dos sistemas de identificação dos sujeitos recebe atenção teórica e etnográfica, é importante cada vez mais discutirmos como os projetos para o futuro, os estilos de vida e as emoções influenciam na forma como cada sujeito percebe a si mesmo e interage com o mundo ao seu redor.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação e da pedagogia*. São Paulo: Moderna, 2006.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- BRANDÃO, C. F. *As cotas na universidade pública brasileira: será esse o caminho?* Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- CAMARANO, Ana Amélia; MELLO, Juliana Leitão ; PASINATO, Maria Tereza; KANSO, Solange. *Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiro*. Última década., v.2, n.21, 2004.
- CAMPBELL, Colin. Eu compro, logo sei que existo: as bases metafísicas do consumo moderno” In: BARBOSA, Lúvia; CAMPBELL, Colin. *Cultura, Consumo e identidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- CAMPBELL, Colin. *A ética romântica e o espírito do consumismo moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- CARDOSO, Claudete Batista. Efeitos da política de cotas na Universidade de Brasília: uma análise do rendimento e da evasão. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- CARONE, Flávia de Barros. *Experiência da redação no acesso à universidade*. Educação e Seleção n.12, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1980.
- CARVALHO, José Jorge de. *As propostas de cotas para negros e o racismo acadêmico no Brasil*. Sociedade e Cultura v. 4, 2001.
- CASTRO, Claudio de Moura. *Sua excelência, o Vestibular*. Educação e Seleção n.3. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1981.
- CATANI, Afrânio Mendes; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. *O PROUNI na encruzilhada: entre a cidadania e a privatização*. Linhas Críticas, v.11, n.20, 2005.
- CHAGAS, Valmir. A seleção e o vestibular na reforma universitária. *Revista Brasileira de Estudos Políticos* n.53, Rio de Janeiro, 1970.
- COELHO, Lídia Maria Teixeira Lima. *Você te medo de que?* Um estudo sócio-antropológico acerca das emoções do vestibulando. Dissertação (Mestrado em Ciências Social). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro PPCIS, 2007.
- COELHO, Maria Cláudia. *A experiência da fama: individualismo e comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

DAMASCENO, Maria Nobre. *O processo de seletividade social e o vestibular. Educação e Seleção*, n.14, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1986.

DIAS, Maria Luiza. *Família e escolha profissional*. In: BOCK, Ana Mercês [et al.]. *A escolha profissional*. São Paulo: Casa do psicólogo, 1995.

DOMINGUES, Petrônio. *Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica*. *Revista Brasileira de Educação* n° 29, 2005.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1966.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

DUARTE, Luiz Fernando Dias; GOMES, Edlaine de Campos. *Três Famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares*. Rio de Janeiro; Editora FGV, 2008.

DUBAR, Claude. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

FERREIRA, Rodolfo. *O professor invisível: imaginário, trabalho docente e vocação*. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

FONSECA, Claudia. Olhares antropológicos sobre a família contemporânea. In: C. R. Althoff, I. Elsen ; R. G. Nitscke (Org). *Pesquisando a família: Olhares contemporâneos*. Florianópolis: Papa-Livro, 2004.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 46.ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. 14ª Ed. São Paulo: Global, 2003.

GALLAND, Olivier. *Sociologie de la jeunesse*. Paris: Armand Colin Éditeur, 2007.

GATTI, Bernardete A. Vestibular e ensino superior nos anos 70 e 80. *Cadernos de Pesquisa*, n.80, São Paulo, 1992.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro; LTC Editora, 1989.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOLEMAN, Daniel. *Inteligência emocional*. Rio de Janeiro; Objetiva, 1995.

GOFFMAN, Erving. A elaboração da face: uma análise dos elementos rituais da interação social. In.: FIGUEIRA, S. (Org.). *Psicanálise e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980, p. 76-114.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *A Antropologia das Emoções no Brasil*. RBSE – *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v.4, n.12, Dezembro, 2005.

- LELLIS, Isabel Alice. Evolução histórico-legal do vestibular (1968 a 1983): do “Milagre” à Recessão. *Educação e Seleção n.1*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1985.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- LIMA, Mariza Tavares. *Orientação profissional: princípios teóricos, práticos e textos para psicólogos e educadores*. São Paulo: Vetor, 2007.
- MAGALHÃES, Fernando. *Tempos pós-modernos*. São Paulo: Cortez Editora, 2000.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do pacífico ocidental*. São Paulo: Abril cultural, 1976.
- MEAD, Margaret. *Coming age in Samoa: a study of adolescence and sex in primitive society*. Harmondsworth: Penguin, 1969.
- MELLO, Linalda Arruda; LACERDA, Wanilda Lima Vidal de. Redação no vestibular: a experiência da Universidade Federal da Paraíba. *Educação e Seleção n.6*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1982.
- MENDONÇA, Ana Waleska. A Universidade no Brasil. *Revista Brasileira de Educação* n. 14, 2000.
- MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa das cotas. *Sociedade e cultura* v. 4, 2001.
- NETTO, Adolpho. O vestibular no sistema educacional brasileiro. *Cadernos de Pesquisa* n. 24. São Paulo, 1978.
- NOVAES, Regina. *Juventude e sociedade: jogos de espelhos, sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas*. Revista Sociologia Especial, Ano I, nº 2, 2007.
- OLIVEIRA, Inalda Dubeux. De quem é o vestibular? Articulações entre a família e a escolha profissional. In: VASCONCELOS, Zandre Barbosa de ; OLIVEIRA, Inalda Dubeux. *Orientação vocacional: alguns aspectos teóricos, técnicos e práticos*. São Paulo: Vetor, 2004.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Os (dês)caminhos da identidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.42, 2000.
- ORTNER, Sherry. Subjetividade e crítica cultural. *Horizontes Antropológicos*. v.3, n.28, 2007.
- PAIS, José Machado; CAIRNS, David; PAPPÁMIKAIL, Lia. *Jovens europeus: retrato da diversidade*. Tempo social. v.17, n.2, 2005.
- PARSONS, Talcott et al. *Family: Socialization and Interaction Process*. London: Routledge & Kegan Paul, 1956.
- PEIRANO, Mariza. *Artimanhas do acaso*. In: _____. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- PEIXOTO, Clarisse Ehlers. As transformações familiares e o olhar do sociólogo. In: SINGLY, François de. *Sociologia da família contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

PERO, Valéria. Mobilidade social no Rio de Janeiro. *Revista de Economia Mackenzie*. v.4, n. 4, 2006.

PICCOLO, Fernanda Delvalhas. “Desigualdades sociais, práticas educativas e juventude numa favela carioca”. In: VELHO, Gilberto; DUARTE, Luiz Fernando Dias (Org). *Juventude Contemporânea: culturas, gostos e carreiras*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. *Sistemas políticos africanos de parentesco e casamento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

REZENDE, Claudia Barcellos. Identidade e contexto: algumas questões de teoria social. BIB. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, v. 64, p. 29-41, 2007.

REZENDE, Claudia Barcellos. Ansiedade e medo na experiência da gravidez. In: REUNIÓN DE ANTROPOLOGIA DEL MERCOSUR, 8, Buenos Aires, 2009.

REZENDE, Claudia Barcellos. *Um estado emotivo: representação da gravidez na mídia*. Cadernos Pagu (36), janeiro – junho de 2011.

REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia. *Antropologia das emoções*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

RIBEIRO, Marcelo Afonso. Demandas em orientação profissional: um estudo exploratório em escolas públicas. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*. 2003, v.4, n.1-2, p. 141-151.

RIBEIRO, Sergio Costa ET AL. Flutuação de critérios na avaliação de redações. *Educação e Seleção* n.3, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1981.

RIVIÈRE, Claude. *Os ritos profanos*. Petrópolis: Vozes, 1997.

SARTI, Cynthia Andersen. *Contribuições da antropologia para o estudo da família*. Psicologia USP, São Paulo, 3, p.69-76, 1992.

SAVIANI, Demerval. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SCHWARTZMAN, Jacques. A seletividade sócio-econômica do vestibular e suas implicações para a política universitária pública. *Educação e Seleção* n.19. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1989.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*. São Paulo: Cia das Letrs, 1993.

SCHEFF, Thomas J. Uma taxonomia das emoções: como começar. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 11 (31): p.12-30, abr, 2012.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio (Org). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

TEIXEIRA, José Geraldo. Valor real e valor proclamado da prova de redação no concurso. *Educação e Seleção* n.2, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1980.

TURNER, Victor. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis: Editora Vozes, 1974.

VAN GENNEP, Arnold. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

VELHO, Gilberto. Sujeito, subjetividade e projeto. In: VELHO, Gilberto (Org). *Gerações, família e sexualidade*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

VELHO, Gilberto; DUARTE, Luiz Fernando Dias. *Juventude contemporânea: culturas, gostos e carreiras*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.